



**6º ENCONTRO
NACIONAL
DE COMITÊS
DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS**

**FÓRUM NACIONAL DOS COMITÊS DE
BACIAS HIDROGRÁFICAS
RELATO DOS TRABALHOS**

Gramado, 6 a 10 de Junho de 2004

REALIZAÇÃO:
Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Isidoro Zorzi

Coordenador Geral

José Wilson de Lacerda

Coordenador Adjunto

Comissão Organizadora:

Antônio Evangelista de Sousa - CEIVAP
Augusto Almeida Netto – CBH Meia Ponte/GO
Carlos Eduardo Alencastre – CBH Pardo/SP
Francisco Carlos Bezerra e Silva - Cacá
Luiz Roberto Moretti – CBH PCJ
Lupércio Zirolto Antônio – Fórum Paulista
Marcus Vinicius Lopes – CBH Mogi/SP
Regina Greco – CBH Pará/MG
Viviane Nabinger - Comitesinos

Colaboração:

Antônio José Câmara – SRH/CE
Flávia Gomes de Barros - ANA
Howard Alves de Lima – SRH/SE
Maria Manuela Moreira – SRH/MMA
Paulo Renato Paim – CERH/RS
Paulo Teodoro – IGAM/MG
Rosana Garjulli - ANA
Samuel Barreto – WWF
Vânia Simões Teixeira - FUNCEME

AGRADECIMENTOS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Meio Ambiente RS – Conselho de Recursos Hídricos e Departamento de Recursos Hídricos
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Obras e Saneamento RS
Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Agência Nacional das Águas
Companhia Estadual de Saneamento RS - CORSAN
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul - SAMAE
Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo - SEMAE
Universidade de Caxias do Sul

Aos Coordenadores de Mesas:

Adriana Araújo Ramos
Augusto Almeida Neto
Carlos Hermínio Aguiar de Oliveira
Daniel Schmitz
Hector Muñoz
Isaac Zilbermann
Isidoro Zorzi
José Wilson de Lacerda
Luiz Otávio Manfré
Luiz Antônio Timm Grassi
Lupércio Ziroldo Antônio
Maria Ligia Cassol
Maria Manuela Moreira
Paulo Renato Paim
Rogério Dewes
Vânia Simões Teixeira

Aos Relatores:

Ada Picolli
Ana Carolina Pinto Coelho
Ana Cecília Perroni
Ana Cristina Strava
Flávia Gomes de Barros
José Holanda Neto
Jussara Lima de Carvalho
Luiz Fernando Carneseca
Luiz Firmino Martins
Malu Follador
Marcus Vinícius Lopes da Silva
Maria Gravina Ogata
Maria Manuela Moreira
Rosemeri Lazzari Lacorth
Suraya Modaelli
Susana Elizabet Dartora
Tânia Regina Dias
Ubirajara Patrício Álvares da Silva

Aos Debatedores:

Adolfo Portela
Alexander Figueiredo
Ana Cristina Strava
Antonio Carlos Maia Figueiredo
Dilma Seli Pena Pereira
Fabio Ahnert
Heloise Caldeira Brandt
Luís Fernando Carneseca
Luiza de Marillac Camargos
Rodrigo Ferreira Flecha
Rosana Garjulli

Aos Comentaristas:

Ana Cristina Strava
Antônio José Ranzani
Eugênio Miguel Cánepa
Flávio José Lyra da Silva
Gilberto Canalli
João Gilberto Lotufo Conejo
Luiz Antônio Timm Grassi
Maria Lúcia Coelho
Patrícia Bóson
Paulo Maciel Jr.
Rui Assis Brasil
Stela Goldenstein

Aos Facilitadores das Oficinas:

Francisco Carlos Bezerra e Silva
Rosa Maria Mancini

Aos painelistas e apresentadores dos temas:

Amauri da Silva Moreira
Antônio Alzemar de Oliveira
Antônio Carlos Maia Figueiredo
Antônio Eustáquio Vieira
Antônio Evangelista Sousa
Antônio José Câmara
Benedito Jorge dos Reis
Carlos Augusto Lima Porto
Carlos Eduardo Nascimento Alencastre
Célia Fróes
Celso Antônio Peticarrari
Cláudio Antônio de Mauro
Cybelle Frazão Costa Braga
Deborah Trajano
Dionei Delevatti
Eduardo Lanna
Edy Augusto de Oliveira
Eldo Franz Costa
Elimar Vieira Vaz
Elke Oliveira Hougnton
Eudardo Mazzolenis de Oliveira
Fabiana Zanquetta de Azevedo
Fernando Antônio Lopes Gomes
Fernando Haetinger Bernal
Flávio José Lyra da Silva
Guilherme Diogo Júnior
Ione Gutierrez
João Clímaco Filho
João Domingos Fassarela
José Luciano de Freitas
Karlos Welby Néri Paiva
Leila Heizer
Luis Carlos Fontes
Luís Sérgio Girão
Luiz Firmino
Luiz Roberto Moretti
Luiza de Marillac Camargos

Lupércio Zirolto Antônio
Malu Ribeiro
Márcia Romanelli
Marcus Vinicius Lopes
Maria Aparecida Pimentel Vargas
Maria de Fátima Freitas Rego
Maria Dolores Piñeda
Maria Lúcia Coelho Silva
Maria Salete Colbachine
Maria Zita Timbó Araújo
Marineida Oliveira Araújo
Mariza Fernanda Beck
Mariete Virgens
Mauro da Costa Val
Mercedes Bendatti
Milton Haack
Nazareno Mostarda Neto
Nélio Koch
Paulo Célio Figueiredo
Paulo Renato Paim
Pe. Ademar Agostinho Sauthier
Regina Greco
Roberto Carlos da Silva Alves
Rodolfo Scaratti
Rodopiano Marques
Rômulo Gorgosinho
Ronald Carvalho Guerra
Rosa Maria Bueno
Rosa Maria Mancini
Sebastião V. Bosquília
Suraya Modaelli
Uwe Horst Schulz
Valdir Velozo
Valentim Calenzani
Vandete Inez Maldaner
Yvonilde Medeiros

Apoios do Conselho de Recursos Hídricos e do Departamento de Recursos Hídricos/SEMA/RS :

Carmem Lúcia Silveira da Silva
Marta Borges Maaslak
Vânia Mara Dutra de Oliveira
Márcia Cidade Oliveira
Maria Josete Brasil Lopes Barros
Paulo Renato Paim
Rogério Dewes

ABERTURA VI ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A solenidade de abertura do VI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, na noite de seis de junho de dois mil e quatro, foi realizada por uma mesa composta pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto; pela Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva; pelo Ilustríssimo Senhor Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Isidoro Zorzi; pelo Ilustríssimo Senhor Secretário Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra; pelo Ilustríssimo Senhor Secretário Diretor Geral da Agência Nacional das Águas, Jerson Kelman; pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento/RS, Frederico Antunes, pela Ilustríssima Senhora Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental/RS, Maria Lúcia Coelho e Silva, pelo Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia Estadual de Saneamento, VITOR FERNANDO BERTINI Bertini; pelo Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Antônio Carlos Porto e pelo Ilustríssimo Senhor Prefeito de Gramado, Pedro Henrique Bertolucci.

Isidoro Zorzi apresentou o tema central do Encontro e as linhas gerais do formato planejado para o seu desenvolvimento, destacando o papel do Fórum Nacional de Comitês de Bacias como uma instância de articulação entre os comitês de bacias. Contextualizou o VI Encontro Nacional, resgatando o seu histórico e explicou como seria a sua dinâmica (ver seu discurso na íntegra, a seguir).

Na seqüência, houve o pronunciamento do Senhor Antônio Carlos Porto anunciando a realização do II Fórum Internacional das Águas, de 9 a 13 de novembro, em Porto Alegre, destacando que o lançamento do evento será reeditado em Portugal.

A Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que a articulação do conjunto de Comitês realizada pelo Fórum é essencial para a implantação definitiva do Sistema de Recursos Hídricos o qual, assim como o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, sua pasta está empenhada em fortalecer. Para isso, articulações entre a SRH e a ANA vêm promovendo capacitação e os ajustes legais necessários, entre os quais destacou a conversão da Medida Provisória 165 em Lei, o que possibilitará a realização de contratos de gestão viabilizando o funcionamento do sistema. Afirmou que a mesma encontra-se em fase de sanção pela Presidência da República. Destacou ainda a ampliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, de forma participativa, voltado para a orientação de soluções necessárias à recuperação das bacias.

Para a Ministra “a troca de experiências promovida em um encontro como esse, que diante dos recursos tecnológicos disponíveis poderia até ser realizado por meio eletrônico, é fundamental para que possamos estabelecer vínculos, compromissos e alianças em prol do uso sustentável e social da água”

O Excelentíssimo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, por sua vez, destacou a importância do Estado em sediar o Encontro, afirmando que a história do Rio Grande do Sul tem demonstrado a preocupação constante com o uso sustentável da água. Lembrou o patrimônio hídrico que é o aquífero Guarani e a necessidade do seu uso racional e sustentável. Deu destaque aos segmentos que integram os Comitês de Bacias, como as universidades, o setor industrial, os produtores

agrícolas, o setor de energia elétrica e tantos outros. Convicto do sucesso do evento e da expressiva contribuição ao desenvolvimento do gerenciamento dos recursos hídricos no país, expressou a sua grande satisfação em o Estado do Rio Grande do Sul receber a Ministra Marina Silva, as autoridades presentes e, em especial, as delegações dos diversos estados brasileiros. desejando boas vindas a todos os participantes do VI Encontro Nacional.

A solenidade de abertura contou ainda com a apresentação do Hino Nacional, tocado na gaita por Luís Carlos Borges, do hino riograndense, cantado por Fátima Gimenez, e da apresentação de danças típicas por um grupo de tradições gaúchas.

Palavras do Coordenador Geral do Fórum Nacional, Isidoro Zorzi

Nas pessoas do Senhor Governador Germano Rigotto e da Senhora Ministra Marina Silva cumprimento os componentes dessa mesa de abertura do VI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, bem como a todas as autoridades aqui presentes e representadas. Dirijo um cumprimento especial aos dirigentes: presidentes, vices e secretários executivos dos comitês e a todos os presentes porque vieram a Gramado, ao RS, onde foi concebido, em 1998, o Fórum dos Comitês e instituído no ano seguinte no 1º Encontro Nacional de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Como se pode perceber hoje, Senhor Prefeito de Gramado, esses encontros dão sorte. Eis que o então Prefeito de Ribeirão Preto era nada mais e nada menos que o atual todo poderoso Ministro Palocci: Prefeito, este Fórum é pé quente!

Os senhores vieram até aqui porque esse VI Encontro é diferente dos cinco anteriores. É diferente porque será o melhor de todos. Sem desmerecer os paulistas, os cearenses, os mineiros, os catarinenses e os sergipanos, esse VI Encontro será o melhor porque os comitês lá no primeiro eram menos de 20 e de quatro Estados apenas e hoje aqui já são mais de 100 e espalhados por mais de metade dos Estados brasileiros. Será o melhor encontro porque os membros dos comitês e seus dirigentes nesses seis anos cresceram e amadureceram:

- a. a maioria internalizou a natureza e o papel do comitê como a instância descentralizada e descentralizadora da gestão dos recursos hídricos. É descentralizada porque sua atuação se dá lá na bacia; e descentralizadora porque na sua constituição estão presentes de forma efetiva todos os segmentos da sociedade;*
- b. os dirigentes articularam-se com os órgãos gestores: um não existe sem o outro. É próprio de um sistema as suas partes serem distintas, mas não separadas. Os comitês têm chão, estão lá na bacia, são entes de representação política; enquanto os órgãos gestores estão na esfera da burocracia e são entes executivos da administração;*
- c. além de maturidade, ao escolherem como tema central desse encontro as suas vivências, os comitês demonstraram um ato de coragem. Eis que durante três dias aqui estarão se apresentando os comitês, contando suas histórias, suas práticas, seus feitos, seus sucessos e seus equívocos. Assim, no primeiro dia aqui estarão os comitês de quatro bacias de rios federais e seus respectivos comitês estaduais apresentando seus modos vivendi e, no final do dia, os especialistas analisarão estas práticas à luz das teorias da gestão dos recursos hídricos e da legislação em vigor. No segundo dia, da mesma forma, vários comitês apresentarão suas*

práticas na implementação dos instrumentos da gestão: a definição dos usos futuros da água, ou seja, o enquadramento dos recursos hídricos; o plano de bacia; a outorga de uso da água; a cobrança pelo uso da água e o sistema de informações de recursos hídricos.

Mas como os comitês apresentam um alto grau de diferenças: temos comitês novos, outros mais maduros, além de comissões pró-comitês, esse Encontro reservou um dia especial para atender a todos, com temas de interesses diversos, tais como: o processo de formação, estratégias de mobilização, as relações com outros organismos de bacia, a capacitação dos seus membros, a educação ambiental em recursos hídricos e a sua atuação em situações de emergência.

Como percebem, nesse VI Encontro os comitês entram em cena, eles subirão aqui no palco e as autoridades acadêmicas, os teóricos do sistema, os especialistas e as autoridades administrativas estarão aí na platéia. Os comitês se apresentarão. Despretenciosa e humildemente prestarão contas do que fazem, como o fazem e que resultados alcançaram. Precisamos verificar se vale a pena tanta mobilização e tantos recursos envolvidos. Afinal, Senhor Governador e Senhora Ministra, são mais de 10 mil entidades envolvidas, participando de reuniões, que implicam em gastos com deslocamentos, com horas, com pessoal... e a situação das nossas águas será que está melhorando? É verdade que estamos no início de um processo. Muito ainda deve ser implementado para uma adequada e justa avaliação. Estamos ainda na fase do crer para ver: acreditar no sistema, nas regras do jogo para, quem sabe, depois, lá adiante, ver resultados. Mas é preciso inverter esta lógica para a credibilidade do próprio sistema. Passar desta atitude idealista e - um tanto romântica - para um comportamento mais pragmático. Está na hora de resultados.

Esse será o melhor encontro porque nele estão ocorrendo eventos paralelos significativos: o encontro do Fórum de Secretários Estaduais de Obras Públicas e Saneamento, dos Secretários Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, num nítido prenúncio de que os sistemas oficiais das políticas públicas começam a se falar. Quem sabe, iniciem namoro firme e cheguem a um feliz casamento. Aí sim as administrações públicas estarão sintonizadas, deixando de atuar por gavetas, de forma compartimentalizada, onde cada secretário é um pequeno Governador ou Ministro, mas tendo uma visão holística da realidade e uma atuação integrada, assimilando os paradigmas preconizados pelas teorias da gestão sistêmica.

Esse é o melhor encontro também porque pela primeira vez conta com a honrosa presença da titular do Ministério do Meio Ambiente, Ministra Marina Silva, além do prestígio trazido pelo Governo Gaúcho na pessoa do nosso Governador Germano Rigotto e diversos Secretários e autoridades do nosso e de outros Estados.

E, finalmente, será o melhor de todos os nossos encontros porque após este ato oficial de abertura teremos uma confraternização onde poderemos degustar os vinhos da Serra Gaúcha, gentilmente oferecidos pelas Cantinas Miolo e Lovara do Vale dos Vinhedos, provando definitivamente que de uva também se faz um bom vinho. Votos de um proveitoso encontro a todos.

DIA 7 DE JUNHO DE 2004

TEMA: “A DOMINIALIDADE DAS ÁGUAS E AS RELAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS FEDERAL E ESTADUAIS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS”

A **dominialidade das águas** se refere ao seu domínio ou posse. Em nosso país, por força constitucional, temos águas de domínio da União(rios federais) e águas de domínio dos Estados(rios estaduais). Este dispositivo dá origem ao Sistema Federal de Gestão de Recursos Hídricos, instituído pela lei 9433/97 e aos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, instituídos pelas leis dos respectivos Estados. Assim, numa bacia hidrográfica, cujo corpo hídrico principal é de domínio da União e seus afluentes de domínio dos Estados respectivos, coexistirão CBHs vinculados a diferentes sistemas de Gestão de Recursos Hídricos. Como é ou como deveria ser a articulação e a convivência desses entes(CBHs)? Esta questão não tem resposta explícita na legislação brasileira de recursos hídricos. Daí a importância e a atualidade da sua discussão.

Painel 1: A Experiência da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
(CBH's Paraíba do Sul, Guandu, Pomba-Mariaé)

Coordenação:

Isaac Zilberman - *Engenheiro Civil e Eletricista; Urbanista; Mestre em Engenharia Ambiental; Professor da Universidade Luterana do Brasil; Diretor Geral da Secretaria Municipal de Preservação Ambiental de Canoas/RS; representante dos usuários da água no COMITESINOS.*

Relatoria: Jussara Lima Carvalho: *Engenheira Química; Mestre em Saneamento e Hidráulica; funcionária da CETESB (órgão responsável pelo controle da poluição no Estado de SP); Secretária Executiva do CBH Sorocaba e Médio Tietê.*

Painelistas:

Antônio Evangelista de Sousa: *Vice Presidente do CEIVAP; vice-presidente AGEVAP (Associação pró-Gestão do Rio Paraíba do Sul); Diretor do Departamento de Saneamento de Meio Ambiente/ SINTAEMA-SP; doutor em Geociências.*

O Sr.Antônio Evangelista iniciou reforçando a importância do papel de integração desse Comitê, cujo nome é Comitê de Integração do Vale do Paraíba, e que tem muitos conflitos por reunir três estados, comitês estaduais e um comitê federal.

Apresentou a composição do CEIVAP, as características da bacia, a complexidade política institucional onde cada estado tem suas particularidades e o que isso significa para a gestão. Sua apresentação girou em torno da questão da dominialidade dos corpos d'água. Enfatizou que domínio não significa propriedade, e que ter o domínio significa acima de tudo uma relação institucional que não pode se sobrepor às particularidades que impliquem na gestão. Reforçou a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, considerando que o todo é mais do que a soma das partes. Apresentou também, sucintamente, as deliberações do comitê paulista, fundamentais para o gerenciamento das águas do Paraíba.

Benedito Jorge dos Reis: *Presidente do CBH-Paraíba do Sul/SP*

O Sr. Benedito Jorge Reis, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul falou da importância dessa bacia que, além de abastecer os municípios paulistas, também abastece o Rio de Janeiro. O foco de sua apresentação foi a diminuição do volume de água do reservatório de Paraibuna, apesar de existirem estudos já antigos alertando para esse fato, devido à operação inadequada do mesmo. O comitê, ao estudar o assunto, verificou que está sendo retirada mais água do que o que realmente dispõe. Em função disso, o CBH-Paraíba do Sul aprovou duas deliberações importantíssimas:

A 16/02 que propõe a inclusão no Plano de Recursos Hídricos do CEIVAP, de estudos dos mecanismos operacionais para regularização dos reservatórios de cabeceira do rio Paraíba do Sul e Jaguari, visando a revisão da Portaria DNAEE No. 22/77; e a Deliberação Nº. 18/02, que recomenda um estudo conjunto das entidades envolvidas na operação e utilização dos reservatórios Paraibuna/Paraitinga, Santa Branca e o Jaguari, com o objetivo de recuperação dos citados reservatórios. Como consequência, em termos gerais, a gestão saiu das mãos da ANEEL e houve uma resolução da ANA – No. 211 de 26/05/2003 - que embora vislumbresse a recuperação dos reservatórios, não deu certo. Houve a necessidade de uma nova resolução (Nº.282) que conseguiu reverter a tendência de diminuição do volume de água no reservatório. Dessa negociação resultou a diminuição da vazão de água para o Rio de Janeiro. Em função da situação posta, foi criado um grupo que, através de meio eletrônico, 38 pessoas discutem sobre a situação do rio Paraíba. Uma vez por semana saem os resultados das análises da CETESB e então decide-se sobre a operação dos reservatórios (hoje a gestão está nas mãos do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, saindo do setor elétrico). A situação foi revertida, o volume de água que atingia 14,2% do reservatório da sua capacidade, hoje está em 50,2%.

Leila Heizer: *Superintendente de Gestão Ambiental da CEDADE-RJ e Secretária Executiva do Comitê Guandu.*

Leila Heizer (CBH- Guandu – RJ), ao relatar o trabalho de engenharia política para a construção do Comitê do Guandu, apontou problemas como a falta de suporte financeiro e administrativo para o seu funcionamento, informando sobre a elaboração de projeto buscando o apoio dos usuários da água para a manutenção da Secretaria Executiva. Atualmente, a Secretaria Executiva é sustentada pelo CEDAE, que irá assumir também os custos para a elaboração do Plano de Bacia.

Chamou a atenção para os impactos que políticas e ações governamentais em uma bacia contígua, a jusante podem causar à bacia de forma definitiva e que a integração de fato, que se dá com a implantação dos instrumentos de gestão, incluindo o pagamento pelo uso da água é fundamental, mas que a sua aplicação deverá traduzir garantia e confiabilidade aos usuários e à população da Bacia do Guandu.

Maria Aparecida Pimentel Vargas: *Membro do CEIVAP e do CEHIPOM. Representante dos usuários do setor de hidroeletricidade, tendo exercido a Secretaria do CEHIPOM até setembro de 2003, representante do CBH Pomba-Muriaé.*

Maria Aparecida Pimentel Vargas (CBH Pomba) falou das características do CBH Pomba Muriaé, primeiro comitê federal. Apresentou, como ponto de discussão, a questão da dominialidade, afirmando que o Ceivap sempre foi tripartite, por estados. Disse ainda

que o Paraíba do Sul tem seu cadastro implantado com 4.600 usuários (3.200 destes é para dessedentação de animais), a cobrança implantada desde março de 2002.

O Pomba Muriaé surgiu de dois consórcios, que deram suporte à Secretária Executiva do CBH-PM. E perguntou: “em que base, de fato, estamos trabalhando? Se é por bacia, com os estados tão centralizados, estamos fazendo gestão por Estado. Apesar das divergências, temos boas parcerias com a ANA, porém temos que descentralizar. A integração tem que ser de mão dupla (ida e vinda)”.

DEBATEDORES:

Antônio Carlos Maia – *Historiador. Articulador do movimento de cidadania pelas águas/1996. Consultor em mobilização social CBH Velhas. Assessor de Planejamento do IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas).*

Dilma Seli Pena Pereira – *Ex-Diretora da ANA e atualmente assessora do Diretor Presidente da ANA.*

Encerradas as apresentações, os especialistas presentes foram convidados a se pronunciar, estando ausente o Estado de São Paulo na figura do sr. Ricardo Borsari do órgão gestor.

O Sr. Antonio Carlos Maia de Minas Gerais, falou dos 21 comitês instituídos em MG, além de 8 comissões. Focou sua fala no fortalecimento dos comitês estaduais e no investimento na articulação e capacitação local, visando a integração e não a gestão por Estados. Afirmou que “integração parte da percepção da territorialidade”. Na seqüência, foi a vez da Dra. Dilma Pereira , que, primeiramente, resumiu a apresentação dos expositores, conforme segue:

Respondendo ao questionamento de Antonio Evangelista: como tornar realidade o Sistema a partir da 9433, domínio e interpretação da lei. Disse que o todo é mais importante que a soma das partes, o que significa o desafio dos Planos de Bacias.

Quanto à apresentação de Maria Aparecida, afirmou que a mesma trata das questões mais polêmicas: oportunidade e necessidade da aplicação dos instrumentos de gestão em determinadas bacias, considerando que seus resultados se irradiam para toda a bacia. Há necessidade que toda bacia tenha um comitê? Há necessidade de que todo comitê aplique o conjunto de instrumentos de gestão? Remete também à sincronização temporal de ações por todos os entes envolvidos numa questão. Hoje temos a perspectiva de trabalho realizado tendo a bacia como unidade de planejamento e gestão, mas nós podemos envolver para a gestão por estados. Há que se negociar e pactuar por bacia.

Maria Aparecida corrigiu que a gestão no Paraíba do Sul é voltada para administração estadual e reforçou que a visão que temos é estadualizada e não por sub-bacia ou bacia. Concordou que a gestão deva ser local e que não necessariamente deva ter Comitês em todo lugar. A importância e a autonomia da região devem ser levadas em consideração. Reforçou a importância da integração.

Dilma afirmou que, com relação à aplicação de recursos, essa tem que ser estadualizada, pois as necessidades são grandes e óbvias, e isso não quer dizer que a gestão seja estadualizada. A não aprovação da cobrança pelo uso da água por vários

estados pode trazer prejuízos e deseconomias significativas para todo o país e não é possível que se deixe essa experiência ser repetida no país.

Fez referência à manifestação de Benedito Jorge dos Reis sobre a experiência bem sucedida, ocorrida entre 2001 e 2003, para a gestão da quantidade alertando que, embora importantes medidas estejam sendo adotadas, elas não são suficientes para resolver o problema da escassez. É necessário tratar os esgotos, estando a gestão desses rios dependentes de outras ações governamentais, particularmente na área do saneamento básico.

Após as considerações feitas pela Dra. Dilma, foi aberto espaço para as perguntas.

Mostarda (CBH - Serra da Mantiqueira e órgão gestor) perguntou como está a cobrança pela transposição na barragem Santa Cecília, afirmando que não há como gerenciar os recursos hídricos sem levar em conta as questões locais, culturais, etc. Dra. Dilma concordou que o Plano de Bacia tem que refletir as necessidades locais, esteja ou não na pauta de discussões dos Comitês de Bacias.

O sr. Paulo Sergio Figueiredo considerou que gestão não é apenas cobrança pelo uso da água. A relação entre os comitês estaduais e federais ainda não está equacionada. Como fica o produtor de água em relação à dominialidade. Não é só administração de problemas.

Devido ao adiantado da hora o Coordenador da Mesa sugeriu que as perguntas fossem levadas à plenária, programada para o final do dia.

Painel 2: A Experiência da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH PCJ)

Coordenação:

Paulo Renato Paim: *Engenheiro Civil e Sanitarista. Especialista em Gestão Ambiental e Planejamento. Ex-presidente do Comitê Sinos. Ex-Coordenador Geral do Fórum Nacional de CBH. Secretário Executivo do CRH-RS e responsável pela área de planejamento do DRH-SEMA-RS*

Relatoria:

Maria Gravina Ogata: *Geógrafa e Advogada. Mestre em Geografia Física; doutoranda em Administração Pública. Diretora de Planejamento da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.*

Painelistas:

Cláudio Antônio de Mauro: *Licenciado e Bacharel em Geografia. Mestre e Doutor em Geografia Física com especialização em Geomorfologia. Prefeito reeleito de Rio Claro – SP. Presidente dos Comitês de Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiá (dos rios de domínio estadual/SP e do rio de domínio federal). Professor e Orientador nos Cursos de Pós-Graduação em Geociências e Meio Ambiente – UNESP de Rio Claro.*

Luiz Roberto Moretti: *Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE. Secretário Executivo dos Comitês (estadual e federal) das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.*

a) Afirmações:

1. O histórico da organização que se deu na Bacia Piracicaba, Capivari, Jundiaí e a importância regional da bacia, do ponto de vista econômico. A composição dos comitês estadual e federal e de seu funcionamento, com suas 10 câmaras técnicas.
2. Nossa história é de dominação e de autoritarismo, de escravagismo, com ditaduras que castraram lideranças. Um sistema excludente. Vivemos em um mundo de conflitos. Os conflitos são naturais na relação das pessoas. A busca da ética. É possível que encontremos caminhos bons. Nossos lemas são: paciência e serenidade. Deve-se caminhar depressa, mas há que se ter tempo e coordenar bem as ações.
3. O apoio das instituições é fundamental. A importância do apoio do Estado de MG e da União, através da ANA e a importância do diálogo.
4. O exemplo de um comitê não serve para outro comitê. As diferenças são grandes de um lugar para outro. Não aconselham ninguém a copiar o modelo do CBH-PCJ.
5. Há dificuldade em se identificar com clareza se um rio é da União ou do Estado. É preciso um diálogo entre a União e o Estado, pois a Portaria do DNAEE define critérios que não têm ajudado nessa definição.
6. O Estado de SP não viabilizou a promulgação da lei que trata da cobrança. Quando isso acontece, os Governos dos Estados têm que bancar a qualidade dessa água, caso contrário, os rios de domínio da União receberão esgoto. O Estado de São Paulo necessita viabilizar instrumentos normativos necessários para viabilizar a política de recursos hídricos.
7. Necessidade de os municípios se qualificarem e contarem com equipe técnica que converse em pé de igualdade com os técnicos do Estado e da União e com os demais participantes do processo de implementação da política das águas.
8. Existem questões complexas como o caso da outorga de águas no Sistema Cantareira em que as águas do Piracicaba são levadas para abastecer São Paulo. A SABESP é privada, com ações em bolsas de valores, que conta com recursos internacionais. Existem grandes interesses em jogo. Trata-se de um caso em que a outorga deverá se dar de forma articulada.
9. Há uma grande maturidade nesse debate. Tem havido inúmeras reuniões do grupo técnico formado por representantes de SP e MG (produtora de água). São reuniões com alto quorum e o que se busca, entre outras coisas, é a garantia que as águas não serão gerenciadas por um setor interessado.

b) Questionamentos:

1. Como deverão ser nossas relações se nossa herança é de autoritarismo e de dominação? Amadurecer e ampliar o diálogo nas relações interpessoais e institucionais (a ética).
2. Necessidade de critérios mais adequados para melhor identificar a dominialidade dos rios da União e dos Estados (revisão da Portaria do DNAEE).
3. Dificuldade de se ter um momento oportuno uma lei que facilite a cobrança nos rios da Bacia do Piracicaba (necessidade de aprovação da lei da /cobrança pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo).
4. Necessidade de qualificação das equipes técnicas dos municípios para lidar com a gestão de recursos hídricos.

5. Aperfeiçoamento dos procedimentos de outorga nos casos em que haja rios estaduais e da União.

Debatedores:

Heloise Caldeira Brant: *Chefe da Divisão de Gestão de Bacia do Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Assistente Social com especialização em gestão e planejamento.*

1. A importância da ética nas relações que regem a gestão das águas.
2. O Estado de Minas Gerais tem tido participação modesta, mas com qualidade e efetividade no CBH-PCJ. Há a necessidade dos órgãos gestores dos estados estarem próximos para um trabalho conjunto para amenizar os conflitos.

Luiz Fernando Carne seca: *DAEE / SP*

1. As duas experiências apresentadas até o momento foram de São Paulo e isso se constituiu em uma coincidência. Lá existem problemas e onde há problemas tem que ter soluções. Assim há que se depender esforços no sentido de resolve-los. Se não há conflito, não há porque se ter comitês.
2. Todos os que se sentam à mesa têm responsabilidades.
3. Tem que ficar claro que um comitê de bacia não tem dono. O trabalho de todos fica mais claro quando o sistema que se quer implementar é de todos. O uso da expressão “meu comitê”...não é apropriado.
4. Não se fala em enquadramento dos usos. Com esse enquadramento tudo fica mais fácil.
5. Existem instrumentos que têm sido pouco destacados na implementação da política de recursos hídricos e que poderiam facilitar o processo de gestão dos recursos hídricos: o enquadramento legal das águas, por exemplo.
6. Não interessam as diferenças regionais e sua forma de funcionamento. O que interessa é o interesse comum. Aí, sim, fica mais fácil implantar tudo.

Ana Cristina Strava: *Gerente de Cadastro da Agência Nacional de Águas. Mestre em Saneamento Ambiental. Doutora em Geotécnica Ambiental. Suplente na Câmara Técnica de Outorga e Licenciamento do Comitê da Bacia PCJ.*

1. A questão da superação da dominialidade para ter um único fórum de discussão. Coloca todos para dialogar e discutir.
2. O modelo histórico arbitrário contrasta com os fóruns democráticos previstos na legislação de recursos hídricos. A importância da negociação. São duas coisas que se desenvolvem simultaneamente, mas que os problemas vêm sendo superados.
3. A importância de MG, embora com pequena expressão territorial na área da bacia e usos da água menos impactantes, a sua importância no comitê não diminui.
4. A cobrança não é o mais importante dos instrumentos, no entanto, ela coroa a implementação dos demais instrumentos. Sua importância pode ser detectada no momento em que setores usuários requereram a revisão da outorga no momento em que surgiu a divulgação da cobrança sobre o uso da água. A cobrança proporciona uma certa racionalidade no uso dos recursos hídricos.
5. A convivência simultânea do arbitrário e do democrático na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos: dificuldades e superações.

6. A necessidade de construção de uma boa relação entre os diversos órgãos que compõem o princípio federativo.

Painel 3: A Experiência da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH's Doce e Piracicaba/MG)

Coordenação:

Lupércio Zioldo Antônio: *Engenheiro Civil. Coordenador Geral do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas. Secretário Executivo do CBH Batalha-Tietê. Diretor do DAEE na Bacia do Baixo Tietê.*

Relatoria:

Ada Piccoli: *Arquiteta. Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR-UFRGS. Servidora da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN. Secretária Executiva do CBH Gravataí-RS.*

Painelistas:

João Domingos Fassarela - *Presidente do CBH Doce/ Prefeito de Governador Valadares/MG.*

1. A diversidade do processo de ocupação da bacia do Rio Doce determinou a heterogeneidade da bacia em termos de potencial econômico e as correspondentes condições de bem-estar social da população, assim como a diversidade de problemas (erosão e assoreamento, poluição decorrente da mineração, uso industrial intenso, desmatamento)
2. A bacia do rio Doce já foi muito estudada, há inúmeros documentos técnicos, desde a cooperação estabelecida com a França em 1989.
3. Principais desafios: a) superar o tensionamento entre os comitês de rios estaduais e o comitê de rio federal, que houve no início (necessidade de clarear atribuições, receio de que o comitê nacional inibisse iniciativas dos comitês estaduais, receio quanto à aplicação dos recursos arrecadados na bacia) e que ainda persiste em alguns casos; b) assegurar a participação dos comitês estaduais em todas as instâncias decisórias, inclusive no Comitê de Integração entre os dois estados, em formação.
4. Fatos positivos: a criação do escritório de apoio técnico ao comitê e a articulação com parlamentares estaduais e em nível federal (constituição da frente parlamentar pelo rio Doce).

Rômulo Cargosinho – *Ambientalista. Mobilizador social. Membro do CBH Piracicaba mineiro e do CBH Doce*

1. A Constituição Federal preconiza as relações harmônicas entre a União e os Estados na gestão dos recursos hídricos, embora, na prática, isso nem sempre venha ocorrendo como, por exemplo, na discussão sobre obras para geração de energia em rios estaduais. A Lei 9433 preconiza a gestão participativa e descentralizada, a integração das águas interiores, estuarinas e costeiras e isso nem sempre vem acontecendo como, por exemplo, no enquadramento que começa a ser centralizado em órgãos federais, comprometendo a participação das populações.

2. São desafios para superar esses problemas: a) encaminhar o empoderamento da sociedade civil; b) atuação coletiva da sociedade; c) utilizar o conhecimento técnico existente para avançar no processo de gestão; d) adotar soluções locais; e) explicitar as regras do jogo de dominação antes de iniciar a cobrança, ouvir a população.

Questionamento: receia que a proposta de cobrança centralizada na ANA repita outras situações já conhecidas de domínio da União – como, por exemplo, em relação a rodovias e políticas de saúde. A cobrança deveria ser feita por uma agência de bacia que englobasse no máximo duas ou três bacias com características comuns quanto a problemas enfrentados, modelos econômicos e políticas.

DEBATEDORES:

Luiza de Marillac Camargos: *Engenheira Civil Sanitarista. Coordenou a formação dos Comitês de Bacia de Minas Gerais no período de 1997 a 2003. Atualmente, Chefe da Divisão de Planejamento de Recursos Hídricos do IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.*

1. Concorde com o Prefeito Fassarela em relação ao tensionamento inicial entre o comitê e o órgão gestor. Hoje, já é mais tranquilo o relacionamento, mas ainda há ações necessárias para avançar.
2. A bacia hidrográfica como unidade de planejamento é o desafio aos comitês, principalmente nas relações entre os comitês estaduais e o federal.
3. A bacia do Rio Doce em Minas Gerais tem uma tradição de militância, em função do passivo ambiental ali existente, e isso se reflete no tensionamento entre comitês e municípios, no início das atividades dos comitês.

Fábio Ahnert: *Mestre em Engenharia Ambiental. Gerente de Recursos Hídricos do IEMA-ES. Coordenador Técnico do CONSEMA-ES (Conselho Estadual de Meio Ambiente)*

1. O processo de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi muito bom para agitar o cenário de um Estado que não têm comitês, e já rendeu frutos: temos hoje proposta de criação de comitês estaduais.
2. Todos temos aprendido muito com esse exercício de cidadania, de sentar à mesa e discutir assuntos com o recorte da unidade de planejamento que é a bacia hidrográfica.
3. A forma como estabelecer as relações entre o comitê estadual (rio de domínio do Estado) e o comitê federal (rio de domínio da União) não se encontra para comprar em supermercado, nem é receita que algum especialista dispõe: é preciso a disposição dos atores e a participação dos órgãos gestores estaduais.
4. Com certeza, o rio Doce estará em prioridade na pauta do órgão estadual.
5. A criação do escritório técnico de apoio ao comitê é um passo importante para o comitê avançar.

Rodrigo Flecha: *Superintendente de Apoio aos Comitês da Agência Nacional das Águas.*

1. O Fórum refere-se a Sistema Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Entendo que existe um só Sistema Nacional, já dado pela legislação: vamos trabalhar para superar a questão da dominialidade.

2. O custo de transação do processo participativo e descentralizado de gestão de recursos hídricos: daqui a 10 anos, a avaliação que poderá ser feita é se houve efetiva melhora das condições que hoje se apresentam? O Sistema precisa avançar mais do que está avançando.

Comentários à exposição de João Domingos Fassarella:

1. É preciso resgatar os estudos e propostas existentes sobre a bacia e aplicá-los, efetivamente, na gestão dos recursos hídricos da bacia.
2. Reconhece como pontos favoráveis ao avanço do processo de gestão: a) o plano de controle de cheias, em elaboração (vai ajudar a superar as questões da dominialidade); b) a criação da Unidade Administrativa Regional para a Bacia do rio Doce; c) a Frente Parlamentar pelo rio Doce.

Comentários à exposição de Rômulo Cargosinho:

- ?? Defende a criação de uma agência única para a bacia, acredita que é possível estabelecer um contrato de gestão;
- ?? É preciso superar as questões da dominialidade, e trabalhar com a bacia hidrográfica;
- ?? A cobrança não pode ser feita por uma organização de direito privado, é a ANA que deve arrecadar;
- ?? A criação de comitês de bacias tributárias não é solução para tudo. É o momento de fortalecer o Comitê do Doce;
- ?? Sobre representatividade: o representante em um comitê deve levar a seus representados e trazer de volta os assuntos em pauta, exercendo, dessa forma, sua representação.

Painel 4: A Experiência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBH's São Francisco e Pará/MG)

Coordenação:

Isidoro Zorzi: *Presidente do CBH Taquari-Antas/RS; Coordenador do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas.*

Relatoria:

Flávia Gomes de Barros: *Engenheira Civil. Superintendência de Apoio aos Comitês da ANA*

Painelistas:

Luiz Carlos Fontes: *Geólogo. Professor da Universidade Federal do Sergipe. Coordenador do Fórum de Defesa do São Francisco. Secretário Executivo do CBH São Francisco.*

Apresentou a complexidade e as características da bacia e o contexto da criação do comitê:

- ?? degradação hidroambiental;
- ?? forte mobilização social;
- ?? conflitos de usos;
- ?? polêmica com a transposição.

Afirmou a necessidade do CBH relacionar-se com os Estados e articular com as 34 bacias afluentes e o conceito de que o comitê é um ente do Estado, sendo que o Governo Federal é membro do comitê. Disse também que as expectativas criadas com o comitê transcendem as atribuições previstas pela Lei das Águas.

Comentou a legalidade do processo de criação, mobilização e instalação do comitê e lembrou que o CBH busca a descentralização e participação.

Afirmou que existem pressões referentes a:

?? Negociação de conflitos;

?? Definição de prioridades.

Citou 3 desafios:

- garantir o funcionamento do CBH;
- assegurar a inserção do CBH nas políticas de governo;
- discutir do projeto de transposição.

Comentou a deliberação do CBH de que a transposição será discutida no âmbito do Plano de Bacia e também que a realidade revelada no diagnóstico do Plano mostra um cenário preocupante. Afirmou ainda que a transposição afeta não só o CBHSF, mas que a forma como está sendo conduzida prejudica a gestão participativa.

Apontou como próximos passos:

?? Convênio de Integração – bacia como unidade de planejamento;

?? Construção de pacto das águas – alocação negociada de água;

?? Fortalecimento das Câmaras Consultivas Regionais e instalação da Câmara Técnica Articulação Institucional;

?? Criação da associação pró-gestão e sustentabilidade financeira.

Regina Greco: *Agente credenciada do COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental no período de 1985 a 2002. Presidente do CBH-Para MG por dois mandatos (1998/2003). Coordenadora dos Projetos desenvolvidos pelo CBH Pará. Membro do Fórum Mineiro dos Comitês e do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de CBH, representante do CBH Pará/MG.*

Comentou os fundamentos da Lei 9433/04 afirmando que unidade territorial é a bacia hidrográfica e que no caso de Minas – são as bacias mineiras.

Afirmou que representatividade deve ser igual por setor e que as diretrizes de ações devem estar previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos – contendo as normas para os afluentes e o planejamento regional.

No que se refere à cobrança, afirmou que em Minas Gerias será necessário promover a discussão da relação federal com os grandes arrecadadores mineiros e também a necessidade de priorizar os recursos para a recuperação ambiental e a compensação ambiental .

Afirmou ainda que o CBH – SF optou por priorizar o Plano de Bacia.

Comentou que existem 21 comitês instalados em Minas; 4 em processo de instalação e 3 comissões pró-comitês. Sendo assim, esses comitês estão em estágios diferentes de atuação e que os comitês afluentes propuseram algumas alterações:

- ?? necessidade da integração de gestão;
- ?? criar regras e princípios – pois existem diferenças nos Estados.

Comentou que o Coordenador da Câmara Consultiva do Alto São Francisco teria informado que os CBH mineiros não têm direito à voto nesta Câmara, lembrando que todos os comitês de tributários têm as mesmas atribuições na totalidade de sua bacia. Por isso, as relações devem ser harmônicas, descentralizadas, respeitando os princípios e vivências adquiridas.

Também afirmou a necessidade de se definir critérios/regras/normas entre o CBH SF x CBH Mineiros, pois os CBH mineiros estão na calha do rio.

Segundo a expositora, os CBH Mineiros são contra a instalação de uma agência de bacia única e pontuou a necessidade de estabelecer relações com agências de afluentes.

Comentou a necessidade de:

- ?? estabelecer a forma legal de participação dos CBH afluentes na assembléia do CBHSF;
- ?? divulgar as deliberações do CBHSF para os demais comitês;
- ?? criar a cultura do CBHSF reconhecer as deliberações dos CBH afluentes e respeitá-las.

Debatedores:

Adolpho Portela: *Engenheiro Civil. Diretor de Gestão Participativa do IGAM. Coordenador do Projeto de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco pela Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais – SEMAD*

Apresentou o IGAM, a diretoria de gestão participativa, seus objetivos e comentou a composição dos CBHS em Minas Gerais.

Comentou sobre a coordenação do Projeto de Revitalização do SF e destacou:

- ?? que o projeto possui poucos recursos;
- ?? que os recursos estão dispersos;
- ?? quais as entidades envolvidas no projeto; e
- ?? quais os projetos em implementação.

Concluiu enfatizando a necessidade de todos participarem para garantir a sinergia e interação das ações.

Alexander Max Figueiredo: *Engenheiro Civil. Gerente de Recursos Hídricos da CHESF atualmente cedido para o Estado de Pernambuco – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente para implementações e gerenciamento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.*

Iniciou lembrando o papel do CEIVASF e sua composição “chapa branca”.

Afirmou que o CBH-São Francisco servirá de modelo de gestão de bacias internacionais devido:

?? às diferenças da bacia - inclusive nas microrregiões;

?? às diversidades políticas, regionais e culturais.

Comentou a dificuldade de constituir Comitês em regiões nas quais não há água, sendo na opinião dele um dos fatores que justifica a ausência de comitês no Estado de Pernambuco.

Falou da importância de se construir um comitê único possibilitando o fortalecimento das instituições da bacia e da necessidade de promover o desenvolvimento da bacia, reduzindo, dessa forma, as suas diferenças.

Recomendou adotar esse comitê como um laboratório e escola para os demais comitês.

Rosana Garjulli: *Socióloga. Gerente Adjunta da Superintendência de Apoio aos Comitês da ANA*

Afirmou, inicialmente, que o comitê foi criado a partir de uma decisão política em um momento de discussão da transposição do Rio São Francisco.

Disse também que a legislação possui grandes avanços e algumas lacunas sendo necessário definir o como fazer, pois existem atribuições que se sobrepõem em algumas bacias.

Destacou alguns pontos referentes ao processo de formação e funcionamento do CBH-SF:

Sobre o processo de formação, lembrou a 1ª reunião com os CBH afluentes de Minas na qual se optou por adotar uma única metodologia de mobilização para a formação do CBH-SF para toda a bacia. Lembrou ainda da discussão sobre qual o papel do Comitê e se este seria viável. Comentou que durante o programa de mobilização ficou nítida a grande identidade da bacia.

Considerou a necessidade de se construir um pacto de gestão - o qual deve ser estabelecido para construir a unicidade da bacia, estabelecendo regras gerais – e a importância do CBH-SF para colocar os Comitês em uma pauta nacional - o CBH-SF foi reconhecido como o ambiente para se discutir a transposição.

Disse ainda que as questões locais e regionais devem ser tratadas nos comitês afluentes, mas o CBH-SF é de grande importância para discutir as questões gerais da bacia.

Concluiu, afirmando que hoje não tem dúvida nenhuma da importância de criação e instalação do CBH-SF e de que esse cumprirá seu papel na gestão de recursos hídricos da bacia.

SESSÃO PLENÁRIA COM A ANÁLISE CRÍTICA POR ESPECIALISTAS E DEBATES

Coordenação: Isidoro Zorzi – Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês

Relatoria: Ada Piccoli, Flávia Barros, Jussara de Carvalho e Maria Gravina Ogata.

Comentários de Stela Goldenstein - Geógrafa. Coordenou, pelo setor ambiental, a definição e implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Ex-Secretária Estadual de Meio Ambiente – São Paulo e Ex-Secretária Municipal de Meio Ambiente – São Paulo.

- 1) O pacto federativo com 3 entes federados com atribuições ser devem ser articuladas. Trata-se do exercício do poder. A questão não é simples.
- 2) A questão da dominialidade tem que ser entendida no processo de mudança do estado brasileiro, sendo necessário um rearranjo.
- 3) A dominialidade não pressupõe a propriedade. Trata-se de responsabilidade compartilhada sobre a água e sobre o território.
- 4) A Cobrança pela União e a sua legitimidade para efetuar a cobrança foram mencionadas nas discussões. Isso implica em dinheiro e poder. Qual é o circuito do dinheiro e da tomada de decisão? Mencionou a aplicação de recursos na Amazônia, região que não gerou a totalidade dos recursos aplicados.
- 5) O sistema de gestão atual não pressupõe a substituição do que já existe. A bacia não pode substituir o estado, os municípios, a união. Existem assuntos que não são da alçada dos comitês, embora eles tenham co-responsabilidade na gestão de políticas públicas. Como exemplo, podem ser mencionadas as questões como a habitação, o meio ambiente, as questões sociais, dentre outros.
- 6) Não basta discutir dominialidade para avançar na gestão. Pode se avançar na gestão à margem da dominialidade.
- 7) O comitê não existe para eliminar conflitos e sim para discutir como enfrentar os conflitos, valorizando os inúmeros interlocutores.
- 8) O comitê não pode ser visto e nem responsabilizado pela resolução de todos os problemas. Não existe essa supra-entidade.
- 9) Temos o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e inúmeros sistemas estaduais que devem se articular com esse sistema nacional. Não se pode escamotear os outros entes. O papel do comitê é de articulação e não o de substituição dos demais entes. As questões de interesse de cada ente federado têm que ser tratadas em cada nível e não no âmbito de um sistema nacional.
- 10) Concluiu dizendo que é necessário discutir o circuito de tomada de decisão sobre os recursos e a sua alocação entre todos os responsáveis. Trata-se de amadurecer questões que não são meramente conceituais.

Comentários de Luiz Antônio Timm Grassi – *Engenheiro Civil. Coordenador da Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES-RS. Ex-Presidente do CBH Lago Guaíba. Ex-Vice-Presidente dos Comitês Sinos, Gravataí e Caí. Membro da Comissão de Redação da Lei das Águas do RS.*

- 1) A questão da dominialidade está sendo superada na prática. Antes parecia ser algo insuperável, em razão de questões complexas relacionadas ao federalismo. Há uma certa ambigüidade em ser unitário e descentralizado e a tradição de paternalismo. O Brasil é único país que conta com o poder efetivo dos municípios. Só o Brasil tem esse sistema na América.
- 2) O fato de os estados terem poder político e autonomia se constitui em algo complexo, entretanto foi bom que a Constituição reconheceu a existência de águas de domínio da união e dos estados.
- 3) A Lei n. 9433/97 é ambígua, pois trata de questões da união, ao mesmo tempo avançou em questões administrativas nas quais os estados já tinham uma experiência. Chegou-se a pensar que as leis estaduais não estariam mais vigentes, fato esse que foi superado.
- 4) A dominialidade vai além da questão da responsabilidade. A união e os estados têm o dever de tutelar as águas em nome da sociedade.
- 5) Essas questões de dominialidade têm analogia no compartilhamento das águas com os países vizinhos, nos casos dos rios transfronteiriços. As experiências da Europa poderão ser úteis ao país.
- 6) Concluiu com a ressalva de que as questões relacionadas com as águas subterrâneas são mais complexas e não têm sido mencionadas.

Comentários de Gilberto Valente Canalli – *Engenheiro Civil e Advogado. Ex-presidente da ABRH. Vice-Presidente do Comitê Brasileiro de Barragens. Consultor Autônomo no Brasil e no Exterior. Coordenador Técnico do Projeto GEF-OEA DeltaAmérica para o intercâmbio de lições aprendidas na gestão de recursos hídricos transfronteiriços na América Latina e Caribe.*

- 1) Mencionou o acidente constitucional quando se retirou dos municípios a capacidade de ter a dominialidade da água.
- 2) As palavras-chave nesse processo são *credibilidade e segurança* jurídica. Essa segurança jurídica é extremamente difícil em razão da dicotomia que atualmente existe, no que tange à dominialidade das águas. Precisamos partir para a solução dos problemas ainda que tenhamos que verificar a necessidade de uma emenda constitucional. Devemos buscar uma forma de ampliar o domínio dos estados sobre as águas. Deveria ser criada a figura de rios compartilhados. Na União Européia não se sacrifica nenhum ente nacional e sua autonomia. Estão construindo um sistema sem orçamento da União Européia.
- 3) A meta de recuperação hidro-ambiental não é um conceito originário da Lei n. 9433/97. O conceito originário é o da gestão dos recursos hídricos: garantir a qualidade e a quantidade de água para o usuário.

- 4) Outra questão que está na base da conceituação originária dessa Lei é a descentralização, que é um princípio que não depende de escalão superior, mas sim de disposição legal e que deve ser buscado.

PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS NO DEBATE

1. Aprofundar a discussão sobre o Pacto, no sentido de que haja a harmonização de critérios para dar sentido ao princípio da descentralização nos termos previstos na Lei n. 9433/97 (*Dilma Pereira*);
2. É necessário considerar as questões ambientais na gestão das águas, não dissociando qualidade de quantidade (*Carlos Renan Dotto*);
3. Como integrar o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão dos recursos hídricos, sem esquecer que na ponta da gestão ambiental está o município com capacidade de interferir nessa gestão, sendo que, no caso da gestão dos recursos hídricos, na ponta se encontra o comitê de bacias? (*Sergio Cardoso*);
4. Necessidade de se colocar na agenda de discussão as questões relacionadas com as águas subterrâneas (*Sergio Cardoso*);
5. Não podemos esquecer que as questões hídricas têm que ser discutidas com ênfase nas questões econômicas e sociais (*Sergio Cardoso*).

Encaminhamentos:

- 1) Criação de mecanismos que integrem a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos.
- 2) Proposta de uma Emenda Constitucional que retire a dominialidade da união e defina a figura de rios compartilhados. (ver sugestão do texto apresentado pelo Raimundo Garrido);
- 3) Inserção das águas subterrâneas na pauta de discussão de gestão de recursos hídricos.

DIA 8 DE JUNHO DE 2004

TEMA: “OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS”

1. A cobrança pelo uso de recursos hídricos como instrumento de gestão

Cobrança é a contribuição financeira prevista na legislação para contribuir na viabilização dos Planos de Bacia. É ao mesmo tempo incentivadora do uso racional da água e fonte de recursos para a realização das ações necessárias na bacia hidrográfica, visando os objetivos definidos no Enquadramento, ou seja, na garantia das condições de qualidade e quantidade da água que permitam os usos desejados. É o Comitê de Bacia, quem define o valor da cobrança, com base na política de desenvolvimento e incentivos por ele estabelecida no Plano da Bacia.

Coordenação:

Adriana Araujo Ramos: *Advogada com atuação na área de recursos hídricos. Procuradora-Chefe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB-MG.*

Relatoria:

Rosemeri Lazzari Lacorth – *Bióloga e Secretária Executiva do Comitê Rio Ijuí – RS.*

1.1 A Experiência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Antônio Evangelista de Sousa: *Vice-presidente do CEIVAP; Vice-presidente AGEVAP (Associação pró-Gestão do Rio Paraíba do Sul); Diretor do Departamento de Saneamento de Meio Ambiente/ SINTAEMA-SP; Doutor em Geociências.*

Afirmou que a cobrança demanda a participação pública para as decisões referentes à recuperação ambiental da bacia hidrográfica e que os comitês devem ter discussão e autonomia para deliberar ações, evitando a centralização.

Apontou dificuldades no entendimento da integralização dos recursos arrecadados e no repasse dos recursos para a bacia na qual foram arrecadados.

Como estratégias de superação afirmou que a cobrança deve ser feita de acordo com a particularidade de cada comitê a partir de uma articulação entre os membros do comitê e do órgão gestor.

1.2 A Experiência do Estado do Ceará

Antônio José Câmara Fernandes : *Engenheiro Mecânico, com especialização em Saneamento e Marketing. Coordenador da Célula de Gestão da Secretaria de Recursos Hídricos.*

Expôs que no Estado do Ceará, a dificuldade maior é a escassez da água, inclusive pelo baixo escoamento das águas subterrâneas e que o desafio está sendo implementar a cobrança, efetivamente, em todas as bacias que ainda se encontra na fase de estudos com os comitês, para posterior discussão.

Afirmou que há dificuldades na implementação da atualização do cadastro de usuários, na universalização da outorga e na implementação do sistema de fiscalização.

Para a superação das dificuldades acredita no trabalho junto aos comitês, através de muita discussão, sobre a implementação real do funcionamento das Agências de Bacia e dos Planos de Bacia.

1.3 A Experiência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Pardo

Rodopiano Marques Evangelista: *Mestre em Recursos Hídricos pela Faculdade de Engenharia Civil – Unicamp; Doutorando Em Recursos Hídricos pela Unicamp; Representante da Assemæ – Associação Nacional de Serviços Municipais de Água e Esgoto; Presidente do CBH – Mogi/Pardo MG; Co-Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês; Representante da Câmara Técnica de Análise de Projetos – CNRH; Presidente da Sub-Seção Sul de Minas da ABES-MG.*

O expositor mostrou preocupação com a despoluição dos rios da bacia hidrográfica e com a implementação de um Plano de Bacia. Identificou similaridades entre a proposta de cobrança na bacia do Rio Mogi-Pardo e a proposta do CEIVAP.

Manifestou dúvidas sobre os rumos a serem seguidos na continuação e propôs a implementação de um Plano de Bacia e a definição de uma metodologia de antecipação da cobrança em uso como estratégia para superação das dificuldades na implantação do instrumento.

COMENTÁRIOS DOS ANALISTAS:

Patricia Helena Boson: *Engenheira Civil que trabalha em Recursos Hídricos desde a Graduação em 1979. Pesquisadora da Fundação CETEC/MG. Consultora do IGAM. Coordenadora do Pro-Água. Consultora da SRH-MMA – Coordenadora Técnica do IV Diálogo – Foz do Iguaçu. Consultora de Planejamento – Gestão de Recursos Hídricos. Coordenadora de Programa Especial de Recursos Hídricos – IBRAM; Secretária Executiva do Conselho de Empresários do Meio Ambiente – FIEMG; Consultora do Conselho Temático de Meio Ambiente; Membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos Representando o segmento usuários; Representante do IBRAM na CTCOB e CITIL do CNRH*

- Trabalhar mais amplamente a questão dos conceitos da cobrança. Maior instrumentalização para maior/melhor discussão.
- A cobrança não é uma penalidade, mas apenas um instrumento de gestão dos usos.
- O fundamental é a participação de todos os atores: usuários, população e órgão gestor.
- Não se pode pensar em cobrança sem pensar em agência.
- Calma e clareza são imprescindíveis para a implementação da cobrança para que haja credibilidade.
- Não se pode penalizar as indústrias com cobrança abusiva.

Eugênio Miguel Cánepa: *Economista. Especialista em Economia Regional e Urbana. Pesquisador da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) na área de Economia Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos*

- A cobrança é equivalente à demanda dos usos.
- Mecanismos de preços:
 - a) incitativo ou de eficiência – para diminuir a demanda. Ocorre racionamento e o gasto diminui;
 - b) de financiamento: análise de custo.
 - c) incitativo e de financiamento: induz à moderação do consumo e, pela cobrança, há o custeio das demais ações.
- A Lei 9.433/97 está de acordo com o preço “c”.
- O sistema de gestão deve ser público, sistêmico ou integrado e participativo.
- Os comitês devem conquistar espaço através de planos de intervenção.
- É preciso que haja experiências, mesmo que possuam erros, para que haja aprendizado.
- O estado deve assumir o seu papel.
- Os preços, na cobrança, devem ser diferenciados para os usuários.

João Carlos Rodrigues: *Consultor Corporativo de Gestão Ambiental João Rodrigues Reis - membro titular do CEIVAP e atualmente também ocupa a presidência da AGEVAV, Agência de Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul*

- Calma, organização e persistência são fundamentais para a implementação da cobrança;
- Deve-se respeitar as particularidades de cada comitê e de cada bacia;
- Indefinições quanto à cobrança:
 - a) riscos de contingenciamento;
 - b) transposição das águas, que é um grande uso = repasse de 15 % da arrecadação;
- Os comitês do Ceará precisam ser mais ouvidos;
- Deve-se incentivar a participação efetiva dos usuários.

Dilma Seli Pena Pereira – *Ex-Diretora da ANA e atualmente assessora do Diretor Presidente da ANA:*

- A cobrança pode ser analisada:
 - a) Metodologia, Conceitos e Custos.
 - b) Como a cobrança contribui para a governabilidade da Gestão dos RH?
- Deve haver as particularidades de acordo com as características locais e regionais de cada bacia hidrográfica e essas, reconhecidas.
- Os órgãos gestores devem estar pactuados oficialmente de forma compartilhada e descentralizada, com os comitês de bacia.
- Não se pode ter, na mesma bacia, usuários que pagam e usuários que não pagam.
- A partir da cobrança, constrói-se a governabilidade.

O debate que se seguiu, apontou como caminhos para avançar na implementação do instrumento cobrança:

- No Rio Grande do Sul, implementar a agência e capacitar/apoiar os comitês.

- Nos comentários gerais, também a implementação das agências e da instrumentalização sobre a cobrança.
- A importância da participação e envolvimento de todos os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos: usuários, população e órgãos gestores.

ENCAMINHAMENTOS:

Foram encaminhadas duas moções à Assembléia Geral dos Comitês:

1. ao contingenciamento dos recursos arrecadados pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba.
2. à alteração/ revisão da Lei 4227/2003, pertinentes aos recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

2. “O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água”

Enquadramento é a definição política sobre os usos que a sociedade pretende fazer das águas da bacia hidrográfica, estabelecendo os objetivos de qualidade e de quantidade dos corpos d' água (o rio que queremos).

Coordenação:

Hector Muñoz: *Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.*

Relatoria:

Ana Cecília Perroni - *Engenheira Civil e sanitária, participou da formação de diversos comitês de bacias hidrográficas do RS.*

Suraya Modaelli - *Membro do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapei e Peixe e Coordenadora pelo Comitê do programa de educação ambiental “Pelos Caminhos das Águas”*

2.1 A Experiência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí

Maria Dolores Piñeda - *Técnica da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM. Bióloga. Doutorada em Geografia e representante de entidade membro do CBH Gravataí*

1) Principais aspectos abordados:

- Solicitação de novo enquadramento pelo comitê, diante da criticidade da área e conflitos de usos das águas, levando em conta a participação da sociedade;
- Formada comissão de membros do Comitê para conduzir o processo, desenvolver metodologia de trabalho e esclarecer demais membros do comitê.
- **Metodologia da Comissão:** o rio foi dividido em trechos; foram produzidos material de informação e instrumentos de consulta – questionários; promovidas reuniões para discussão do assunto com a comunidade.
- **1ª Estratégia da Comissão:** Apresentação da proposta ao comitê e delegado a cada representante das entidades membro a responsabilidade de divulgá-la junto aos seus respectivos pares, o que não foi bem sucedido.

- **2ª Estratégia:** A Comissão assumiu o papel de articuladora promovendo seminários de discussão com a comunidade, adequando-os ao horário mais apropriado para a participação do público-alvo, à linguagem mais acessível. Houve a produção de material de divulgação e de informação, inclusive para a inserção do assunto nas rádios locais.

- Roteiro da discussão do Enquadramento :

- a) propostas da comunidade ao Comitê Gravataí;
- b) sistematização dessas propostas pelo comitê;
- c) proposta aprovada pelo plenário do Comitê Gravataí e encaminhada à FEPAM (Órgão Ambiental do Estado);
- d) apreciação da proposta pela FEPAM e audiência pública para última manifestação da comunidade;
- e) O enquadramento foi transformado em instrumento legal.

2) Problemas na Implantação do Instrumento

- a) objetivos de melhoria da qualidade e da quantidade pretensiosos demais frente às classes de usos;
- b) trabalho amador;
- c) dificuldade de equalização de conceitos e linguagem;
- d) participação reduzida do setor da agricultura (irrigantes);
- e) pouco interesse de participação de representantes do Município de Porto Alegre nas discussões.

2.2 A Experiência do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Eduardo Mazzolenis de Oliveira – *Engenheiro Químico. Mestre em Ciência Ambiental. Gerente do Departamento de Tecnologia de Águas Superficiais e Efluentes Líquidos da CETESB, desde 2003;*

1) Principais aspectos abordados:

- a) enquadramento dos corpos hídricos no Estado de São Paulo aconteceu em 1977;
- b) o CBH PCJ, instalado em 1993;
- c) a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá foi considerada como bacia crítica em poluição, pelo CRH/SP.

- Metodologia para o enquadramento

- 1) Abordagem integrada quanto aos aspectos sócio-econômicos e ambientais;
- 2) compreensão dos processos de uso e ocupação do solo e transformação dos recursos naturais;
- 3) estabelecimento de relacionamento com a comunidade e principalmente entre o setor público;
- 4) contrato de cooperação técnica com Universidades e Fundação SEADE;
- 5) definição de cenários e metas ambientais.

2) Problemas na implantação do instrumento

- 1) fragilidade das relações entre os órgãos gestores (SMA, CETESB e DAEE);

- 2) dificuldade de estabelecer diálogo com outros interlocutores;
- 3) desafio de ultimar revisão do CONAMA 20/86;
- 4) dificuldade de conciliar enquadramento com os Planos de Bacia, uma vez que os Planos de Bacia são elaborados antes da discussão do enquadramento com a sociedade;
- 5) inadequação da linguagem adotada (muito técnica), portanto de difícil compreensão pela comunidade;
- 6) inexistência de mobilização do setor usuários da água;
- 7) inexistência de Planos Diretores Municipais para auxiliar na gestão de recursos hídricos, que podem auxiliar no estabelecimento de diretrizes e estratégias de desenvolvimento regional.

2.3 A Experiência do Estado de Minas Gerais

Márcia Romanelli - *Engenheira Química. Mestre em Engenharia Sanitária. Trabalha no IGAM – Instituto Mineiro de Gestão de Águas. Participou dos trabalhos do Enquadramento das Águas, em Minas Gerais*

1) Principais aspectos abordados:

- a) enquadramento demandado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, com recursos dos Governos Estadual e Federal;
- b) material de divulgação patrocinado pelos setores público e privado e equipe de técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente FEAM.

- Princípios básicos considerados para o enquadramento:

- a) poluição hídrica não pode afetar a saúde humana e o equilíbrio ecológico;
- b) o resultado do enquadramento deve assegurar níveis de qualidade da água compatíveis com os usos;
- c) o processo deve ordenar as ações de controle de poluição.

- Instrumento de orientação e controle visaram:

- a) diminuir custo de combate à poluição por ações preventivas;
- b) priorizar as ações de maior interesse para a comunidade na respectiva bacia;
- c) integrar a gestão ambiental com o gerenciamento dos recursos hídricos.

- Proposta Metodológica

1ª Fase: Normativa – Mapeamento dos usos da água atuais e futuros sem considerar a condição atual da qualidade.

- Nessa fase foi realizado, in loco, o diagnóstico com visitas em todos os municípios e estabelecendo contato com os usuários da água, sendo que a Prefeitura ficou como responsável pela divulgação da proposta de enquadramento junto à comunidade;

- Houve Audiências Públicas, com a discussão, revisão e aprovação dos resultados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental e constituído o instrumento legal.

2ª Fase: Avaliação da Condição de Qualidade das Águas - nos diversos trechos enquadrados.

3ª Fase: Efetivação do Enquadramento – Compatibilização das Fases 01 com a 02, resultando no plano de efetivação do enquadramento

2) Problemas na implantação do instrumento:

- Dificuldade de estabelecer a relação entre a situação atual e a futura dos mananciais;
- Falha na metodologia adotada, pois não havia informações necessárias da situação atual para a realização adequada do enquadramento;
- Enquadramento realizado antes da implantação dos comitês.

2.4 Proposta do Rio Grande do Sul

Maria Salete Cobalchine - *Engenheira Civil e Sanitarista. Técnica de Gestão e Planejamento de Recursos Hídricos da FEPAM (Órgão Ambiental do Rio Grande do Sul).*

Paulo Renato Paim - *Engenheiro Sanitarista. Especialista em Gestão Ambiental e Planejamento. Secretário Executivo do CERH-RS. Ex-Presidente do COMITESINOS. Ex-Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias.*

1) Principais aspectos abordados:

- Proposta Metodológica do órgão gestor para execução do Enquadramento nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul

- a) Levantamento quali-quantitativo dos *usos* atuais da água e do solo;
- b) Levantamento das condições atuais da qualidade das águas;
- c) Divulgação do processo (consolidação de conceitos e metodologia);
- d) Elaboração e discussão das propostas de enquadramento (através de reuniões e material de divulgação e imprensa em geral);
- e) Aprovação de proposta pelo comitê e transformação da mesma, em instrumento legal pela FEPAM, Órgão Ambiental do Estado;
- f) Efetivação através do Plano de Bacia.

2) Problemas na implantação do instrumento:

- 1) Algumas Audiências Públicas com formato inadequado;
- 2) criação de novas classes de usos para águas salobras, não previstas na Resolução CONAMA n°. 20/86;
- 3) dificuldades na continuidade do processo em locais onde não existiam comitês implantados e/ou formados em desacordo com Lei 10.350/94, que instituiu o Sistema Estadual de Recursos Hídricos;'
- 4) dificuldades de internalização do conceito de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e utilização de linguagem excessivamente técnica, em alguns casos;
- 5) Plano de Bacia contratado simultaneamente com o enquadramento, entretanto com um cronograma único, sem considerar o tempo adequado para a aplicação da metodologia de enquadramento.

3) A experiência do Comitê Sinos:

- adoção de um ícone (interlocutor) – Peixe Dourado;
- consolidação dos conceitos e metodologia para os membros do comitê, com o objetivo de capacitação dos mesmos para a divulgação com seus pares;
- consulta à sociedade através de reuniões públicas por categorias, através de questionários aplicados usando como recurso de apoio material formativo e informativo, e através de entrevistas dirigidas;
- após essa mobilização direcionada à consulta da sociedade, a FEPAM elaborou proposta para uma segunda discussão pública e, finalmente, a discussão e chancelamento da proposta pelo COMITESINOS, em reunião extraordinária reservada exclusivamente aos membros cadastrados.

- COMENTÁRIOS DOS ANALISTAS:

Maria Lúcia Coelho Silva – *Presidente da ABES Seção RS - Engenheira Química. Especialista em Ecologia Humana. Técnica do Órgão Ambiental do Estado do RS. Participou da Elaboração da Lei Estadual de Recursos Hídricos.*

- a) a importância do enquadramento como elo entre os Sistemas de Recursos Hídricos e o de Meio Ambiente;
- b) perda da efetividade do enquadramento legal das águas, se ele não estiver vinculado ao respectivo Plano de Bacia;
- c) o enquadramento deve ser prévio ao Plano de Bacia, pois define suas metas;
- d) o enquadramento é um instrumento importante para a participação social e descentralização da tomada de decisão sobre os recursos hídricos;
- e) há, em muitos casos, a desconsideração da vazão de referência dos corpos d'água e a vinculação entre qualidade e quantidade de água, quando da elaboração do enquadramento.
- f) os Planos Diretores e de Uso e Ocupação do Solo são fundamentais para o Enquadramento.

Paulo Maciel – *Engenheiro com aperfeiçoamento em gestão ambiental. Foi coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias. Diretor da Ecobusiness School. Secretário do Consórcio Pampulha. Autor do Livro "Zoneamento das Águas".*

- Elementos de Reflexão:

- a) riqueza do processo participativo;
- b) o rio que queremos, temos e podemos, sendo que tudo está vinculado ao limite legal e financeiro;
- c) maior integração entre os comitês e órgãos ambientais, enfocando questões técnicas e a vontade popular;

d) problemas com limites de parâmetros;

e) as questões ambientais em áreas urbanas devem ser consideradas de modo singular para compatibilização dos interesses sociais frente ao enquadramento;

- Problemas a serem enfrentados:

- falta de investimento em pesquisa;
- maior avaliação e controle da poluição difusa;
- falta de planejamento e ação integrada entre os órgãos gestores.

Debates

Como avançar na implementação desse instrumento:

- a) Ampliar a discussão da questão do enquadramento em corpos intermitentes;
- b) Rediscussão do enquadramento através de discussões públicas, promovidas em parceria com os Comitês de Bacias e Órgãos Gestores, com objetivo de elaboração de Planos de Bacia adequados aos interesses da comunidade, considerando também as questões econômicas, sociais e financeiras;
- c) Maior participação no processo de discussão do enquadramento, por parte dos usuários, para que estejam mais próximos das decisões e participem ativamente da elaboração do Plano de Bacia;
- d) Reconhecimento do Plano de Bacia como instrumento, a ser incorporado nos orçamentos municipais, estaduais e federal.

3. “A outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão”

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um ato administrativo, uma decisão do poder público que é manifestada por meio de um instrumento emitido por um órgão de governo (federal ou estadual), concedendo àquele que deseja fazer uso das águas uma autorização, ou licença, ou concessão para tal atividade.

O fato de alguém possuir uma outorga de direito de uso de águas não significa que seja dono dessa água; mas, apenas, que recebeu uma autorização, que é provisória, para partilhar a água disponível, bem comum a todos os cidadãos.

Coordenação:

Luiz Otávio Manfré – Engenheiro Civil. Diretor Técnico de Recursos Hídricos da Diretoria do Baixo Tietê/DAEE. Responsável pelo sistema de outorga BBT. Secretário Executivo da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê.

Relatoria:

José Holanda Neto – Engenheiro Agrônomo. Especialista em Gestão de Recursos Hídricos. Coordenador do Programa de Gestão de Recursos Hídricos SRH/Sergipe.

Painelistas:

Sebastião V. Bosquília – Engenheiro Agrônomo do departamento de Águas e energia Elétrica do Estado de São Paulo. Responsável pela Divisão Técnica de Recursos Hídricos – Outorga e Fiscalização – Bacia Médio Tietê/Piracicaba. Coordenador da CT de Monitoramento Hidrológico do CBH-PCJ

Maria de Fátima Freitas Rego – Engenheira Agrônoma. Especialista em Planejamento Governamental. Técnica da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Programa de Comitês do RN.

Guilherme Diogo Júnior – Engenheiro Civil. Assistente Técnico do DAEE/SP. Integrante do Centro de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Membro das CT de Planejamento e CT de Águas Subterrâneas do CBH Turvo Grande/SP

Célia Fróes – Engenheira Química e Advogada. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Atuação como Diretora de Instrumentalização e Controle do IGAM para a implementação dos instrumentos legais de gestão de recursos hídricos.

Luís Sérgio Girão - Membro do CBH-Banabuiu/CE

Roberto Carlos da Silva Alves – Advogado. Especialista em Gestão de Recursos Hídricos. Presidente do CBH-Caí. Gerente de Recursos Hídricos do SAMAE de Caxias do Sul/RS

1 – Principais aspectos abordados:

- ?? O processo de aplicação da outorga, em geral, relacionado com a criticidade da bacia hidrográfica, ou seja à baixa disponibilidade hídrica – quantidade e qualidade, favorecendo um balanço extremamente sensível em relação às demandas existentes;
- ?? Os conflitos de uso estimulando o gerenciamento dos recursos hídricos, a intensificação da aplicação da outorga e a organização dos Comitês;
- ?? A complexidade do processo de gerenciamento dos recursos hídricos em bacia de rios de domínio da união, quando em situação crítica; com frágil integração intra e interestadual e sem a organização de colegiados de base;
- ?? Dificuldade de atendimento à crescente demanda para o abastecimento público – uso prioritário, face à degradação da qualidade das águas decorrentes da poluição industrial e do pouco alcance no tratamento de efluentes sanitários;
- ?? Importância do cadastro de usuários de água, elaborado com enfoque participativo, e, em especial, aplicado no processo de implementação da outorga;
- ?? Procedimentos operacionais para emissão da outorga de direito de uso dos recursos hídricos;
- ?? Aspectos relativos à articulação entre órgão gestor, órgão de licenciamento ambiental e comitês de bacias hidrográficas;
- ?? Participação dos comitês na integração dos sistemas estaduais de recursos hídricos e de proteção ambiental.

2 – Problemas na implantação do instrumento:

- ?? Necessidade de definição de procedimentos – com base legal, para intervenção diferenciada em bacia crítica – projeto piloto;
- ?? Escassez de recursos financeiros;
- ?? Entraves burocráticos;
- ?? Morosidade na tramitação de projetos;
- ?? Pouca compreensão dos usuários;
- ?? Deficiências na base de dados – sistema de informações;
- ?? Necessidade de implementação de marco regulatório para os usos na bacia;
- ?? Inexistência de procedimentos adequados à aplicação da outorga de lançamento de efluentes;
- ?? Pré-concepção cultural relacionada à dominialidade da água;
- ?? Resistência à introdução de novas tecnologias, sobretudo poupadoras de água e energia;
- ?? Falta de estruturação dos órgãos gestores, especialmente quanto ao número de técnicos, para atender uma demanda crescente das solicitações de outorga;
- ?? Dificuldade em se comprovar vazões efetivamente retiradas frente às outorgadas (fiscalização e monitoramento);
- ?? Falta de interação entre os órgãos gestores de recursos hídricos e os responsáveis pelo licenciamento ambiental;
- ?? Indefinição dos papéis do comitê no processo de outorga e de mecanismos claros para sua participação no licenciamento ambiental;
- ?? Em geral, os empreendedores não estão habituados a processos participativos, seja para alocação de água, seja para licenciamento ambiental.

3 – Alternativas e estratégias de superação:

- ?? Aplicação de processos de gestão de recursos hídricos com base legal – intervenção diferenciada em bacias consideradas críticas;
- ?? Ação articulada entre órgão gestor e comitê de bacia hidrográfica;
- ?? Busca de novos parceiros;
- ?? Fortalecimento da articulação e interação União – Estados – usuários;
- ?? Desenvolvimento da “outorga coletiva”;
- ?? Envolvimento do Ministério Público;
- ?? Construção coletiva de marco regulatório e de novos processos de ordenamento e regularização de uso na bacia hidrográfica;
- ?? Estímulo às organizações / constituição de comitês de bacias hidrográficas;

- ?? Fortalecimento da ação conjunta entre o órgão outorgante e de licenciamento ambiental;
- ?? Construção coletiva – participativa de convênio de integração entre órgãos federais e estaduais;
- ?? Desenvolvimento de ferramentas computacionais para dar suporte à outorga;
- ?? Cadastro de usuários realizado por empresas locais – técnicos com conhecimento da região. Com participação dos usuários, contribuindo para agilizar sua realização, baixo custo, e boa fidelidade dos dados obtidos (capacitação em serviço);
- ?? Através da participação do comitê, o processo de licenciamento ambiental foi melhor compreendido e avaliado pelas comunidades atingidas.

Comentários dos analistas:

Ana Cristina Strava - *Gerente de Cadastro da Agência Nacional de Águas. Mestre em Saneamento Ambiental. Doutora em Geotécnica Ambiental. Suplente na Câmara Técnica de Outorga e Licenciamento do Comitê da Bacia PCJ.*

As apresentações trazem experiências interessantes de incentivo aos comitês. Observa-se que os conflitos se constituem na motivação para instalação dos comitês. Desconhecem-se processos exitosos de constituição de comitês com expectativas de atuação em ações preventivas.

Eventualmente, instalam-se situações delicadas, justificando a intervenção da Agência Nacional das Águas. As ações da ANA têm buscado o estabelecimento de um marco regulatório, dentro de um Convênio de Integração pautado na construção coletiva no sentido de que este instrumento possa ser conduzido com a participação das bases, por exemplo, dos comitês de bacias hidrográficas.

É pertinente chamar atenção ao perigo de, neste momento, submeter à outorga – instrumento técnico, à apreciação de um fórum político – comitê. Sugerindo que os comitês concentrem sua participação na elaboração do plano de bacia e/ou marco regulatório. Em quaisquer destas situações, existe a necessidade do fortalecimento dos comitês.

Quanto ao cadastro, deve ser compreendido como uma ferramenta voltada à implantação do instrumento de outorga, e não para alimentar simplesmente uma base de dados.

Antonio José Tavares Ranzani – *Engenheiro Civil. Diretor da Bacia do Turvo Grande DAEE. Secretário Executivo do CBH São José dos Dourados SP.*

Ressaltou que a outorga coletiva auxilia a alocação de água em bacias críticas, contudo requer a organização dos usuários. Em situações de maior complexidade para implantação da gestão, o comitê deve se instalar como instância integradora.

Sugere a necessidade de uma posição da ANA em relação à suspensão de outorgas em determinadas bacias.

Os comitês podem ser o grande árbitro para dirimir e/ou articular soluções dos problemas entre os sistemas de meio ambiente e de recursos hídricos.

Em geral, as dificuldades são semelhantes, sobretudo entre Minas Gerais e São Paulo, entretanto, as soluções podem ser diferentes, considerando as especificidades regionais.

DEBATE: como avançar na implementação desse instrumento?

Registram-se como principais questionamentos: como resolver os conflitos de uso?; existência de base legal para a outorga coletiva; existência de métodos e equipamentos adequados para aferição da água retirada dos mananciais; como outorgar rios intermitentes ?; existência de estudos técnicos para definição da vazão ecológica; quais os procedimentos e metodologias adequadas à implantação da outorga de lançamento de efluentes ?; quais os custos da outorga?; como enfrentar questões sociais, por exemplo, analfabetismo e resistência às inovações.

As questões foram discutidas entre os expositores e participantes, entretanto não se obteve especificamente propostas objetivas quanto a possibilidade de se avançar na implementação do instrumento.

Entretanto, pode se extrair com base nas alternativas e estratégias de superação dos problemas para a implementação da outorga apresentada pelos expositores, as seguintes sugestões:

- ?? Fortalecimento dos órgãos gestores e dos comitês;
- ?? Definição de procedimentos entre o órgão gestor de recursos hídricos e o órgão de licenciamento ambiental;
- ?? Implantação da outorga de lançamento para controle da poluição dos corpos d'água;
- ?? Construção coletiva do marco regulatório e de novos processo de ordenamento e regularização de uso na bacia;
- ?? Construção coletiva de convênios de integração em bacias hidrográficas de rios de domínio da União;
- ?? Informatização no processo de aplicação e análise das outorgas.

4. Os Planos de Recursos Hídricos(Plano de Bacia)

Plano de Bacia é um processo de ordem política com base técnica. O processo de planejamento na bacia hidrográfica compreende três momentos interdependentes, a definição de objetivos de qualidade e quantidade (onde queremos chegar ou o conjunto de ações necessárias); e a viabilidade financeira(o rio que podemos).

Coordenação:

Luiz Antônio Timm Grassi - *Engenheiro Civil. Coordenador da Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES-RS. Membro da Comissão de Redação da Lei das Águas do RS. Ex-Presidente do CBH-Lago Guaíba.*

Relatoria:

Luiz Fernando Carneseca – DAEE/SP

Painelistas:

Marcus Vinicius Lopes da Silva(A experiência do CBH Mogi Guaçu) - *Pedagogo, Sociólogo e Advogado especialista em Direito Ambiental. Funcionário da Cesteb, trabalhando na Agência Ambiental da Cetesb de Pirassununga e é Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu (2001-2004).*

Maria Mercedes Bendati(A experiência do CBH Lago Guaíba) – *Bióloga. Mestre em Ecologia. Representante do departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre no CBH Lago Guaíba, tendo exercido a vice-presidência por duas gestões.*

Luiza de Marillac Camargos(A experiência do Estado de MG) – *Engenheira Civil Sanitarista. Coordenou a formação dos CBH mineiros de 1997 a 2003. Atualmente Chefe da Divisão de Planejamento de Recursos Hídricos do IGAM*

Luiz Roberto Moretti(A experiência do CBH do PCJ) – *Diretor da Bacia do Médio Tietê/DAEE-SP. Secretário Executivo dos Comitês (Estadual e Federal) das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá*

Yvonilde Medeiros(A experiência do CBH do São Francisco) – *Professora da UFBA. Doutora em Engenharia de Recursos Hídricos. Coordenadora da CT de Plano, Programas e Projetos do CBH-São Francisco. Membro do CBH Salitre-BA*

Principais aspectos abordados:

Apesar das diferentes experiências (cinco), foi possível observar os seguintes aspectos comuns:

- A elaboração do Plano de Bacia possibilita o estabelecimento de um processo de planejamento que visa equacionar o balanço oferta x demanda de água, definir metas de qualidade e quantidade e estabelecer ações com respectivos custos e prazos, tendo como principal resultado a participação pública nesse processo.
- Permite a integração do demais instrumentos de gestão: outorga, cobrança, enquadramento e sistema de informações, bem como o reconhecimento do comitê como instância de discussão, mobilização e integração dos diversos setores.
- Há a necessidade de estabelecimento de um suporte técnico ao comitê que permita identificar, levantar, sistematizar dados e informações transformando-os em propostas de apoio à decisões do colegiado.
- O envolvimento do comitê no processo de implementação do Plano é fundamental desde o seu início, definindo suas diretrizes (termos de referência), forma de realização e acompanhamento, garantindo assim a continuidade do processo de planejamento.

Constituem problemas na implantação do Instrumento:

- Carência de suporte técnico
- Envolvimento dos Municípios
- Disponibilização das informações
- Avaliação/ monitoramento metas e ações

- Envolvimento da Sociedade Civil
- Envolvimento da coletividade
- Compatibilização de agendas: recursos hídricos/ambiental

Foram apontadas as seguintes Alternativas e Sugestões:

- Envolvimento das Universidades
- Implantação das Agencias de Bacia
- Capacitação dos Municípios (Ex. Programa "Gestão Municipal de Recursos Hídricos-PCJ")
- Seminários Temáticos
- Definição de Indicadores
- Apoio para participação
- Utilização de mídia regional
- Integração Plano de Bacia e enquadramento.

Principais questões apresentadas pelos analistas:

João Gilberto Lotufo Conejo – *Engenheiro Civil. Mestre em Recursos Hídricos. Professor da Escola Politécnica da USP. Superintendente de Planejamento e Recursos Hídricos da ANA. Coordenador do Grupo de Elaboração do Plano da Bacia do São Francisco.*

- 1) O processo de planejamento é mais importante que o Plano de Bacia.
- 2) O grande objetivo do planejamento ou Plano de Bacia é definir a agenda hídrica da bacia, que envolve ações de gestão, projetos, obras e investimentos de maneira integrada, participativa e descentralizada, visando o desenvolvimento sustentável de bacia.
- 3) Os Planos de Bacia devem analisar os orçamentos federal, estaduais e municipais para identificar e avaliar os recursos alocados em recursos hídricos.

Ruis Assis Brasil - *Engenheiro Civil, com especializações em Segurança do Trabalho e Administração Pública, é Coordenador de Recursos Hídricos da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento de São Paulo, conselheiro da CETESB e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.*

- 1) Não se deve perder de vista que o Plano de Bacia é um instrumento de política pública e, portanto, deve conter um esforço de síntese para definir: o que fazer? Como fazer? E com que meios?
- 2) Sendo um processo periódico (contínuo), político (de política pública) deve conter, para sua efetiva implantação, com liderança, credibilidade e perfis adequados.
- 3) Há que se definir condições de avaliar sua efetividade, portanto: construir indicadores.

Propostas para avançar na implementação do instrumento:

- 1) Integrá-lo com os demais instrumentos, em especial, o enquadramento. Não separa-los (nem nas discussões).
- 2) Planejar no global – realizar no local.
- 3) Envolver (capacitar) os municípios, no processo de implementação: na maioria das vezes as ações são locais e dependem do envolvimento do poder público

municipal não apenas como usuário da água, mas sim como um dos poderes executivos.

- 4) Mobilização/ capacitação da sociedade.
- 5) Não querer legitimar planos setoriais como Planos de Bacias.
- 6) Tentar fazer o mínimo, não pretendendo fazer o máximo.
- 7) Reconhecer que Plano é um processo de planejamento.

Recomendações:

- ?? Incluir discussão sobre Indicadores no próximo encontro
- ?? Discussão conjunta dos instrumentos: Plano de Bacia e enquadramento

5. O sistema de informações sobre recursos hídricos

O **Sistema de Informações** consiste na coleta, organização e disponibilização de uma base de dados que serve para gerar diagnósticos e balanços hídricos dos mananciais de uma bacia hidrográfica, com vistas a embasar e qualificar o processo decisório no âmbito dos órgãos colegiados e administrativos dos sistemas de gestão de recursos hídricos.”

Coordenação:

Augusto de Almeida Neto - *Presidente do CBH Meia Ponte; Superintendente Executivo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás; Secretário Executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Goiás); Membro da CTPOAR do CNRH, representando Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais*

Relatoria:

Maria Manuela Moreira – *Geógrafa. Consultora da SRH/MMA.*

5.1 O Sistema de Informações da ANA

Flavio José Lyra da Silva - *Engenheiro Eletricista – Consultor em Geoprocessamento e Gestão de Recursos Hídricos .Coordenador – Núcleo de Gestão da Informação / Agência Nacional de Águas.*

- ?? Especificação legal do Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos com atribuições não totalmente claras e falta de foco;
- ?? Proposta da Agência – desenvolver sistema para apoio às atividades envolvendo planejamento e regulação em bacias de rios federais – subsídios a ações integradas ANA / gestores estaduais - procedimentos e formatos de intercâmbio de dados definidos quando da definição dos processos;
- ?? Proposta de estrutura em banco de dados com representação topológica (montante / jusante) e associação trechos de rios / microbacias de contribuição direta – dados espaciais de bacias a montante (chuva, uso de solo, solos, etc.) armazenados em tabelas de bases de dados;
- ?? Apresentação do Núcleo de Gestão da Informação da Agência Nacional de Águas e suas metas iniciais: organização do acervo de informação espacial digita na ANA;

criação de rede referencial em base de dados, com microbacias associadas, correspondente à hidrografia brasileira no milionésimo; incorporação de informações, espaciais ou não, à rede referencial em base de dados; desenvolvimento de sistemas para a gestão de RH, a partir da base referencial em base de dados.

- ?? Descrição da estrutura de classificação e do processo de constituição da base de dados espaciais digitais na ANA;
- ?? Apresentação da estratégia e do estado atual da constituição da base de dados hidrográfica topológica a partir da hidrografia no milionésimo;
- ?? Apresentação da estratégia para o desenvolvimento de sistemas para a gestão – ênfase no cadastro de usuários e outorga integrados em bacias de rios federais – segunda ênfase no aperfeiçoamento da base de dados distribuída de quantidade e qualidade de água – uso de técnicas modernas para análise, desenvolvimento e documentação dos sistemas – uso de XML e Web Services para integração de processo e constituição de bases distribuídas.

5.2 Sistema de Informações Geográficas aplicado ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba/MG (SIG-Paraopeba)

Mauro da Costa Val – *Engenheiro Civil e Sanitarista. Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenador Geral do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba/MG – CIBAPAR*

Apresentou a região alta da bacia do rio Paraopeba (19 municípios – Área de 4000 km², 28,6% do território total da bacia) e afirmou que a concepção, estruturação do sistema foi feita através de comissão, composta por atores qualificados representantes de diversos segmentos sociais da bacia e que a implantação se deu com maximização da participação pública através do cadastramento de usuários com utilização de estagiários de nível superior e secundário, selecionados por município.

Foram participantes: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CBH-Paraopeba), Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (CIBAPAR), secretaria executiva do comitê, IGAM (órgão gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos), Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC MG), Vista Aérea Ltda., Alexandre Grimaldi (PhD, Econsult), outros facilitadores eventuais.

Contato/Convite para participação em Comissão Técnica de Avaliação e Acompanhamento de Processo Coletivo. Discussões para determinação de parâmetros adequados para os fins de uso e funcionalidades do objeto do trabalho. Exposição à crítica do anteprojeto de concepção e estruturação, com acatamento dos pontos consensados. Escolha (convite às habilitadas e processo licitatório) da empresa prestadora dos serviços. Acompanhamento da execução do termo de referência, construído coletivamente.

Avaliou que tanto o processo participativo de definição do termo de referência, quanto a própria implantação e utilidade, como o potencial como elemento gerador de instrumentos analíticos que subsidiam tomadas de decisão, proporcionaram significativo

avanço qualitativo no processo de consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Bacia do Paraopeba.

Ressaltou que a importância do instrumento de gestão “Sistema de Informações” é incontestável, podendo inclusive, proporcionar análises da efetividade na aplicação de recursos públicos, por meio de prognósticos dos benefícios sociais e ambientais de investimentos, sobretudo quando associados a modelagem da qualidade das águas de rios.

Reconheceu que o pouco conhecimento e capacitação acerca da tecnologia de informações, aplicada aos recursos hídricos, instalada nos órgãos gestores estaduais e na Agência Nacional, foi uma das dificuldades no início do processo.

5.3 O Sistema de Informações do Estado de São Paulo

José Rodolfo Scarati Martins – *Engenheiro Civil. Doutor em Engenharia Hidráulica e Sanitária. Coordenador de Projetos da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, atuando em pesquisa na área de recursos hídricos com ênfase em modelação matemática aplicada a drenagem urbana, sistemas de informações para recursos hídricos e estruturas hidráulicas.*

Iniciou sua apresentação dizendo que a proposta original do sistema se mantém com os seguintes objetivos:

- ?? integrar fontes de dados
- ?? armazenar e preservar
- ?? distribuir informações
- ?? fornecimento de serviços
- ?? compor ou reunir outros sistemas

Que o mesmo possui um portal para a divulgação de informações relativas à:
Regulamentação

- ?? legislação, normas e procedimentos
- ?? ações, atos e resoluções das partes envolvidas
- ?? estrutura e funcionamento dos organismos intervenientes

Estado dos recursos hídricos

- ?? condições da base territorial relativas às fontes hídricas
- ?? usuários, projetos e obras (implantação e operação)
- ?? conflitos de oferta e demanda
- ?? monitoramento de recursos hídricos

Administrativos

- ?? ações e atos dos gerenciadores
- ?? controle e acompanhamento das linhas de financiamento
- ?? balanço da cobrança pelo gerenciamento
- ?? execução de ações propostas

Apresentou como premissas do SIGRH que o mesmo é o protótipo de uma ferramenta tecnológica de gestão da informação sobre o gerenciamento de recursos hídricos, com acesso interativo dos colegiados gestores aos núcleos de excelência detentores do conhecimento, para permitir o alinhamento de conteúdo e a tomada de decisões.

Lembrou que a **primeira versão** foi concebida para a concentração de bancos de dados interinstitucionais através de um servidor com acesso através da rede de comunicação em ambiente WEB e que o seu **aperfeiçoamento** aponta para uma plataforma tecnológica de acesso a dados e informações dispersas, de forma a facilitar as pesquisas de soluções sobre a gestão integrada dos recursos hídricos.

Afirmou também que as queixas dos colegiados são referentes a:

- ?? rigidez estrutural
- ?? falta de apoio para a criação de bases próprias
- ?? defasagem tecnológica
- ?? centralização
- ?? ausência de rede de comunicação
- ?? baixa velocidade
- ?? interconectividade
- ?? plataforma única

Apresentou ainda o Organograma Funcional e os entes que compõem o sistema, a estrutura de Comunicação e como se dá o fluxo de informações. Além das tecnologias:

- **Navegador Central**

- plataformas de rede comuns (Windows NT Unix Lynux)
- produtos para WEB (internet Internet2)
- módulos tipo CGI ou applett (Java, Delphi, Asp, Vbscript, PERL)
- padrão html 1.0 ou 1.1
- documentos tipo portátil (pdf, html, ..)

- **Servidor de Mapas**

- compatível com MapServer: MapInfo, ArcView, AutoCad Map
- open source & no plug-in
- multi-plataforma

- **Banco de Dados**

- relacional georeferenciado (Terra-Lib, Post Gre)
- multi-plataforma

Destacou como etapas a serem vencidas:

- Capacitação dos comitês ou seus agentes executivos
- Arranjo Institucional
- Normalização estrutural
- Integração com um SNIGRH
- Divulgação para a comunidade

5.4 Sistema de Apoio a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Pará-Alto Rio São Francisco/MG Banco de Dados Geo-referenciados em Sistema ARC VIEW 3.2.

Regina Greco – *Membro do CBH-Pará MG e do Fórum Mineiro de CBH.*

Apresentou a área de abrangência de 12.500 Km² e a metodologia de implantação a partir do levantamento dos dados existentes.

Destacou as ações:

1) Montagem do Banco de Dados, com a compra do Software ARC VIEW 3.2, com a digitalização das cartas do IBGE, com a compra de 02 (duas) fotos de satélites, a obtenção do Plano Diretor da Bacia do Rio São Francisco na escala 1:250.000, com a compra no CETEC do Mapa de Solo, com a compra de dados hidrometeorológicos no INMET, com a ajuda das entidades membros do CBH-Pará, no fornecimento de dados, como a CEMIG (526 ortofotocartas, na escala 1:15.000) e dados hidrometeorológicos da COPASA, IGAM e outros membros, como EMATER, IEF, DNPM, IBRAM, Prefeituras Municipais, SAAE, GEOMINAS e IBGE com dados dos censos.

2) Montagem do Relatório Técnico do Diagnóstico Sócio-Ambiental da Bacia e os Prognósticos Ambientais; sendo realizado o estudo técnico do Potencial Natural de Erosão e definido o Fator de Erosividade; e a produção de um Relatório Técnico sobre a Fragilidade e Risco Ambientais, como a Aptidão Agrícola das Terras, aprofundando o estudo sobre o milho e o eucalipto.

3) A montagem do Relatório Técnico sobre as Desconformidades Ambientais e uma avaliação da DN COPAM Nº 28/1998, do Enquadramento das Águas da Bacia do Rio Pará, nestas desconformidades.

4) A realização de um grande trabalho de Comunicação Social, com a confecção de Banners; seis edições do Informativo Água é Vida, CBH – Pará, com a tiragem de 50.000 exemplares cada edição; confecção de cartazes educativos, com mensagens sobre a água; apresentação de dois VT's de 45 segundos, exibidos em TV, com 35 inserções cada; 30 Out Doors; 08 Workshops; 03 Seminários; 03 Treinamentos Técnicos; montagem de 12 Projetos Executivos, e definição do Plano Diretor da Bacia e suas prioridades executivas

O Projeto, em sua execução, teve início em 01/07/2000, com os Processos Licitatórios e terminou em 31/12/2003, com a prestação de contas. Inicialmente estava previsto para 18 meses.

O recurso financeiro foi do FNMA/MMA/BID, com valor orçado de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) do FNMA/BID e com a contrapartida de R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais). A prestação de contas fechou com o valor total aproximado de R\$ 845.000,00 (Oitocentos e quarenta e cinco mil reais).

Avaliou que se conseguiu unir diferentes segmentos da sociedade em geral em torno de um único objetivo comum, apartando as rivalidades dos órgãos e concretizando o Banco de Dados Georreferenciado em ARC VIEW 3.2, evoluindo em breve para ARC VIEW 8.3.

DIA 9 DE JUNHO DE 2004

TEMAS MÚLTIPLOS E DE INTERESSE GERAL

1. Estratégias de Mobilização e Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

Coordenação:

Sala 3

Vânia Maria Simões Teixeira – *Assistente Social. Funcionária da FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia/CE.*

Sala 4

Daniel Schmitz – *Engenheiro Agrônomo. Especialista em Cooperativismo e em Gestão e Planejamento Ambiental. Trabalha junto ao Centro de Estudos Ambientais do Pólo de Modernização Tecnológica – UNIVATES – Lajeado/RS. Secretário Executivo do CBH-Taquari-AntasRS.*

Relatoria:

Sala 3

Tânia Regina Dias – *Técnica da ANA.*

Sala 4

Ana Carolina Pinto Coelho – *Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas*
Malu Follador - *Consultora de Comunicação Social da SRH-Bahia*

1.1 Projeto Manuelzão(sala 3)

Ronald Carvalho Guerra

O expositor ressaltou as origens do Projeto Manuelzão na Universidade Federal de Minas Gerais. Destacou que a finalidade do projeto é o retorno dos peixes ao Rio das Velhas/MG e que o eixo básico do projeto está ligado à qualidade das águas, sendo o seu foco central a organização e a busca da participação da população que vive próximo a bacia do Rio das Velhas.

Citou os exemplos dos subcomitês de articulação nos pequenos afluentes dessa bacia, ressaltando o exemplo do subcomitê do rio Itabirito que tem a composição tripartite com 21 membros (poder público, sociedade civil e usuários). Afirmou que finalidade desse trabalho é para a revitalização da bacia do Rio das Velhas com a proposta de promover a mobilização social voltada também para a educação ambiental.

Apresentou como atribuições dos comitês de sub-bacias::

- Promover o debate da questão ambiental e hídrica;
- Promover palestras e capacitação sobre educação ambiental, etc.

Como um segundo exemplo mencionou o subcomitê da bacia do rio Paraúna, cuja finalidade é desenvolver um trabalho na calha do rio Paraúna e mobilizar a população local, para que esta busque alternativas para a revitalização da bacia. Concluiu enfatizando a experiência da expedição realizada na bacia do Rio das Velhas, cujo objetivo foi ampliar a divulgação das ações do projeto Manuelzão, através da mídia falada e televisada.

Declarou que essas ações propõem a recuperação da bacia, principalmente, na região metropolitana que possui alto índice de poluição e que o trabalho foi desenvolvido também junto às escolas da região.

1.2 O CBH Pardo e o Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani

Celso Antônio Peticarrari - *Engenheiro do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE. Diretor da Bacia do Pardo Grande e Secretário do CBH do Rio Pardo.*

O expositor destacou a importância do gerenciamento do sistema do reservatório do Aquífero Guarani não só na região que está inserido. Afirmou que este reservatório de águas subterrâneas percorre quatro países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e ressaltou sua importância também como garantia para as gerações futuras. Ressaltou ainda que cerca de 70% de suas águas estão no Brasil.

Apresentou o projeto Guarani que está sendo desenvolvido no Brasil desde de 2001 com o apoio do GEF/Banco Mundial e tem três diretrizes básicas:

- Consolidar o conhecimento sobre a estrutura e funcionamento hidráulico do Aquífero;
- Estabelecer o sistema de gestão descentralizado e participativo;
- Fomentar a participação pública, a educação ambiental e a comunicação social.

Em seguida, relatou a experiência do CBH – Pardo que incluiu no seu Plano de Bacia a institucionalização do projeto Guarani. Justificou a escolha da região de Ribeirão Preto como projeto piloto devido aos problemas da região, principalmente, em decorrência do aumento da ocupação urbana desordenada.

Apresentou os componentes do projeto que foi lançado em setembro de 2003:

- Reavaliação da proposta do projeto;
- Discussão com a participação das instituições paulistas com potencial de contribuição.

Contextualizou que o Plano de Bacia do CBH – Pardo propõe uma estratégia na utilização dos recursos hídricos do Aquífero Guarani e que também incluem o inventário dos poços, análise da vulnerabilidade e áreas de contaminação e outras ações para preservação da área de recarga do aquífero. Diante disso, o CBH – Pardo formou um Grupo Coordenador para acompanhar o Projeto de Sistema do Aquífero Guarani na área de Ribeirão Preto, cujos componentes são representantes dos órgãos do Estado de São

Paulo, do município, usuários e da sociedade civil, além de universidades. Ressaltou que já foram realizadas duas reuniões.

Concluiu ressaltando a importância do Sistema do Aquífero Guarani como reserva de água, a ser utilizada no futuro e a necessidade premente de não aumentar a poluição, que vem ocorrendo devido a poluição industrial, agrícola e com o aumento da população urbana.

1.3 CBH Suaçuí Grande(sala 4)

Paulo Célio Figueiredo - *Bacharel em Administração com Especialização em Gestão Ambiental. 1º. Sargento da Polícia Militar Meio Ambiente Minas Gerais. Fellow da Ashoka Internacional Empreendedores Sociais. Presidente Movimento Pró Rio Doce. Articulador Social para criação do CBH Doce e sub bacias do Doce.*

Apresentação pessoal. Localização da bacia. Caracterização da bacia hidrográfica do rio Doce. O processo de mobilização: 1986 cooperação Brasil/França, envolvendo o governo (BH e Vitória). No ano de 1989 é quando nasce o movimento Pró Rio Doce promovendo movimentos ecológicos. 1992 é que se efetiva a ONG. Ressalta a importância da ação que a comunidade organizou de descida ao rio, ato que envolve muitos participantes, ONGs, escolas, prefeituras. São 15 dias descendo o rio. A partir daí começa-se a falar da necessidade da criação de um comitê. A descida ao rio passa a ser um marco pra convidar pessoas chaves que darão informações técnicas sobre a bacia. O expositor relata a experiência dos primeiros contatos com a população, processos de articulação com ONGs, Governo, entre outros. Eventos de Mobilização para envolvimento da população com a noção de bacia. Criação do comitê estadual: 1994 – Criação do Comitê Caratinga, em 96 começa a mobilização do Caratinga. Vão após para o Piracicaba, iniciando com a expedição, pegando assim o gancho histórico, seguindo CBH do Santo Antonio, CBH Rio Doce (Federal). Na formação do comitê estadual, vários estudos são feitos para se ter dados técnicos sobre a bacia. Próximas ações: expedições com coleta de dados; livro com ações e experiências, contendo todo o processo de mobilização; o comitê intenciona fazer um vídeo (DVD) histórico, onde trará dados históricos e que servira depois para a produção do livro. Objetivos: envolvimento da sociedade (distribuição de material sobre a bacia, dados, etc.). Ressalta a importância da mídia na divulgação das ações. A idéia é ter um centro de referencia do Rio Doce, visando intercâmbio entre universidade e centro de estudos ambientais.

1.4 Associação de Usuários CBH / Paraíba

Cybelle Frazão Costa Braga: *Engenheira Civil. Mestre em Recursos Hídricos. Consultora do PROÁGUA UGP-Paraíba.*

Inicia a exposição situando as leis estaduais e o sistema de gerenciamento em recursos hídricos. (CERH – SEMARHAAGISA-CBH). A Política Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba não contempla as associações de usuários, porém o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos reconhece seu papel fundamental. A associação tem um papel de desencadear o processo de discussão junto à sociedade. Cada associação agrega de 100 a 200 usuários da água. Em 1999 a SEMARH apoiou a criação das associações. A Associação de Usuários não foi criada pela SEMARH PB; esta somente estimulou e apoiou as atividades para a mobilização. A Associação tem atuação local, com caráter abrangente; é uma sociedade civil de direito privado; a composição, em

sua maioria, é de usuários, mas outros entes também participam: governos, ongs, etc. As associações não reúnem usuários por categorias. Hoje em dia já se tem associações pelo estado todo. O objetivo da associação é promover o processo de organização. CBH-Paraíba (2000). O processo de formação foi todo custeado pelo poder público e está sendo incentivado pela Associação de Usuários. As associações trouxeram ao processo de formação dos comitês vários fatos concretos e comuns; ademais, fortaleceu o processo de participação da sociedade na gestão de recursos hídricos. Atualmente, o CBH Paraíba encontra-se em processo de instalação. A meta é ampliar a participação de organismos de base.

1.5 CBH Santa Maria

Eldo Frantz Costa – *Engenheiro Mecânico. Produtor Rural. Presidente do CBH Santa Maria/RS.*

Os conflitos pelo uso da água motivaram a iniciativa de criação do CBH, pelo Estado, sociedade e usuários, em conjunto. O comitê tem 10 anos, é o terceiro do estado. A bacia Santa Maria, no RS, é uma bacia eminentemente rural, com um grande número de irrigantes de lavouras de arroz – dependência econômica da região. A grande usuária de água na bacia é, portanto, a irrigação. A FEPAM executou uma proposta de enquadramento dos rios da bacia e formulou um questionário para sua discussão, com prazo para manifestação dos interessados, e futura votação e aprovação das propostas apresentadas. A base técnica (construída de 95 a 97) foi o programa de recuperação e desenvolvimento da bacia. Em 1998 inicia-se rodadas de discussão com a comunidade, apresentando e votando a proposta de trabalho para a bacia. Nas rodadas de discussão eram aplicados questionários. Como conclusão, houve compatibilização dos usos pretendidos para a construção do plano de bacia (foram apresentados quadros de medições da situação da bacia; dados de anteriores e atuais). O Plano de Bacia é um trabalho atual que tem como base técnica o estudo da viabilidade da bacia e está aguardando liberação de recursos para o seu início (ou a cobrança pelo uso da água). As reuniões foram espontâneas, com registros em linguagem simplificada, visando o maior envolvimento da sociedade nas questões apresentadas. Foi feito um acordo de se efetivar o enquadramento aprovado, em um prazo determinado. A comissão coordenadora passará por um treinamento para conduzir o processo e orientar o comitê. Descreve a metodologia do trabalho que será feito para construção e finalização do Plano de Bacia.

1.6 SEMARH/DF – PROJETO ADOTE UMA NASCENTE

Vandete Inês Maldaner – *Bióloga. Especialista em Educação Ambiental. Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental/DF.*

Breve caracterização do Distrito Federal com a apresentação dos objetivos do programa: melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos do DF; monitoramento do gerenciamento de recursos hídricos do DF; preservação das nascentes, que hoje se encontram em situação bastante degradadas. As ações estratégicas do programa são a definição das áreas prioritárias; consolidação das parcerias (com WWF, Ibama, Unesco, Administrações Regionais e Ongs); sensibilização da sociedade; capacitação; implementação da infra-estrutura. A estratégia de sensibilização da sociedade foi baseada em etapas: cadastramento das nascentes, vistorias técnicas, adoção (figura do padrinho) e regularização da situação fundiária. Atividades (ou ações) na nascente que os “padrinhos”, junto com a SEMARH, se tornam responsáveis por: delimitação da área de

preservação; sinalização da área; demarcação de trilhas de acesso; recuperação das áreas alteradas; manutenção da área; atividade de educação ambiental; apadrinhamento (financiando mão de obra e material). A adoção da nascente visa identificar a real intenção do adotante em assumir os compromissos identificados na visita prévia. O processo de mobilização inclui a sinalização da área da nascente bem como a revegetação, por meio de mutirões de voluntários e distribuição de mudas (ligado a atividade de educação ambiental). Resultados: 22 nascentes adotadas até 2004; demanda de 3 novas adoções por semana. Dentre as lições aprendidas, pode-se citar a desmistificação do órgão gestor; envolvimento efetivo e mobilização da sociedade; busca de parcerias na diminuição da vulnerabilidade política; reforço das ações de fiscalização (pró-ativa). Dentre os desafios, destacam-se: ampliação do programa; disponibilidade de recursos humanos; material de apoio; agenda de vitórias.

1.7 A Campanha da Fraternidade 2004 – CNBB

Padre Ademar Agostinho Sauthier: *Secretário Executivo da CNBB – Regional Sul 3. Doutor em Filosofia e Professor da PUC-RS.*

Apresentação dos objetivos geral e específicos da Campanha da Fraternidade 2004 – ÁGUA FONTE DE VIDA que utiliza a água como elemento de união. Objetivo geral: conscientizar a sociedade de que a água é para agora e para as gerações futuras. A maioria do povo que a Igreja Católica lida não sabe dos problemas da água. É preciso valorizar as iniciativas existentes e ter solidariedade com o povo que não tem água. Eixo modal: dizer que a água é de todos; usar a bíblia que fala muito da água; a água é sagrada e através dela se entra em contato com Deus; Deus criou a água e o homem a polui; a conscientização dos estragos é a chance para se reverter o quadro. O convite é aberto a todos os que queiram entrar nos grupos e não exclusivo da igreja. Busca de parcerias. Apelo à legislação para que a campanha seja mais completa e abrangente. Não que a lei não exista, mas existem pontos ausentes nela e o povo vai conhecer essa lei e cobrar essas questões. Estratégias: palestras, cartazes, livros e livreto apresentado em grupos de família; distribuídos a cerca de 180.000 pessoas. Foram recolhidos abaixo assinados. Há a defensoria da água. Conclui recitando a poesia: EU SOU A AGUA. CUIDEM DE MIM.

1.8 CBH PARACATU/MG

Antônio Eustáquio Vieira (Tonhão): *Presidente do Movimento Verde de Paracatu. Presidente da Associação dos Conselhos de Meio Ambiente dos Municípios de MG. Consultor do IGAM na mobilização dos CBH do Paracatu e Uruçuia/MG.*

Representando os Conselhos, Ongs e o CBH-MG. Fala das características da bacia, cuja área concentra muitos conflitos, tendo como causa principal, a irrigação. O rio Paracatu, na década de 50, tinha 12km de profundidade, agora já não há mais isso. As veredas estão exterminadas, as áreas de recarga estão comprometidas. O Comitê recebeu o Plano Diretor e constatado que o mesmo foi elaborado para atender os interesses dos irrigantes. O CBH Paracatu foi criado em 1999, por iniciativa do Governo. O processo de mobilização do comitê aconteceu “de cima para baixo”, no início. Agora, estão sendo feitas ações em termos de mobilização para o maior envolvimento da sociedade: barqueatas, expedições pelo rio, etc. A bacia foi re-mobilizada para formação do comitê. A bacia foi dividida em alto-médio-baixo Paracatu, para iniciar os trabalhos. Foi buscado apoio nos parceiros para a realização dos seminários. Com esses eventos conseguiu-se

fazer o que em 1999 não foi conseguido que foi a participação da população. O processo de mobilização foi tranqüilo e isso nos mostrou que não precisamos remeter ao estado para angariar esses apoios. Apesar dos irrigantes serem maioria esmagadora na região, o comitê está bem melhor hoje em dia. Todos os comitês deveriam apresentar o que eles estão fazendo no quesito mobilização.

1.9 FONASCC – Fórum Nacional da Sociedade Civil nos CBHs

João Clímaco Filho: *Sociólogo. Professor. Membro da representação da Sociedade Civil no Consórcio Intermunicipal da Bacia da Pampulha – BH/MG. Coordenador do FONASCC*

Apresentou o contexto geral e histórico do programa. Metodologia de formação de agentes ambientais. Contexto Sócio-Político: a participação social é idealizada / instituída (fragilidade das organizações sociais) e o Fórum Nacional da Sociedade Civil questiona a participação social, sendo contra essa lógica. Inclusão social: são necessárias mudanças de atitudes – mobilização social é diferente de animação social. Curso de capacitação: objetivos, programa, fases, módulos, parceiros, resultados alcançados, custos; papel político de gestão: formação de agentes; vivência prática com problemas reais e atores políticos; organizado por microbacias e ao final, um seminário geral, com todas as microbacias da bacia. Avaliação crítica: fraca participação da sociedade civil no VI Encontro Nacional de CBHs.

1.10 CBH IBICUI/RS

Mariza Fernanda Beck - *Jornalista – Secretária Executiva do CBH Ibicuí/RS*

Mobilização em evento público – estande informativo em uma feira multi-setorial, com público diversificado e duração de 6 dias. Ação em comemoração aos 10 anos da Lei de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Sul. Atividades no estande: maquete “o caminho das águas, da nascente à sua casa”; distribuição de material didático aos professores e educadores; coleta seletiva de lixo; mostra fotográfica; divulgação do comitê como ente político. Ampla divulgação na imprensa. Mobilização da sociedade e divulgação do que é um comitê de bacia hidrográfica. Conclusão: estamos fazendo a nossa parte. Sugestão: estender a iniciativa

1.11 CBH PCJ/SP

Rosa Maria Bueno

Intersetorialidade e Saúde Ambiental: 4,5 milhões pessoas na bacia, em ambiente bastante degradado. Foi criada uma Câmara Técnica do Comitê para tratar a questão de Saúde Ambiental. O problema que induziu o processo de mobilização foram as algas presentes em reservatórios (floração, cheiros fortes, etc.). Promoção de Atividades: palestras, seminários, discussões, e-mail para troca de informações, telefone para informações instalado em cada município, etc. Problema: falta de profissionais de saúde, com formação técnica adequada. A ação popular fomentou a formação de grupos de trabalho e a realização de reuniões freqüentes por municípios, com desenvolvimento de ações: mapeamento das áreas de risco, monitoramento da qualidade da água, remediação, barco-escola, etc.

1.12 CBH MÉDIO GRANDE/MG

Elimar Vieira Vaz – *Engenheiro Civil, Especialista em Meio Ambiente e Saneamento. Engenheiro Chefe da Associação dos Municípios da Micro-região do Médio Rio Grande, com sede em Passos-MG.*

Situação da bacia: leiteira; lago de furnas – promoção de atividades turísticas; pedreiras; falta de tratamento de esgoto. Necessidade de criação do comitê devido à problemática citada. Apresentação do histórico, reuniões e atividades realizadas, representantes, propostas.

1.13 CBH LITORAL NORTE/SP

Rosa Maria Mancini: *Socióloga. Funcionária da CETESB. Atua na área de Recursos Hídricos desde 1989, Secretária Executiva do CBH Litoral Norte/SP.*

Estratégia de Mobilização e Apoio à Gestão dos CBHs. O CBH Litoral Norte é tripartite, foi criado em 1997, sendo composto por 4 municípios. Os objetivos do programa em execução é reafirmar a gestão ambiental e mobilizar a sociedade. As ações propostas para o programa visam atingir um público variado e integrar os 4 municípios da bacia. Atividades: regata (valorização do meio ambiente); palestras (envolvimento da população); artesanato e meio ambiente; exposição de fotos (natureza e cultura); reflorestamento (orla, rios e mangues). Resultados: valorização do Litoral Norte e do CBH e envolvimento da população como um todo.

1.14 CBH MÉDIO TIETÊ/SP

Malu Ribeiro – *Coordenadora de Projetos da Fundação SOS Mata Atlântica, Editora da Rede das Águas. Vice-Presidente do CBH-SMT. Representante das Entidades Ambientais do Conselho Estadual de Recursos Hídricos/SP.*

Mãos a Obra pelo Tietê – programa de educação ambiental e mobilização. Proposta: trazer o programa de despoluição do Tietê para o Sistema Integrado – comitês de bacia; mobilizar os técnicos e tomadores de decisão para o SIGRH. Foram criados grupos de acompanhamento: variação do IQA, kits de monitoramento da qualidade da água. Espaço para discussão da sociedade através dos comitês (dos temas e discussões importantes) – envolvimento e capacitação. Ações: Dia da Mata Atlântica; Rádio Rock – shows; site Rede das Águas, etc. Metas: fazer com que as pessoas façam gestão. É difícil participar de reuniões de CBH em São Paulo, pois a comunidade não se sente representante e não ter participação – existem muitos técnicos de alto nível e a população como um todo não consegue expor suas idéias frente ao tecnicismo e linguagem codificada.

DEBATE:

Rodopiano (Mogi-Pardo) – *Em que momento a Igreja Católica foi convidada pela sociedade para a mudança da Lei 9.433/97; qual a posição da Igreja Católica / CNBB sobre a cobrança como instrumento de gestão; e, as propostas de alteração da Lei 9.433/97 estão sendo negociadas com o Governo Federal, e com participação da sociedade?*

Padre Agostinho (CNBB) – As propostas surgiram dentro da própria Igreja Católica, pelo fundamento de que a água é vida, e estão abertas a toda sociedade para contribuições e esclarecimentos. Sobre a lei, não é só despertar legisladores, mas aprender e colocar dados desconhecidos dos legisladores. Por exemplo, com relação à água de chuva. A questão da cobrança tem que ser questionada com a população e comitês de bacias hidrográficas, que são entes muito fortes. A ideia da Igreja Católica é sempre promover a participação popular.

Lúcio Monteiro (CBH Pirapama PE) – *Solicitou mais informações sobre o processo de mobilização do Rio Doce. Sobre a questão da propriedade, no Programa Adote Uma Nascente, existem conflitos? As paróquias conhecem os comitês de bacia e estão em contato permanente?*

Paulo Célio (CBH Suaçuí) – A grande importância da mobilização é detectar pessoas que sejam representativas na bacia; lideranças.

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – Há a preocupação em deixar claro que a adoção não garante a propriedade, garante sim a responsabilidade. Há também a seleção e toda preocupação quanto a isso para assim poder filtrar os bens intencionados.

Padre Agostinho (CNBB) – A questão da água é constante e os CBHs devem estar em permanente contato com a Igreja Católica. A campanha é para esse ano, mas a água é para sempre. É só convidar a igreja que a gente faz parte dos comitês.

José Luiz Albuquerque (Instituto de Pesquisa de SP) – *Como que o representante do CBH Suaçuí Grande tem conseguido, com a elite local, que os técnicos traduzam a linguagem para a população? O gasto para a execução do Plano Diretor para o CBH Paracatu foi extremo e hoje temos ótimas tecnologias de irrigação para suprir os problemas; como essa questão é tratada?*

Antônio Vieira (CBH Paracatu) – Na bacia do Paracatu foi elaborado um plano diretor para atender aos irrigantes; e este se encontra inutilizado – nem os irrigantes o consultam. Quando tem um mecanismo como os comitês de bacia, eles vão lá e votam a favor deles mesmos. O Padre Agostinho devia nos socorrer no Paracatu; ele deve ter escutado as denúncias sobre os crimes contra as veredas. Precisamos que alguém vá ao município para ver o que está acontecendo. Nossas veredas podem morrer por falta de ação.

Paulo Célio (CBH Suaçuí Grande) – É preciso que os agentes de bacia atuem junto com os técnicos das universidades, para conseguir traduzir conceitos e linguagem. Destaca-se, ainda, a importância da participação corporal e ida às reuniões, para o reconhecimento de campo. Todos têm que ser participativos. Às vezes, o PHD não tem conhecimento de campo. Convocamos a todos a saírem da sala para ir ao campo.

Valéria (CBH Pardo RS) – *Que resultados positivos de monitoramento foram detectados na qualidade da água ao longo do rio?*

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – O monitoramento de qualidade de água restringe-se somente à nascente, sendo realizado anualmente.

José Luiz Albuquerque (Instituto de Pesquisa de SP) – *Ninguém cria a água. A água obedece a um ciclo. Qual o papel do produtor nisso? Eu, nesse fórum, senti falta de tópicos sobre a água subterrânea. E não entendi o papel do produtor de água.*

Paulo Célio (CBH Suaçuí) – A ideia do produtor de água é para que o proprietário da terra consiga recuperar ou preservar a nascente.

Cybelle (CBH Paraíba) – Quem trabalha com mobilização tem o dever de passar para o produtor da terra o sentido de responsabilidade.

Quando se tem uma fonte hídrica para os vários usuários, justifica a utilização de poços para grandes usuários. Produção da água é um cuidado com relação ao meio ambiente, com as questões da bacia como todo.

Eldo Frantz (CBH Santa Maria) – O estudo que serve de base para o processo de mobilização é o resultado da sistematização de estudos, em cima da produção hídrica, da lavoura, quesitos fortes para a questão ambiental. A bacia trabalha com açudes ao longo da bacia. Existem questões que serão contempladas ao longo do tempo. Por exemplo, as unidades de conservação. Uma das preocupações é o monitoramento da qualidade da água.

CBH Gaúcho – *Gostaria de saber com relação à adoção das nascentes, sobre a proteção legal.*

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – Em uma das etapas do programa há a conscientização e orientação com relação a APP – área de preservação permanente.

CBH Pardo – *Tenho preocupação com relação aos loteamentos, com as más construções. Não há atividade controladora. Pela lei, os corpos d'água são de direito e domínio público. Qual a contrapartida da adoção?*

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – O programa adote uma nascente tem viés para embargar obras ilegais e que causem algum tipo de dano ao meio ambiente. A adoção é uma facilitadora, os adotantes são os nossos fiscais em campo. Oferece-se um certificado e estamos pensando em alguma coisa que atraia mais o interesse dos “adotantes”. A nascente é passada pela APP – área de preservação permanente, de uma forma holística, existem muitas novas etapas para serem trabalhadas.

Roberto João (CBH Ibicuí) – *Plantamos 35% do arroz do país na região e desde antes da Lei das Águas estamos praticando gestão e fazendo pesquisas de eficiência de uso, independentemente da existência de comitês. A associação de irrigantes não é inimiga e nem deve ser encarada desta forma. Gostaria de comentários da mesa, a esse respeito.*

Paulo Célio (CBH Suaçuí) – Os usuários estão ocupando o comitê por causa da cobrança e retirando assentos de outras categorias.

Cybelle Frazão (CBH Paraíba) – a associação estimula e facilita a integração dos usuários com o órgão gestor. Temos que nos preocupar com a gestão participativa local, sendo o início para o processo amplo de participação.

Mobilizador do Fórum Permanente de Preservação do Aquífero Uruguaia em Santa Catarina – Como está a questão da Agenda 21 nos comitês?

Antônio Vieira (CBH Paracatu) – a mobilização segue diretrizes em conformidade com a Agenda 21. É preciso verificar o que os comitês estão fazendo em relação à mobilização.

Grassi – A mobilização da Campanha da Fraternidade é única no país; a partir de agora seria possível contemplar nos comitês, as paróquias, como titulares? A legislação ambiental permite a propriedade da terra, tendo liberdade de ações?

Padre Agostinho (CNBB) – Certamente esta proposta tem o apoio da Igreja Católica.

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – Fornecemos orientação ao adotante do ponto de vista da legislação. Um dos resultados do programa é a aproximação da população. A prática é encaminhar para a regularização da situação e indicação das melhores práticas.

Edison (Sec Tocantins) – Existe uma legislação base do programa adote uma nascente?

Representante do CBH Alto Jaguaribe (CE) – Existe um selo de qualidade do recurso preservado (valor agregado)?

Vandete Maldaner (SEMARH DF) – existe a legislação. Somente temos um selo de adoção. Estamos tentando outro selo para a preservação e contribuição da nascente para o DF como um todo.

Grassi – Todo o pessoal mobilizado está sendo preparado para serem os intermediadores da sociedade no processo de gestão?

Malu (SOS Mata Atlântica) – nas reuniões menores, todos conseguem participar, porém nas maiores, não. É um processo lento e falta um programa de capacitação para dentro do comitê.

Antônio Carlos Maia (IGAM) – São Paulo mantém a idéia de que milhões de pessoas pretendem continuar na bacia. Para tanto, é previsto transportar água de outras bacias (importar)?

Malu (SOS) – Não seria necessário, se tivéssemos um programa de controle de perdas e reuso. A SABESP não tem essa lógica e está sempre buscando mais água em outras bacias. O êxodo das indústrias, por exemplo, já está acontecendo, pois o preço da água está se tornando elevado. Não podemos permitir a transposição de águas, com tanto desperdício. O serviço de água perde ainda mais que o usuário.

João Clímaco (FONASC) – Houve uma mobilização em São Paulo, sobre os resíduos da despoluição do Tietê.

Malu (SOS Mata Atlântica) – Houve um programa de rebaixamento da calha do rio Tietê, que, porém, não resolve o problema de enchentes em São Paulo (é preciso um programa mais amplo de ação). O Movimento Grito das Águas promoveu um encontro para pleitear o embargo do processo de retirada de terras da calha do rio Tietê, que iam para um aterro, ocasionando mortandade de peixes no local. O problema foi que o movimento não tinha acesso às informações corretas sobre o projeto e ocasionou desentendimentos.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS PARA A ASSEMBLÉIA

- 1) Fornecimento do Relatório do VI Encontro, lista de participantes com contatos e todas as apresentações (power point) a todos os participantes do evento.
- 2) Encaminhamento de documento, por meio desse Fórum, para que os comitês apresentem (disponibilizem) os trabalhos de mobilização desenvolvidos no âmbito de cada bacia.
- 3) Manutenção do formato de organização desse encontro para os próximos eventos desse Fórum, proporcionando mais estímulos aos comitês, para que apresentem os estágios dos trabalhos em desenvolvimento. Aproveita-se esta oportunidade para parabenizar a equipe de organização do encontro, pelo formato adotado.

2. O processo de formação, renovação e administração de Comitês de Bacias Hidrográficas

Coordenação:

Maria Ligia Cassol Pinto: *Geógrafa. Professora UNIJUI/RS. Presidente do CBH Ijuí – Região do Uruguai. Membro da Coordenação do Fórum Gaúcho dos CBH/RS.*

Relatoria:

Marcus Vinicius Lopes da Silva - *Pedagogo, Sociólogo e Advogado especialista em Direito Ambiental. Funcionário da Cesteb, trabalhando na Agência Ambiental da Cetesb de Pirassununga e é Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu (2001-2004)/SP.*

Jussara Lima de Carvalho – *Engenheira Química. Mestre em Saneamento e Hidráulica. Secretária Executiva do CBH Sorocaba-Médio Tietê/SP.*

2.1 CBH UNA/PE

José Luciano de Freitas: *representante da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), advogado, técnico em educação, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais Legais do CRH/PE.*

Caracterizou a bacia, dizendo que o estado de Pernambuco tem 12 regiões de desenvolvimento e que a bacia do rio UNA abrange 3 regiões: agreste central, agreste meridional e mata sul. O rio nasce no agreste e corta a região da mata, passa por Palmares (médio UNA), onde foi a origem do comitê. Os principais danos: represamentos improvisados, transposições mal planejadas, rio bastante poluído (esgoto doméstico e industrial), ocupação desordenada, destruição de mata ciliar. Principais usos da água: energia hidrelétrica, extração de areia e pedra, irrigação, pesca, lazer, lavadeiras (que não têm água encanada, abastecimento humano e industrial).

A idéia de constituição do comitê surgiu a partir de um conflito: transposição do rio Camivô, que gerou mobilização da sociedade contrária à transposição por não ter havido discussão com a sociedade. A Secretaria de Recursos Hídricos trouxe a idéia de formação do comitê, que foi apoiada pela participação da igreja, instituições de ensino,

prefeituras e governo estadual. Houve investimento do governo e da sociedade civil em proporções diferenciadas para formação do comitê. A primeira diretoria foi formada por uma ONG, a FASE na presidência e duas prefeituras na vice-presidência e secretaria executiva. A morosidade no processo de constituição do comitê, que durou três anos, acabou por frustrar as expectativas. Nesse período, houve problemas com a articulação entre os estados de Pernambuco e Alagoas.

A composição do comitê é paritária entre sociedade civil e órgãos estaduais. Todo processo contou com a cooperação técnica do órgão gestor e das instituições educacionais. Como não existem Agências de Bacia, as demandas são orientadas para as ONG's e para as instituições educacionais. Devido também à ausência de planejamento, a ação tem utilizado algumas improvisações e com apoio da sociedade, especialmente da Diocese, o que tem permitido também convivência entre idéias e práticas diferentes.

Devido ao tamanho do Estado, verificou-se que a mobilização se deu mais em torno do leito do rio. Há dificuldade de diálogo entre órgãos gestores dos estados de Pernambuco e Alagoas.

Houve o resgate de culturas locais no processo.

Algumas questões formuladas na discussão:

1. Os usuários estão presentes nesse processo?

Sim. Estão na iniciativa privada e no setor público. No comitê são 28 membros efetivos, 14 da sociedade civil - ONG's, associações comunitárias, instituições de ensino, usuários e 14 do poder público, onde se encaixam os usuários (autarquias) municipais.

2. Em relação aos recursos utilizados, aclarar um pouco mais.

A proposta de criação do comitê foi do órgão gestor, que elaborou o roteiro, mas em nenhum instante houve alocação de recursos por parte do governo. O apoio foi por parte de algumas ONG's, instituições de ensino, que cedeu infraestrutura e técnicos, igreja. Por isso foi dito que houve criatividade e improviso e boa vontade de alguns prefeitos.

O expositor alertou para um questionamento: há que se discutir a questão da dominialidade: Embora o rio Una corra em território pernambucano, tem apenas um afluente no estado de Alagoas.

2.2 Formação do Comitê do Rio Piranhas-Açu – PB/RN

Déborah Trajano : *Engenheira Civil, especialista em Recursos Hídricos, consultora do Próágua, coordenadora da Unidade de Gestão participativa da SEMARH (Órgão Gestor da Paraíba)*

Apresentou o rio Piranhas Açu como um rio de domínio da união (Pb/RN), mostrando suas características. Salientou que está sendo feito um estudo pela ANA - um Marco Regulatório - que está levantando uma série de dados e que por isso as outorgas estão suspensas.

O comitê envolve dois estados: Rio Grande do Norte e Paraíba, com características e especificidades muito diferentes.

No processo de mobilização para formação do comitê, na Paraíba formou-se um uma comissão pró-comitê que até agora realizou 9 reuniões. No Rio Grande do Norte foram realizadas 5 dessas grandes reuniões. As reuniões foram coordenadas pelos Órgãos Gestores.

No Rio Grande do Norte foi eleita a ADESE como animadora do processo de mobilização em parceria com a SERHID e, na Paraíba, foi eleita como coordenadora do processo de mobilização - o Pólo de Desenvolvimento do Alto e Médio Piranhas e CEFET. Agora está em implementação o processo de sensibilização e mobilização social, que é constante nos dois estados. Até julho de 2004 deverá haver o fechamento dos usuários e dos Termos de Adesão.

Apesar desse processo já ter demorado 2 anos, e isso parece ser bastante moroso, a sistemática de trabalho é bastante participativa.

Algumas questões formuladas na discussão:

1) *Qual a participação do DNOCS e da ANA nesse processo?*

Participação institucional do DNOCS muito fortalecida e ANA participa sempre que solicitada.

2) *Sabe-se que há grande produção de frutas na bacia, pergunta-se: Como está a salinização do solo? Está se considerando as águas subterrâneas?*

Somente águas superficiais. A fruticultura irrigada causa problemas, por isso há o monitoramento constante com palestras para os produtores para sensibilização sobre o manejo adequado para manutenção da bacia e dos empreendedores.

3) *Como tem se dado a participação da sociedade civil, uma vez que a mesma tem dificuldades financeiras de participação?*

É realmente um problema, no RN, os prefeitos disponibilizam ônibus para o deslocamento e até almoço e refeição para as pessoas. Na PB, os prefeitos não participam muito, é a própria sociedade civil que banca transporte e alimentação.

4) *Em relação à carcinocultura nos mangues que está em grandes proporções na bacia, como está sendo cuidado?*

O IBAMA, juntamente com os órgãos estaduais, está desenvolvendo estudos na área ambiental para preservação e sensibilização dos carcinocultores.

2.3 Comissão Pró CBH ACARAU/CE

Karlos Welby Neri Paiva - *Mestre em Irrigação e Drenagem, Gerente de Operação e Manutenção do Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú (CE), membro da comissão pró-CBH Acaraú/CE.*

Apresentou as características da bacia e disse que o processo para formação do comitê se iniciou em 23 de maio de 2001 e está em desenvolvimento até os dias de hoje. A metodologia de mobilização se deu através de reuniões, visitas de campo, seminários e cursos.

Os atores envolvidos foram:

- Sociedade Civil: ONG's, Sindicatos, Associações, Universidades e outros;
- Usuários: autarquias, cooperativa de irrigantes, e pescadores;
- Organizações Públicas: Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Estado.

O processo de articulação entre os atores foi: Instalação da COGERH, cadastro das instituições, inclusão da importância do comitê nas ações promovidas pelas instituições no âmbito ambiental e de recursos hídricos.

Coordenação Técnica: Comissão de Articulação Pró-Comitê.

Suprida a inexistência de Agência com a COGERH, que tem uma participação financeira somada à das prefeituras na realização de eventos.

Algumas questões formuladas na discussão:

1) *Explicar como era esse processo da Comissão que usava o conflito como estratégia de mobilização.*

Sim, através do conflito, chamavam-se os diversos atores/órgãos para discussão e colocava-se a importância da implantação de um comitê de bacia para gestão e articulação, e assim, foi se implantando a idéia, pois é mais fácil a mobilização em torno de um conflito próximo.

2.4 CBH SERRA DA MANTIQUEIRA/SP

Nazareno Mostarda Neto: *Engenheiro Civil, funcionário do DAEE, pós-graduando em Recursos Hídricos, Secretário Executivo de Comitê Serra da Mantiqueira.*

Considerou que o fato do comitê atuar na menor bacia hidrográfica (área) do Brasil, o processo seja menos complexo. Falou das características da bacia e da composição do comitê, que segue uma regra diferente do sistema federal, sendo 1/3 de representantes da sociedade civil, 1/3 de prefeituras e 1/3 do Estado.

Essa Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) estava junto com outra Unidade que era a do rio Paraíba do Sul, mas que porém tinha características completamente diferentes. A Serra da Mantiqueira, como o próprio nome diz, tem características conservacionistas. Não tem indústrias e seus principais problemas estão relacionados ao turismo.

Campos do Jordão, como exemplo, tem uma população em torno de 60.000 habitantes, e passará à 1.000.000 de habitantes, em julho.

Durante 07 anos permaneceu juntamente com a outra UGRHI no mesmo comitê. As entidades de representação passaram a discutir o desmembramento devido às profundas diferenças entre elas. O processo de desmembramento demorou um ano. A justificativa por ter sido tão rápido é que os recursos do Fehidro, que custearam as ações, e também porque recebeu todo apoio político dos prefeitos envolvidos. A partir dos trabalhos de um GT que discutiu com os segmentos, organizou os documentos e submeteu a proposta ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Foi uma experiência de descentralização de sucesso, onde o estado não quis ocupar a presidência.

Algumas questões formuladas na discussão:

1) *A disponibilização dos recursos financeiros do Fehidro pode ser atribuída a grande participação dos prefeitos em São Paulo?*

Não, absolutamente. Os prefeitos participam ativamente, utilizam os recursos, lógico, mas através destes, conseguem também alavancar outros.

2) *Considera o sistema paulista muito centralizado?*

Não. O estado apenas implementou o Sistema Estadual de Recursos Hídricos para seu funcionamento normal. Tanto que já existem dois presidentes de comitês que são da sociedade civil.

2.5 Processo de formação do Comitê das Bacias Hidrográficas Metropolitanas e sua contribuição na implementação do Sistema de Gestão no Ceará

Maria Zita Timbó Araújo: *Engenheira Civil, Coordenadora de Estudos e Projetos do Departamento Nacional de Obras contra Secas – DNOCS, mestranda em recursos hídricos, especialista em barragens, avaliação e perícias de engenharia, especialista em direito ambiental, vice-presidente eleita do Comitê de Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza.*

Iniciou afirmando que a instalação desse comitê trata-se de uma caso histórico e atípico da formação e implantação, cujo processo se desenvolveu em 7 anos (1996 a 2003). Atípica, porque se deu basicamente pela mobilização e perseverança da participação da sociedade civil, mesmo sem recursos e apoio. Essa bacia é composta de áreas de serra, sertão e litoral, 31 municípios, agrupamentos de 16 sub-bacias.

Apresentou que o Ceará possui 11 bacias e 07 comitês formados. Um, da bacia hidrográfica de rio de domínio da união. Afirmou, ainda, que no Ceará todo mundo entende um pouco de recursos hídricos. O maior açude do Nordeste é o Castanhão, cuja importância é a vinculação do sistema à bacia do Baixo e Médio Jaguaribe, através do canal do Trabalhador. Nessa bacia, a demanda é maior que a oferta, por isso há que ter um cuidadoso planejamento.

Apresentou a metodologia do processo: Seminários com setores usuários específicos e Diagnóstico Institucional e Organizacional levaram ao I Seminário de Planejamento.

A primeira etapa foi conduzida pela SRH/COGERH. Na segunda etapa, os representantes eleitos em Congresso, coordenaram de forma independente, pois já havia envolvimento, as pessoas queriam a continuidade do processo para montagem do comitê e as instituições não queriam. Em 2000 começou a discussão do comitê. Foi um longo período, devido à complexidade da região e a deficiência hídrica.

Em 2002 aconteceu o congresso para formação do comitê, com a seguinte composição: 16 representantes da sociedade civil, 18 usuários, 12 municípios e 13 do poder público estadual e federal. Muitas dificuldades, diversas intervenções e conflitos geraram incertezas quanto à democratização do processo. Os membros assumiram a direção sem nenhum recurso e foram superando os obstáculos. Houve muita interferência política.

Propôs que os casos atípicos como o relatado fossem melhor acompanhados e apoiados pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias.

Algumas questões formuladas na discussão:

1) *Porque a composição, que deveria ser de 60 representantes, resultou em 58?*

No dia da eleição houve uma intervenção institucional e foi suspensa a eleição. Após muita negociação, o comitê começou a se reunir por conta própria e, através de muita negociação, teve que abrir mão dessas duas vagas, ficando, então, com 58. O sr. Martins (participante do evento) pede a palavra e diz que quer esclarecer que não houve exclusão de duas vagas, apenas que duas entidades nunca apresentaram documentos comprobatórios de sua legalidade, mas que foram substituídos. Sra. Zita contesta. Apenas 58 foram empossados.

2) *A maioria dos municípios participa através de seus prefeitos?*

Não. Isso é um problema porque as Prefeituras mandam representantes sem autonomia e sem poder de negociação.

2.6 CBH IJUÍ/RS

Valdir Velozo: *Administrador de Empresas, Pós Graduando em Ciências Ambientais – Saúde e Meio Ambiente, coordenador do setor de comunicação e educação da cooperativa regional de eletrificação rural das missões, vice-presidente do Comitê da Bacia do Rio Ijuí/RS.*

O expositor apresentou as características da bacia do rio Ijuí dizendo se tratar de uma bacia muito diferenciada. O Alto Ijuí tem, principalmente, pequenas propriedades, sendo que no Baixo Ijuí predomina a pecuária de campo. Trata-se do único comitê que compreende, realmente, uma bacia hidrográfica. Informa que o sistema gaúcho não foi integralmente implementado e não dispõe de Agência de Bacia. O comitê faz reuniões regionalizadas e, inicialmente, pagava do próprio bolso. As reuniões são de dia inteiro e a parte da tarde é aberta à comunidade.

Algumas questões formuladas na discussão:

1) *Qual a relação dos comitês com o Conselho Estadual? As deliberações são atendidas? Em Pernambuco ainda estão atrás dessa relação.*

Ainda não houve assuntos tão conflitantes, apenas um evento visando a flexibilização da legislação ambiental. Foi feita uma proposta para o órgão gestor, uma cooperação desapropriando 30m que será aumentada progressivamente até 100m, através de Educação Ambiental. Foi acatado e atualmente tem bom relacionamento com o Estado.

2) *Como é essa relação entre órgão gestor e comitê, comparando que, no Ceará, ela é absolutamente vinculada ao órgão gestor: a secretaria executiva do comitê é dentro do COGERH.*

O Comitê tem a liberdade de escolher a secretaria executiva e conta com recursos de R\$ 50.000 anuais para custeio, que é muito burocrático.

2.7 CBH VERDE/MG

Valentim Calenzani: *Geógrafo e Advogado. Pós Graduado em Ciências do Meio Ambiente e em Engenharia do Saneamento Ambiental. Secretário Executivo do CBH Verde/MG*

Caracterizou a bacia hidrográfica, formada por 31 municípios, 440 mil habitantes e tem a base produtiva baseada na agricultura, pecuária, indústria, abrigando o circuito das águas São Lourenço – Caxambu. Dos 31 municípios, quatro respondem pela carga poluidora. Existe, desde 1985, o primeiro comitê de sub-bacia, cujo processo foi iniciado em 1982, com lideranças realizando seminários em municípios da bacia.

A partir da criação do comitê, em 1985, iniciou-se um processo para motivar os municípios que respondem pela carga poluidora para o tratamento de esgotos. Hoje, dois já tratam seus esgotos. Há municípios que são atendidos pela CONESAN e outros que fazem o serviço com recursos próprios. Em São Lourenço, a própria sociedade, estimulada pelo comitê, resolveu construir o sistema de tratamento de esgotos.

Com a edição da Lei No. 9433/97, o comitê realizou 31 reuniões nos municípios, objetivando adequar-se à uma composição quatripartite: Poder Público Municipal, Poder Público Estadual, usuários e sociedade civil (25 % das vagas para cada segmento). O Estado de Minas Gerais também adequou sua Legislação de Recursos Hídricos, adaptando-a à Lei 9.433. A meta principal do comitê é ter todos os 31 municípios com água e esgotos tratados.

De 1998 a 2004, passou por diferentes fases com idas e vindas, altos e baixos. Em maio de 2004 elegeu sua nova diretoria. Foi um processo lento e pioneiro. Considera-se o primeiro comitê criado e por isso, acredita que seus erros e acertos têm contribuído para orientação aos demais.

Dos instrumentos de gestão, possui apenas o enquadramento implementado. O Presidente do CBH Verde, Mário Dantas, durante os debates, manifestou preocupação com a missão do comitê e com a afirmação do IGAM de que os comitês devem caminhar com suas próprias pernas. Registrou que veio para o VI Encontro porque os membros se cotizaram para pagar suas despesas de viagem e também contou com o apoio da Universidade do Vale do Rio Verde. Afirmou que o próximo passo será realizar o Plano de Bacia, revegetação, etc.

Sobre o cadastro dos usuários da água, Valentim informou que será realizada uma grande campanha e que o mesmo será declaratório. Espera-se, a partir daí, obter recursos para “tocar” o comitê quanto ao processo de enquadramento, lembrando que esse foi elaborado com ajuda da FEAM. Concluiu, afirmando que o comitê tem uma história de luta, mas ainda pouco a se mostrar. No entanto, uma das conquistas tem sido constatar que os municípios já estão tratando os esgotos domésticos.

2.8 CBH TRAMANDAÍ – RS

Milton Haack: *Geólogo. Presidente do CBH Tramandaí. Membro do CRH/RS.*

Apresentou a diversidade de ecossistemas: praias, lagos, restingas, deltas, sistemas estuários, banhados, dunas, encosta da serra/mata atlântica com nascentes de rios

(arroios). Apresentou, também, a diversidade cultural dos problemas que dificultam o gerenciamento dos recursos hídricos: expansão urbana, ocupação desconforme do solo, veranistas em grande quantidade, geração de lixo.

Quanto às atividades econômicas relevantes apontou a pesca, a indústria, a mineração (basalto), a extração de madeira, a agricultura (irrigação de arroz).

A formação do Sistema de Gerenciamento Costeiro permitiu e ajudou na formação do comitê, pois em 1997 existiam muitas informações que colaboraram para essa formação. Em março de 1998, após identificação dos grupos e pessoas, foram formados dois grupos: um sobre gestão costeira e o outro para a formação do comitê. Funcionários do Estado orientaram sobre o processo para a formação do comitê. Em meados de 1998 foi criada a coordenação local.

Entre junho e julho de 1997 foram realizadas 60 reuniões (620 participantes, com 80 entidades identificadas), todas com grande representação e importância na região. Esta foi a fase de mobilização e formação da Comissão Provisória e Coordenação.

A partir daí, partiu-se para a elaboração da proposta de composição do comitê. Uma fase difícil, pois não se tinha ainda o suporte de universidades que, na ausência da Agência de Bacia, têm prestado grande apoio ao processo de formação dos comitês, no RS.

A tática utilizada foi a divulgação da discussão sobre cobrança do uso da água, o que atraiu grande número de pessoas, incluindo os irrigantes.

Foi encaminhada proposta para o CRH/RS. O Decreto de Criação foi assinado em 1999, com 35 assentos (14 usuários, 14 representantes da população, 7 representantes de órgãos públicos). O edital de convocação para a eleição foi aberto de dezembro e a 1ª Diretoria foi eleita em abril de 2000. Esta formulou o Regimento Interno que foi apreciado e aprovado no CRH.

O Plano de Bacia encontra-se em andamento e a idéia é discutir a proposta de enquadramento realizada pela FEPAM, em 1998.

O Comitê realiza reuniões mensais (última 5ª. feira de cada mês) com tribuna livre e reuniões periódicas das Câmaras Técnicas.

2.9 CBH ALTO JACUÍ/RS

Nélio Koch: *Economista. Mestre em Engenharia de Produção. Integrante do CBH Alto Jacuí/RS – Usuário Geração de Energia. Membro da CPA.*

Trata-se de um comitê jovem se considerar a constituição do comitê provisório (25/11/98). O Decreto de criação foi assinado em 11 de junho de 2001. Sua composição é de 16 vagas para usuários, 16 vagas para a sociedade civil e 8 vagas para o poder público.

Recebe apoio administrativo e local para sede da UNICRUZ. Iniciou sua formação com a Universidade de Passo Fundo juntamente com a PATRAM e órgãos estaduais, agregando-se posteriormente a UNICRUZ. Articula-se mediante envolvimento e sensibilização da população. Não conta com apoio da Agência de Bacia, já que esta ainda não foi implantada.

Nos primeiros dois anos desenvolveu ações de inventário da bacia, educação ambiental; mediou conflitos e atuou como consultor no licenciamento ambiental.

Seus custos de financiamento são de R\$ 50.000,00, financiados pelo Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos/RS.

Os objetivos traçados têm sido alcançados, embora em tempo maior do que o proposto. Tal atraso se dá em decorrência da inexistência de base de dados, inventário da bacia, demora no repasse do Fundo de Recursos Hídricos e também do pouco envolvimento da comunidade.

A nova diretoria (2004-2006) realizou um plano de divulgação junto às populações ribeirinhas e da zona rural.

Durante os debates foi solicitada explicação sobre o Fundo de Recursos Hídricos. Foi explicado que após apresentação do plano de trabalho, os recursos são adiantados paulatinamente.

2.10 ÓRGÃO GESTOR DE ALAGOAS

Elke Oliveira Houghton: *Coordenadora de Mobilização Social e Educação Ambiental do Estado de Alagoas.*

Alagoas possui um dos piores IDH do Brasil, 46% da população é de analfabetos, o que deve ser levado em consideração em qualquer processo de mobilização. Em relação à saúde, 1000 crianças/78 mortos, sendo que a maior parte das causas de morte se deve à doenças de veiculação hídrica, ausência de pré-natal e falta de higiene.

Há dois comitês no Estado: Coruripe e Pratagy e ambos participam do comitê do Rio São Francisco.

Existem 56 bacias hidrográficas, divididas em 16 regiões hidrográficas, mas se trabalha apenas em cinco.

São fatores condicionantes para o processo de mobilização: políticas públicas comprometidas com sustentabilidade ambiental e participação popular; arcabouço jurídico com diretrizes para implantação de comitês (recursos hídricos) e meio ambiente.

São fatores estruturais para processos de mobilização: planejamento e monitoramento; comprometimento institucional do órgão e equipe técnica; destinação orçamentária específica para o comitê (Hoje um comitê custa R\$ 25.000,00 para ser formado); mobilização.

A mobilização exige técnica, método e disciplina. Deve atender perfil específico: assiduidade e compromisso; iniciativa e criatividade; habilidade no trato com pessoas; tolerância à prestação; organização e método.

A 1ª. Fase é de Planejamento: define-se a área da bacia e identificam-se os atores sociais (organizando cadastro de pessoas e instituições);

2ª. Fase – Sensibilização: Em cada Município são realizadas reuniões com os atores do cadastro estimulando-os a chamar os outros, nessas reuniões se fala sobre o que é um comitê, a importância da gestão, etc.

3ª. Fase – Encontros Regionais entre Pré-Comitês ou Comissões Provisórias: transmite-se o que o órgão conhece sobre a região e o que eles/ atores podem informar. Segue-se a primeira audiência pública para se eleger a comissão Provisória – que a partir daí continua oficialmente o processo de mobilização. Nessa fase distribui-se material de mídia (cartazes, folders, jornais, entrevistas, TV, rádio). Em seguida, é realizada uma audiência pública com a eleição dos membros do comitê. 50 % do Poder Público e 50 % da Sociedade Civil.

4ª. Fase – Constituição do Comitê.

5ª. fase – Reuniões do Comitê

2.11 RIO MAGU – MA/PI

Fernando Antônio Lopes Gomes: *Chefe do Escritório IBAMA – Regional de Parnaíba/PI. Sociólogo. Especialista em Manejo de Áreas de Proteção.*

O Rio Magu nasce no Maranhão, em plena fronteira agrícola (monocultura da soja). A área do Delta é muito limpa e o rio possui uma extensão de 110 Km percorrendo três municípios (Santana do Maranhão, Água Doce e Araiões) que totalizam uma população de 60 mil habitantes. A área da micro-bacia possui uma precipitação média anual de 1300 mm e sua economia está embasada na pesca e extração da carnaúba.

Há impactos negativos: disposição inadequada dos resíduos sólidos, caça e pesca predatória, lançamento de esgotos “in natura”, retirada da mata ciliar, queimadas para limpeza de terrenos para cultivo, e IDH entre os 10 piores do país.

Os múltiplos usos da água do rio: consumo humano e dessedentação de animais; pequenas irrigações; criação de peixes em viveiros; lazer e navegação de canoas em alguns trechos.

Aspectos relevantes: incipiente mobilização / sensibilização social; fragilidade do ecossistema; desintegração institucional. O morador não se sente como ator da solução, muito embora reconheça a necessidade. Mas em primeiro lugar está a sobrevivência.

Potencialidades da bacia: ecoturismo (mas precisa de muito apoio). Agroindústria (caju nativo) e beneficiamento de mandioca.

Ações desenvolvidas no Planejamento Integrado da Bacia:

- Início das discussões em Araiões (dezembro 2001).
- Ampliação da rede institucional e da área de atuação da bacia (02/02)
- Elaboração da 1ª. versão proposta pela UNB (03/02).
- Assinatura de termo de cooperação técnica entre IBAMA, EMBRAPA, UESPI, UFPI e Prefeituras (06/02).
- Apresentação do PL pelo Executivo criando os Conselhos Municipais Pró-Magu; segue-se a primeira expedição às nascentes e assinatura do Termo de Compromisso dos prefeitos (07/02).
- Implantação do Projeto “Água Nossa de Cada Dia” (08/02)
- Segunda expedição e elaboração de diagnóstico.
- Inserção FUNDAPE e CODEVASF no projeto.
- Missão do Banco Mundial e a seguir levado para o governador em outubro de 2003.

- Maranhão aprova Lei de Recursos Hídricos, mas o comitê ainda não está implantado.
- Aspectos positivos: envolvimento da população e possíveis subsídios para instalação do comitê.

Conclusão: Implementação do comitê em micro-bacia em pequena escala (Rio Magu) é uma experiência que precisa ser apoiada.

3. OS COMITÊS E OS OUTROS ORGANISMOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira – *Engenheiro Civil. Chefe do Serviço de Meio Ambiente da CODEVASF*

Relatora:

Ana Cristina Strava – *Doutora em Geotecnia Ambiental. Gerente de Cadastro da Agência Nacional de Águas*

3.1 LAGOS SÃO JOÃO

Luiz Firmino Martins Pereira – *Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos e Rio São João. Arquiteto Urbanista. Consultor da Conservation International.*

Objetivo da exposição: abordar aspectos de formação do comitê a partir de consórcios intermunicipais.

Consórcio no RJ: agrega todos os municípios da bacia, algumas empresas e várias entidades da sociedade civil;

Durante a formação do consórcio foram agregadas três regiões potenciais para formações de comitês distintos;

Entre as principais ações desenvolvidas pelo consórcio, destacaram-se: a viabilização de US\$ 25 milhões para saneamento da bacia da região dos Lagos; definição e estratégia de implantação de novos aterros sanitários para atendimento dos municípios da região; programa de monitoramento quali-quantitativo, sendo que o consórcio em parceria com uma das empresas consorciadas arca com ônus de reagentes, contratação de estagiários e equipamentos;

3.2 PIRACICABA, CAPIVARI, JUNDIAÍ

Luiz Roberto Moretti – *Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE. Secretário Executivo dos Comitês (Estadual e Federal) das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.*

Objetivo da exposição: as relações entre o consórcio e o Comitê da Bacia do PCJ;

Atuação do consórcio anterior à formação do comitê viabilizou a elaboração de vários estudos e projetos para investimentos na melhoria da qualidade dos recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica, mais notadamente em projetos de saneamento básico;

A representação do consórcio no comitê, no início, era feita de forma indireta por meio das vagas para municípios consorciados e, posteriormente, por meio das empresas consorciadas;

O amadurecimento das relações levou ao estágio atual onde o consórcio atua como agência do comitê. Em contrapartida, o comitê é o fórum de discussões para dirimir conflitos entre consorciados.

Da relação atual (Consórcio-Comitê PCJ) estão sendo discutidas possíveis novas formas de atuação de uma agência de bacia e até mesmo a necessidade de se formalizar uma agência de bacias, no caso do PCJ, o que representa uma inovação do Sistema de Gestão de Bacias Hidrográficas a partir do amadurecimento e da atuação do consórcio junto com o comitê.

Os pontos abordados durante as manifestações da platéia giraram em torno de dois pontos:

Como viabilizar recursos financeiros para a atuação dos comitês suprindo a falta da cobrança pelos usos dos recursos hídricos, com a arrecadação dos consórcios, considerando o conflito de interesses na priorização de dois fóruns deliberativos. Ao final da discussão, concluiu-se que qualquer investimento em ações de melhoria dos recursos hídricos é bem absorvido na atenuação dos problemas das bacias, ainda que suas prioridades não sejam coincidentes. O caso do consórcio da região dos Lagos mostrou uma atividade desvinculada da ação do governo estadual, mas ativa por parte de município e empresas consorciadas.

As relações entre consórcios e comitês amadurecem ao longo da convivência, sendo que existe espaço político para atuação de ambos na bacia hidrográfica; o caso do PCJ demonstrou a possibilidade de aproveitar parte das atribuições do consórcio no papel de Agência de Bacias.

Propostas de Encaminhamento para a Assembléia

Encaminhamento de monção de repúdio contra a Lei de Cobrança do Estado do Rio de Janeiro, que tira dos comitês de bacia a possibilidade de estabelecer os critérios de cobrança, bem como as formas de aplicação dos mesmos no âmbito das bacias hidrográficas;

Discussão sobre a deficiência da qualidade de representação (pessoas sem poder ou autonomia para representar o órgão) e participação do poder público junto a alguns comitês de bacia – queixa apresentada por representantes do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro;

Discussão sobre a possibilidade de flexibilização do papel das Agências de Bacia – consórcios atuando como Agências de Bacia – necessidade de adaptação de algumas leis estaduais.

4. CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ

Coordenadora:

Maria Manuela Moreira – *Geógrafa. Consultora da SRH/MMA*

Relatoria:

Luiz Firmino Martins Pereira – *Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos e Rio São João. Arquiteto Urbanista. Consultor da Conservation International.*

4.1 CBH BAIXO JACUÍ/RS

Fernando Haetinger Bernal – *Presidente do CBH Baixo Jacuí-RS.*

Fez uma breve apresentação sobre o comitê e da bacia, que conta com aproximadamente 550 mil habitantes. O programa de capacitação adotou seminários regionais e temáticos: turismo, assentamentos humanos, agro-silvo-pastoril, indústria, agro-indústria, energia, navegação e mineração, pesca e aqüicultura. Postas tais questões, mostrou a importância dos seminários como capazes de articular políticas setoriais em sintonia com os princípios do comitê.

4.2 IGAM/MG

Antônio Carlos Maia Figueiredo - *Bacharel em HISTÓRIA. Consultor em Mobilização Social, Educação Ambiental e Sanitária do Sub-programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro - PROAGUA Semi-árido. IGAM/MG*

Afirmou que Minas Gerais possui 34 unidades hidrográficas com 21 comitês já formados. Apresentou o IGAM, suas origens e suas linhas de trabalho, popularização e fomento ao processo de formação de comitês. Citou o PROÁGUA – Programa de fortalecimento aos Comitês e afirmou que o IGAM patrocinou a ida dos comitês ao VI Encontro Nacional como uma das formas de capacitação. Mostrou a “Agenda Água” – oficinas de capacitação de nove bacias/comitês. Lembrou que em 20 de março de 2001 foi criado o Fórum Mineiro de CBH e que a Agenda das Águas continuou em 2002. Disse também que o IGAM instituiu, em 2003, uma diretoria de gestão participativa e que também garantiu 30 vagas em um curso lato sensu em RH.

4.3 CBH TURVO GRANDE/SP

Fabiana Zanquetta de Azevedo – *Arquiteta Urbanista. Diretora Técnica do DAEE/SP. Secretária Executiva adjunta do CBH – Turvo-Grande*

Apresentou os dados da bacia: 17.173 Km² e 1.117.250 habitantes nos 66 municípios. Fez uma contextualização sobre capacitação mostrando que o Plano de Bacia especifica ações de capacitação de curto, médio e longo prazo com o objetivo de informar, integrar, estimular, mobilizar, apoiar, consolidar e mudar atitudes. Citou o programa para uso racional da água que atingiu 5000 participantes diretamente. Mostrou programas para públicos específicos – água e educação (professores); água e agricultura (produtores); água e uso urbano (técnico de água); água e uso do solo (técnicos das Prefeituras Municipais); água e indústria. Afirmou, ainda, que duas novas estratégias foram assumidas: envolver e comprometer. Disse, também, que o comitê aplica 5% fixos do que recebe do FEHIDRO em capacitação e educação ambiental. Em 2004 deverá ter mais 11%.

4.4 ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária/RS

Maria Lúcia Coelho Silva – *Engenheira Química. Presidente da Seção Rio Grande do Sul da ABES. Participou da Elaboração da Lei Estadual de Recursos Hídricos.*

Explicou o que é a ABES e sua missão, afirmando ainda que a mesma participa do CONAMA e outros Fóruns e que realiza seminários, congressos e cursos na área de abastecimento, esgoto sanitário, resíduos sólidos, gestão ambiental. Apresentou o CAPER – Programa de Capacitação Permanente. Disse, ainda, que realiza oficinas de nivelamento e prospecção sob a ótica da característica de cada bacia .

4.5 ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Eduardo Lanna – *Consultor IPH.*

Apresentou a metodologia via lista na internet (rede) e citou o exemplo do São Francisco

DEBATES:

(Rodrigo Flecha – ANA) Perguntou sobre indicadores no Programa Turvo Grande. Fabiana informou que há, sem dúvidas, mudanças de comportamento, mas que não há números comprobatórios.

(Rodopiano – MG) sugeriu uma rede capaz de divulgar experiências de capacitação bem sucedidas com apoio da ANA.

(Manuela – SRH/MMA) esclareceu que existem pedidos de capacitação na SRH, principalmente para São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul e que os mesmos são mais voltados para os instrumentos de gestão.

(Samuel – WWF) propôs colocar na pauta que “destinar recursos para capacitação sejam ações constantes”.

(Kaká do IGAM) disse que acha que novos conselheiros, ao serem empossados, deveriam receber uma capacitação logo na primeira reunião. Destacou que, sem capacitação, a meia dúzia mais capaz domina o debate e o rumo dos comitês.

(Fabiana) afirmou que no CBH Turvo-Grande já se pratica uma maior informação sobre o sistema.

(Fernando) chamou atenção para não teorizar demais esta capacitação. A ação capacita também.

(Manuela – SRH/MMA) chamou atenção para a importância de juntar esforços porque nem todos podem ir para cursos. Talvez as listas pudessem ser melhor usadas. A qualidade dos cursos da ABES é boa, mas os mesmos são pagos.

(Rodopiano – MG) propôs levar recomendação para viabilizar recursos (talvez do CT Hidro) para ampliar processos de capacitação bem sucedidos, como o do Turvo Grande.

(**Samuel – WWF**) propôs definir metodologia que permita aos processos de capacitação serem contínuos.

(**Arcângelo – CBH Guaíba**) lembrou a importância da abordagem de dar forma integrada com os recursos naturais (não só água).

5. “EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.”

Coordenador:

Augusto de Almeida Neto – *Presidente do CBH Meia-Ponte-GO. Superintendente Executivo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás.*

Relator:

Ubirajara Patrício Álvares da Silva – *Engenheiro Agrônomo. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Técnico em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da GOGERH/CE*

5.1 COMITESINOS /RS

Expositores:

Ione Bruhn Gutierrez – Bióloga. Vice-Presidente do COMITESINOS e coordenadora da Comissão Permanente de Educação Ambiental do Comitê;

Uwe Horst Schulz – Biólogo. Professor Dr. da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, coordenador do Projeto Peixe Dourado.

Ione apresentou os aspectos institucionais do Programa Permanente de Educação Ambiental do COMITESINOS, que teve início em 1989, antes da promulgação da Lei Gaúcha das Águas, a partir do Programa de Capacitação executado pelo COMITESINOS e UNISINOS, com recursos do PADCT/CAPES/MEC. Em 1990 foi realizado o primeiro curso de capacitação para professores com a participação de dois professores de cada município da bacia dos Sinos. Já em 1997, o programa passa a ter o apoio institucional e financeiro da Secretaria de Estado das Obras Públicas/RS.

Possui como elemento norteador o Sistema de Recursos Hídricos adotando a unidade da bacia hidrográfica como área de atuação e é desenvolvido através de uma metodologia que contempla: seminários regionais (para professores e para alunos, distintamente); formação de uma rede regional de educação ambiental; a participação da categoria de professores na composição do COMITESINOS e a participação no processo de enquadramento das águas.

Abordou a composição e estrutura da Rede Regional de Educação Ambiental, destacando suas atividades: reuniões da rede, reuniões do Projeto Peixe Dourado; encontros municipais e encontros infanto-juvenis de educação ambiental.

Uwe Schulz apresentou o Projeto Peixe Dourado, iniciado em 2001, que possui por objetivo a mobilização da população do Vale do Rio dos Sinos, sobre a conscientização do uso da água. Apontou como problemas do rio a poluição: industrial; por resíduos sólidos e a poluição orgânica (esgotos municipais) que constituem o principal problema. Para ilustrar a gravidade do problema afirmou que na bacia somente a cidade de São Leopoldo trata 25 % dos seus esgotos, os demais municípios não tratam nada.

Apontou o foco do projeto: o nível de oxigênio na água para a sobrevivência dos peixes e explicou a escolha do peixe dourado como bio-indicador de qualidade de água, em virtude do conhecimento que a população tem dessa espécie.

Quanto à metodologia destacou:

- instalação de radio-transmissores em peixes dourados para rastrear sua movimentação;
- o rastreamento é realizado por avião, marcado por GPS;
- uma vez por semana, é realizado por barco e GPS;
- existem estações fixas para registrar a passagem dos peixes rastreados.

Em relação aos resultados apontou:

- a identificação da área de desova.
- movimento da migração dos peixes.
- mapeamento da piracema dos dourados (defeso).

Identificou os seguintes desdobramentos:

- redefinir com o IBAMA a época do defeso.
- alguns municípios entraram com projeto de moratória da pesca do dourado
- ciclo de palestras com pescadores nas escolas.

Perguntas e considerações:

1) *(Julio Bernardes – Canoas) – Como ocorre a articulação e distribuição de recursos? Como funciona a rede de educação ambiental? Como é levado este projeto para as comunidades?*

Os primeiros recursos para capacitação dos professores foi um projeto aprovado pelo PADCET/MEC que terminou em 1997. Depois, outro projeto foi aprovado pelo Fundo de Recursos Hídricos do Estado. Foram capacitados um total de professores de vinte municípios, sendo, em média, 50 professores por município. Contou também com o apoio financeiro de empresas situadas na bacia.

A rede foi formada a partir da percepção dos professores que não bastava capacitar, era necessário organizar um espaço para se reunir ordinariamente. A rede é composta por um representante de cada município da bacia e realiza reuniões mensais.

Os professores atuam como agentes multiplicadores, na escola e na comunidade onde a escola está inserida. O projeto Peixe Dourado tem três linhas: educação ambiental, ecologia do peixe e criação de dourado em cativeiro (aquicultura).

2) *(Representante do CBH-Guaiba) – Percebe-se pouca participação de professores particulares no projeto. Muitas vezes, se gasta muito dinheiro com material educativo. São muito bem feitos, mas muitas vezes não são internalizados por não serem específicos da realidade de determinados lugares. Como foi isso no projeto?*

No COMITESINOS, esse interesse das escolas particulares foi motivado pela rede regional de educação ambiental. A elaboração dos materiais educativos foi realizada pela comissão de educação ambiental que discutiu e os formulou em conjunto com os professores.

3) *(Manfredo – CBH Baixo Tietê) – como funciona a rede de telemetria?*

O peixe é marcado e feito um registro individual. Foram marcados 40 dourados e 20 grumatãs.

5.2 CBH AGUAPEI-PEIXE/SP (pelo caminho das águas)

Suraya Modaelli - *Membro do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapei e Peixe e Coordenadora pelo Comitê do programa de educação ambiental “Pelos Caminhos das Águas”*

Apresentou o histórico do projeto regional de educação ambiental e Gestão de Recursos Hídricos da UNESP/CBH, voltado para a superação dos principais problemas que são a erosão e assoreamento dos rios e a poluição por efluentes domésticos não tratados e cujo objetivo tem sido a construção de um programa de educação ambiental através de uma abordagem construtivista.

Constituem objetivos específicos a inclusão da educação ambiental nos programas e nos currículos escolares; a capacitação de professores para serem multiplicadores; a produção de material educativo da bacia hidrográfica e a valorização dos trabalhos educativos já existentes nas escolas.

O Programa, financiado pelo FEHIDRO, conta ainda com as parcerias dos núcleos regionais de educação ambiental, membros do CBH, prefeituras, UNESP e Consórcio Intermunicipal. Seu público alvo direto são os agentes ambientais – que já vinham sendo trabalhados pelo CBH desde 1995 – os professores e alunos.

Apresentou sua metodologia a partir da criação, em 2002, de uma rede de planejamento e coordenação do projeto composta pelo grupo de coordenação (Secretários Estaduais, Prefeitos, dirigentes de escolas e Secretários Municipais). Destaca a produção de material técnico-pedagógico (manual do professor), vídeos, mapas, atlas interativo e site do projeto. Prevê a realização de teleconferências no futuro.

Como resultados apontou o envolvimento dos alunos e o papel do CBH como principal articulador do projeto.

Perguntas:

1) *(Representante CBH-Guaíba) Por que os trabalhos de educação ambiental falham nos aspectos conceituais em relação aos conceitos estabelecidos na legislação ambiental?*
Essa preocupação esteve presente no projeto, por isso foi procurado firmar parcerias com as universidades e órgãos técnicos para apresentar corretamente os conceitos.

2) *(Julio Bernardes – Canoas) – quais os critérios para aplicação dos recursos do FEHIDRO e como isso é dividido nos comitês?*

Existe em São Paulo o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que atualmente é composto com o dinheiro dos “royalties” da energia elétrica e que depois também será composto pelo dinheiro da cobrança pelo uso da água. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos define os critérios gerais na distribuição para os vinte e um (21) comitês. Existe uma deliberação do Conselho Estadual definindo quanto cada comitê vai receber num determinado ano. Os proponentes têm que atender os critérios que o respectivo comitê define. Existe uma pontuação que o comitê define para cada critério. Uma Câmara Técnica do comitê recebe os projetos, faz a análise e a pontuação. O CBH aprecia e debate a posição (parecer) da Câmara e aprova a hierarquização em reunião plenária do comitê. Cada comitê tem que reservar um percentual do recurso do FEHIDRO destinado

ao comitê para ser aplicado em educação ambiental. No caso do CBH Aguapei-Peixe é destinada 5% do total para ser aplicado em educação ambiental.

5.3 CBH MOSQUITO/MG (Proágua Semi-árido na Bacia do Mosquito)

Mariete Virgens – *Secretária Municipal de Administração da Prefeitura de Águas Vermelhas-MG e Presidente do CBH Mosquito*

Apresentou o programa desenvolvido em quatro municípios, cuja sede fica em Águas Vermelhas-MG, e que tem como parceiros o PROÁGUA-Semi-Árido, IGAM, COPASE e CBH Mosquito. Seu objetivo é o de garantir o aumento da oferta de água para abastecimento para dezessete comunidades e desenvolve ações de saneamento, recomposição de mata ciliar, esgotamento, abastecimento de água, coleta e destinação de lixo e combate à esquistossomose.

Os principais problemas que provocaram a origem do programa formam: existência de caramujos (hospedeiro da esquistossomose), ausência de saneamento básico e disposição de lixo nas margens do rio Mosquito.

As ações sócio-ambientais desenvolvidas pelo CBH foram:

- a articulação e mobilização dos atores sociais;
- reuniões do CBH para explicar o projeto;
- peças teatrais educativas;
- peixamento do rio com a espécie “piauí”, que come os caramujos hospedeiros.

Que produziram os seguintes resultados:

- limpeza das margens do rio Mosquito
- construção de módulos sanitários (350)
- construção de redes de esgoto
- implantação de abastecimento de água
- construção de estação de tratamento de esgoto.

Perguntas:

1) *(Julio Bernardes – Canoas) – qual foi a motivação da comunidade para acontecer a mudança de comportamento em relação ao lixo? Como era a gestão de recursos hídricos?*

Foi o desejo de salvar o rio que, inclusive, é anterior ao projeto. Antes de criar o CBH Mosquito, já tinha sido criado o CODEMA em Águas Vermelhas. Outro fator importante é que todo mundo participa da fiscalização. Em relação aos recursos do projeto, eles tiveram origem no PROÁGUA Semi-Árido, sendo 80 % do Governo Federal e 20 % do Governo Estadual. Durante o desenvolvimento do Projeto as Prefeituras participaram com doação de áreas, parcerias, etc..

2) *(Roberto Ferron – RS)? O comitê participou efetivamente no direcionamento dos recursos aplicados?*

Na verdade, o CBH não participou da elaboração do Projeto, apenas acompanhou sua execução. A intervenção do CBH foi importante na mobilização e na apresentação do Projeto nas comunidades.

5.4 CBH BAIXO TIETÊ/SP

Lupércio Zioldo Antônio – *Secretário Executivo do CBH- Tietê-Batalha/SP e membro do CBH Baixo Tietê. Coordenador Geral do Fórum Paulista de Comitês. Engenheiro Civil.*

Expôs os dados da bacia: aproximadamente oitocentos mil habitantes distribuídos em 42 municípios, ocupando uma área de 9.000 Km².

Apresentou o projeto, surgido a partir da necessidade de combater problemas como o lançamento do esgoto “in natura” nos rios, os lixões, assoreamento e lançamento de águas pluviais na rede de esgoto. Identificou os parceiros: DAEE, CBH (a partir de 1991), Prefeituras Municipais, SABESP e CETESB.

Afirmou que o Projeto, com duração prevista para vinte anos, possui como metas;

- ampliação da rede de água e esgoto
- hidrometração
- mapeamento e levantamentos.

Como resultados já alcançados citou que a bacia já conta com:

- 99 % de água tratada
- 96 % de coleta de esgotos
- 82 % de tratamento de esgotos

Perguntas:

1) *(Georgiana – UFRGS) – A água subterrânea é retirada do Aquífero Guarani? Se for, está previsto no Plano de Bacia?*

A prioridade é a de tentar alternativas antes de recorrer à perfuração no Aquífero Guarani. Dos 70 poços, só um é no aquífero Guarani. Por exemplo, para o Município de Araçatuba a opção é trazer água do Rio Tietê. Em qualquer plano a prioridade é o abastecimento humano.

2) *(Representante do CBH-Baixo Tietê) – Como são motivadas as Prefeituras para participar do Projeto?*

As Prefeituras são contatadas e é feito um trabalho de esclarecimento sobre a importância do projeto, principalmente em relação à melhoria da saúde da população.

5.5 CBH PARDO/SP (Projeto do Dourado)

Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – *Membro do CBH-Pardo/SP. Representante dos CBH no CNRH. Engenheiro Civil especializado em engenharia de saneamento e gestão ambiental.*

Iniciou apresentando um vídeo que é utilizado nas escolas da bacia, composta por 23 municípios, que busca o alcance dos objetivos do projeto: produção de ações pedagógicas, educação ambiental e abrangência regional.

Relatou o histórico do Projeto Dourado (depois do financiamento do FEHIDRO) cuja coordenação é da Prefeitura de Ribeirão Preto em parceria com as delegacias de ensino, prefeituras da bacia, sindicato patronal das escolas particulares, CEAM e conta ainda com o trabalho de consultores contratados para suas ações.

A metodologia envolve reuniões para o planejamento participativo, produção de cartilhas para alunos e manual para professores, realização de oficinas que já alcançaram cerca de 800 professores.

Observou que o comitê participou ativamente, até para poder convidar os professores dos vários municípios, para evitar que uma Prefeitura, ao convidar professores de outro município, pudesse criar eventuais conflitos administrativos.

Como resultado, apontou:

- a posse, pelo CBH, dos direitos autorais do projeto
- produção de dois vídeos de desenho animado
- produção de 175.000 cartilhas e 2.000 manuais para professores
- Peças teatrais nas escolas
- Produção de camisetas.

Perguntas:

1) *(Julio Bernardes – Canoas) – Falta uma política de educação ambiental dentro da Política de Gestão dos Recursos Hídricos?*

Pesquisando sobre vetos realizados na Lei de Recursos Hídricos, deu para perceber que um dos instrumentos vetados na Lei foi a educação ambiental. Está sendo criada uma Câmara Técnica no CBRH que deverá tratar da Educação Ambiental.

2) *(Representante do CBH-Guaíba) – Por que os trabalhos (publicações) em educação ambiental falham na definição dos conceitos básicos sobre meio ambiente em relação à Legislação Ambiental? Por que os professores particulares não se envolveram no Projeto? E muitas vezes se gasta muito dinheiro para produzir materiais didáticos bonitos mas, por não serem específicos, não repercute com eficiência local?*

No caso do nosso projeto, foram contratados consultores na área de educação ambiental para elaborarem dos conteúdos das cartilhas. No caso da rede privada de escola, você chama, mas a maioria das vezes eles não atendem ao chamado. No caso do Projeto Dourado, foi contatado o Sindicato Patronal das Escolas particulares mas, mesmo assim, a participação de professores de escolas particulares foi muito pequena.

2) *(Georgiana – ONG Amigos da Água - UFRGS) – A experiência de educação ambiental e, em particular, de material educativo, é de construção. É necessário envolver e sensibilizar os alunos e professores nas escolas. Numa primeira fase, o trabalho tem que ser mais informal, para depois, num segundo momento, chegar com o módulo mais formal, mais técnico.*

5.6 ÓRGÃO GESTOR DO ESTADO DA PARAIBA

Deborah Trajano – Consultora do PROÁGUA – Coordenadora da Unidade de Gestão Participativa da SEMARH/PB. Engenheira Civil especialista em Recursos Hídricos.

Identificou a Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, composta por 85 municípios e um milhão de habitantes.

Apresentou a metodologia utilizada: busca de parcerias, mobilização social, criação de associação de usuários e a participação dessas associações no grupo pró-comitê,

desenvolvida a partir da firmação de parcerias voltadas para a diminuição dos custos tais quais o relacionados aos recursos humanos.

Foram promovidas ações como: reuniões de sensibilização dos usuários ao longo das adutoras construídas para formar associações de usuários, totalizando 21 associações formadas neste processo, com o objetivo de garantir a participação na gestão da água e na solução dos conflitos.

Além disso, foram realizadas oficinas de educação ambiental nas localidades onde foram instalados os chafarizes, ao longo das adutoras construídas. Nas sedes municipais foram realizados cursos de capacitação para educadores, lideranças comunitárias com a duração de dois dias.

Finalizou afirmando que está previsto para dezembro de 2004 a instalação do Comitê.

5.7 RIO PITIMBU/RN

Marineida de Oliveira Araújo – *Assistente Social e Técnica em Saneamento. Funcionária da CAERN-RN (Cia. de Águas e Esgoto) desenvolvendo ações de educação ambiental.*

Apresentou o rio Pitimbu como um manancial que abastece a capital do Estado do Rio Grande do Norte após passar por três municípios onde sofre impactos diversos, entre os quais: despejo de efluentes (Natal possui apenas 36 % de coleta de esgotos); lavagem de roupas da população ribeirinha, eutrofização da lagoa do Jiqui (onde o rio deságua); especulação imobiliária, assoreamento e desmatamento da proteção ciliar.

Apresentou o Projeto de Recuperação do Rio Pitimbu como um amplo processo de mobilização social, com ações de educação ambiental e reflorestamento de sessenta hectares de matas ciliares (faixa de cinquenta metros) cuja condução se dá por um conselho paritário. Neste processo são desenvolvidos cursos com enfoque nos resíduos e efluentes, mapeamento dos equipamentos sociais, capacitação de professores e parceria com o IBAMA na produção de mudas nativas.

5.8 CBH PARDO/RS

Dionei Delevatti – *Engenheiro Agrônomo. Presidente do CBH do Rio Pardo/RS. Coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias (coordenação tripartite).*

Apresentou a bacia do rio Pardo, composta por treze municípios – uma parte na região serrana e outra parte na planície – o que causa uma diferenciação muito significativa entre os municípios e, conseqüentemente, diferenças estratégicas de educação ambiental para cada município. Afirmou que o CBH Pardo possui um grupo de educação ambiental com objetivos de conscientizar a população e apoiar as iniciativas locais. Funciona com uma abordagem interdisciplinar, formando grupos de trabalho por município, que passam a ser apoiados pela rede de educação ambiental do CBH. Desenvolvem ainda capacitações, campanhas de conscientização (romaria das águas), material informativo (boletins mensais, cartilhas, etc) e gerando projetos interinstitucionais de educação ambiental. Entre as suas realizações destacam-se: a elaboração de um glossário ambiental

da bacia (ainda em busca de apoio para a edição); cursos de capacitação e educação ambiental; capacitação de pessoas para a elaboração de projetos; monitoramento de trechos de rios (qualitativo); *home page* do CBH-Pardo além de um curso de capacitação de quarenta horas.

Debate:

1) (*Amigo das Águas UFRS*) – Qual é o animal utilizado pelo projeto como bio-indicador? A princípio, o programa trabalha com a libélula.

2) (*Júlio Bernardes – Canoas*) – Como funciona a rede de educação ambiental?

Sempre é procurada a parceria com diversas entidades, já que o projeto não possui financiamento direto. A constituição da rede de EA é feita pelas escolas e Secretarias Municipais de Educação. Em relação à capacitação, está se optando pela troca do atual sistema de cursos fechados de quarenta horas por cursos seqüenciais (modulados), ou seja, uma capacitação em processo onde o público é a rede pública de ensino.

6. ATUAÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Coordenador:

José Wilson de Lacerda – *Membro do CBH-Salgado/CE. Coordenador-adjunto do Fórum Nacional de CBH.*

Relatora:

Susana Elizabete Dartora – *Membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*

6.1 CBH CURU/CE

Alocação Participativa de Água da Bacia Hidrográfica do Vale do Curu – Ceará

Antônio Alzemar de Oliveira – *Presidente do CBH Curu-CE. Técnico Agrícola da EMATER-CE.*

A Lei nº 11.996 dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará. O Estado possui 11 bacias hidrográficas. Apresentou histórico do CBH Curu, informando que seu início foi em 1994, com o diagnóstico da bacia, feito pela COGERH.

A bacia hidrográfica do Vale do Curu abrange 15 municípios, possui uma área de 8.527 km² – 6% do território e população de 350.000 habitantes. Nela existem 13 açudes monitorados cuja reserva hídrica é de 1.068.355.00 m³. O Rio Curu possui 195 km de extensão.

O 1º seminário institucional foi realizado em 1994, com a participação de todas as instituições do Vale do Curu, com apresentação da proposta de gestão participativa e da nova Legislação dos Recursos Hídricos. Inicialmente, foi formada uma Comissão de Usuários, composta de associações, sociedade civil, agroindústrias, sindicatos rurais, prefeituras, órgãos públicos federais e estaduais, etc.

Em 13 de julho de 1995, foi realizado o 1º Seminário dos Usuários, com o objetivo principal de liberação de água dos açudes que perenizam o Rio Curu. Citou inúmeros encontros, ressaltando que o objetivo principal era o fortalecimento da Comissão de Usuários.

Em julho de 1997, foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê, com aprovação dos estatutos, definição de 60 membros e composição (25% usuários, 25% sociedade civil, 25% poder público municipal, 25% poder público estadual/federal).

Em 17 de outubro de 1997, foi instalado o comitê. Considerou que deveriam ter dado maior participação para os usuários.

Citou as principais atividades e a atual composição do comitê (50 membros - 30% usuários- irrigantes, 30% sociedade civil, 20% poder público municipal, 20% poder público estadual/federal).

A Diretoria é composta de presidente, vice-presidente e secretário, sendo renovada de dois em dois anos.

Destacou que o grande desafio da alocação participativa de água era quebrar barreiras tradicionais e descentralização do domínio e de decisões. Citou os objetivos da proposta, salientando os riscos de colapso de água no Vale e diagnóstico da bacia (consumo, áreas irrigadas, etc)

Ressaltou as principais propostas: fortalecimento da comissão, controle da liberação de água, realização de seminário sobre operação de açudes. Informou que funcionam 4 comissões no comitê. Citou os temas abordados nos seminários e reuniões do comitê, bem como a metodologia utilizada.

Apresentou o histórico da liberação de água dos açudes do Vale do Curu, informando que em 1997 o volume liberado era 130.000.000m³ e atualmente aproximadamente 80.000.000 m³, com uma economia de 50 milhões de m³. Informou que o período de 1999/2001 foi o mais crítico na bacia.

Apresentou as seções de controle de vazões da bacia do Curu até o Oceano Atlântico, para evitar desperdícios. Destacou as conquistas do comitê, como redução do consumo de água e controle do desperdício. Mencionou as principais dificuldades enfrentadas.

Citou os principais desafios do comitê: maior envolvimento do poderes públicos com a gestão dos recursos hídricos, internalização da discussão sobre outorga e cobrança, desenvolvimento de parcerias com instituições ambientais, maior autonomia e melhor estrutura física para o comitê.

6.2 CBH PARDO/SP

Acidente Ambiental – Usina da Pedra – Irmãos Biagi S/A Açúcar e Alcool – Serrana – São Paulo

Amauri da Silva Moreira – *Coordenador das Câmaras Técnicas do CBH-Pardo. Engenheiro Químico e Tecnólogo em Saneamento. Funcionário da CETESB.*

Afirmou que a região tem 33 usinas de açúcar e álcool e que o acidente envolvendo a Usina da Pedra foi o maior acidente ambiental na região e ocorreu em uma instituição que não tinha histórico de problemas ambientais e que adotava práticas ambientais.

Caracterizando o acidente, informou que ocorreu em 29 de setembro de 2003, provocado pelo rompimento de um tanque de melaço, construído em alvenaria, contendo 8.500 m³ do produto. Considerou que provavelmente o rompimento ocorreu por falha estrutural, despejando o conteúdo no pátio de recepção de cana, escritórios e áreas industriais adjacentes. O acidente foi comunicado à CETESB somente 13 horas após sua ocorrência, dificultando as ações emergenciais e impossibilitando a estimativa oficial do volume que efetivamente verteu. Segundo a Usina, todo o melaço do tanque vazou.

Considerou que uma das falhas da usina foi querer resolver o acidente sem o auxílio da CETESB. A CETESB considera que dois terços do produto deve ter vazado e atingido o corpo d'água. O rio Pardo, distante 400 metros, foi atingido pelo melaço, que escoou pelas galerias de águas pluviais. Provocou alterações de DBO nas águas do rio de 2 para 2.100 mg/L, reduzindo o oxigênio dissolvido de 7,0 para 0,1 mg/L, num trecho de 20 km, cujos efeitos foram perceptíveis a 150 km do acidente, envolvendo 13 municípios, chegando a interferir no sistema de captação de água para abastecimento público de Colômbia, localizada na foz. Explicou que a CETESB controla a qualidade dos corpos d'água e das indústrias em São Paulo.

Segundo o IBAMA, o acidente provocou a morte de 200 toneladas de peixes, ao longo de cinco dias.

Considerou um erro a construção do tanque em alvenaria. Como o tanque era utilizado também para depósito de cana, não perceberam o duplo uso.

Informou que o Comitê da Bacia do Pardo convocou a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos para discutir estratégias de ação, visando minimizar os efeitos do episódio junto aos usuários à jusante. Realizou reunião com a CETESB, IBAMA, DAEE, CREA e Ministério Público para obter informes do episódio, das ações ambientais, das medidas reparadoras cabíveis para evitar reincidências e para compensar o dano.

A CETESB aplicou multas por falta de licenciamento do tanque e pelo dano causado – R\$ 149.904,98, que já foram pagas. O IBAMA aplicou multa de R\$10.000.000,00 pela mortandade estimada, que está na justiça.

Os Ministérios Públicos Federal e Estadual realizam trabalho conjunto de levantamento dos danos ambientais para proposta de reparação dos mesmos e o CREA verificou as condições estruturais e de execução do tanque.

A ANA efetuou fiscalização para verificação da regularidade da Usina quanto às outorgas de captação e de lançamento, não tendo constatado irregularidades.

A partir da atuação do comitê no episódio, chegaram as seguintes conclusões:

- proporcionou maior interação entre os órgãos de meio ambiente envolvidos, a imprensa e a comunidade.

- o comitê percebeu sua capacidade de mobilização, sua importância e legitimidade enquanto gestor de recursos hídricos.
- necessidade de estreitar relações com os Ministérios Públicos Estadual e Federal.
- necessidade de fomentar estudos de dispersão nos principais corpos de água da bacia (modelagem matemática).
- necessidade de estruturação física e financeira para dar suporte e autonomia para atuar em situações emergenciais envolvendo recursos hídricos.
- necessidade de uma maior participação do IBAMA no comitê.

6.3 FEPAM/RS

Apresentação do Plano Estadual de Regularização da Atividade de Irrigação - PERAI

Carlos Augusto Lima Porto - *Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM*

Iniciou com uma exposição sobre a legislação ambiental pertinente. Informou que o Plano abrange licenciamento (novos procedimentos administrativos), licença de operação (ato administrativo com condições e restrições impostas ao empreendedor) e planejamento e gestão (definição de critérios).

Apresentou a situação do setor de irrigação no período 2002/2003:

- Irrigação superficial (arroz) do total demandado de 752 foram atendidos 171.
- Irrigação por aspersão/localizado do total demandado de 103 foram atendidos 45
- Total de 8.188 produtores rurais irrigantes cadastrados.

Para a implementação do Plano, cujo objetivo é o de regularizar a atividade de irrigação (considerada de alto e médio potencial poluidor), é necessário atender à demanda reprimida de processos e ampliar o licenciamento da atividade pelos empreendedores. O procedimento é realizado por técnicos habilitados (no caso da irrigação: engenheiro agrônomo, engenheiro agrícola, engenheiro florestal e biólogo). O licenciamento proporciona a inserção das variáveis ambientais na gestão dos empreendimentos rurais.

Ações do Plano

Curto Prazo: definir os procedimentos e sistemática para licenciamento e coletar informações sobre a atividade via internet.

Médio Prazo: elaborar um programa de adequação da atividade irrigada à legislação ambiental, em conjunto com as instituições envolvidas com Recursos Hídricos (Comitês de Bacias Hidrográficas) e apresentar o programa ao CONSEMA.

Longo Prazo: (re)definir os critérios de licenciamento em conjunto com os Serviços das Regiões Hidrográficas (Litoral, Guaíba e Uruguai).

Apresentou os critérios de entrada de dados feita por profissionais técnicos habilitados e informou que a alimentação do banco de dados é via internet.

Quesitos avaliados: interferência nos corpos hídricos, verificação de áreas degradadas, cobertura vegetal (APP), obras civis (estradas etc), georreferenciamento, armazenamento de combustíveis, embalagens e uso de agroquímicos, zona de amortecimento das unidades de conservação e visualização da propriedade como um todo (licença dada para o empreendimento e não para uma obra isolada).

Demonstrou como os técnicos executam o cadastramento no sistema, informando que, de um total de 10.336 empreendedores cadastrados, 10.163 processos foram concluídos. Ainda, que do total da área irrigada, 968.535,163 hectares são com processo e 943.103.883 com licença.

Informações obtidas: dados cadastrais, dados da propriedade, recurso hídrico, utilização de agrotóxicos, processo de produção, sistema de cultivo e cobertura vegetal. Apresentação de gráficos da estratificação por porte dos empreendimentos das Regiões Hidrográficas Litoral, Guaíba e Uruguai.

Apresentou os gráficos da relação da distribuição em área total e da distribuição de números de empreendimento no Estado. Salientou que as informações obtidas contribuem para a gestão ambiental.

6.4 CBH MOGI/SP

Edy Augusto de Oliveira - *Funcionário da Cetesb onde é o Gerente da Agência Ambiental da Cetesb de Pirassununga. Engenheiro Agrônomo e de Segurança do Trabalho*

A bacia hidrográfica do rio Mogi Guaçu possui 15.218 km² de área de drenagem e abrange 38 municípios paulistas, onde vivem 1,3 milhões de habitantes e ocorre intensa atividade industrial, agroindustrial, agrícola e pecuária, com forte representação na formação do PIB paulista.

O trecho que banha os onze municípios de Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Estiva Gerbi, Conchal, Engenheiro Coelho, Araras, Lema, Santa Cruz da Conceição, Aguaí e Pirassununga, tem uma população total de 600 mil habitantes.

Nesse trecho, onde ocorre forte atividade econômica, apenas Araras (100%) e Mogi Guaçu (50%) tratam esgotos domésticos, sendo que os outros nove municípios lançam seus dejetos "in natura" no Rio Mogi Guaçu ou afluentes mais imediatos.

Esse quadro crítico ocasiona episódios de mortandade de peixes (em outubro de 2002 ocorreu um desastre ecológico com a mortandade de 30 toneladas de peixes na barragem de Cachoeira de Emas/Pirassununga).

A criticidade do trecho é decorrência das diversas atividades econômicas instaladas na área de drenagem da bacia, em especial o lançamento de esgotos domésticos sem tratamento, sobretudo nos meses de estiagem (de maio a outubro).

O conflito estabelecido pelos diversos usuários da água, a mortandade de peixes e outros riscos levou a Agência Ambiental da CETESB de Pirassununga a ampliar sua rede de monitoramento de qualidade das águas de dois pontos no Rio Mogi Guaçu para quinze pontos, que se estendem pela calha do rio principal e de seus principais tributários, intensificar a fiscalização e controlar as fontes de poluição industrial e mineração, trabalhar com o comitê de bacia hidrográfica para estimular os municípios a

empreenderem obras para tratamento de esgotos, na busca de soluções conjuntas e uso racional da água, sobretudo nos meses de seca.

Esta difícil realidade levou o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, em parceria com a Agência Ambiental da CETESB de Pirassununga, a criar o Projeto Estiagem, de caráter emergencial, já em sua quarta edição.

Projeto Estiagem

O Projeto visa a manutenção e melhoria da qualidade das águas do trecho crítico do Rio Mogi Guaçu, que vai da barragem de Cachoeira de Cima, em Mogi Guaçu, até a Cachoeira de Emas em Pirassununga, atravessando onze municípios.

O Projeto Estiagem é uma estratégia de trabalho colegiado, que visa reunir os diversos atores da bacia hidrográfica, na busca de estudos e propostas em ações efetivas que possam evitar os episódios de mortandade de peixes, indicador biológico da má qualidade das águas, sobretudo no trecho crítico.

Fazem parte do Projeto a CETESB de Pirassununga e integrantes de setores de sua Sede em São Paulo, do CBH-Mogi, do DAEE de Ribeirão Preto (Diretoria da Bacia do Pardo-Grande), da CATI-Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do CEPTA-IBAMA de Pirassununga, da Elektro (operadora da barragem de Cachoeira de Emas), AES-Tietê (operadora da barragem de Cachoeira de Cima), representantes de indústrias consideradas como fontes prioritárias de controle da poluição, além de integrantes das Prefeituras, Serviços Autônomos de Água e Esgoto, SABESP, localizadas no trecho crítico.

Desenvolvimento da experiência:

Procedimentos de articulação entre os atores e coordenação técnica.

A partir da criação do Projeto Estiagem o Grupo de Trabalho passou a reunir-se, sob a coordenação técnica da Agência Ambiental da CETESB de Pirassununga. Foram solicitadas providências da alçada dos órgãos do Estado e CEPTA-IBAMA (federal).

Foram convocados para reuniões os órgãos responsáveis pelos serviços de água e esgotos das Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto e SABESP (onde o serviço é estadual) localizadas no trecho crítico, para debate sobre a natureza do problema, busca de soluções emergenciais, cooperação de cada ator segundo a natureza de suas tarefas e atribuições. Foi solicitado aos municípios, além de suas sanções legais, a máxima cooperação na mobilização da população mediante campanhas de uso racional da água durante o período de estiagem, o que ocorreu com sucesso.

Para assegurar a qualidade das águas, foi solicitado à AES-Tietê a manutenção da vazão mínima de 16,7 m³ e à Elektro amplo diagnóstico sobre o reservatório e estudos técnicos, simulações e análise de impactos ambientais no caso de operação da barragem de Cachoeira de Emas, o que foi realizado. Os estudos indicaram que a barragem poderia ser operada sem produzir impactos a jusante.

Foi criada uma espécie de “telefone vermelho” entre CEPTA-IBAMA, CETESB/Pirassununga e Elektro para acionamento das medidas emergenciais para evitar mortandade de peixes, devendo ser acionado toda vez que no lago formado pela

barragem de Cachoeira de Emas/Pirassununga atingisse algo igual ou abaixo de 4,0mg/l de oxigênio dissolvido na água a um metro e meio de superfície e 16,2 m³/s de vazão na barragem de Cachoeira de Cima a montante, operada pela AES-Tietê, no Município de Mogi Guaçu. O CEPTA-IBAMA monitorou vários parâmetros dentre eles oxigênio dissolvido do lago da barragem, diariamente, durante todos os meses de estiagem, devendo acionar a equipe da CETESB e Elektro quando necessário, para que fizesse o manejo ou abertura das comportas liberando a matéria orgânica. Esta parceria teve sucesso, pois evitou a mortandade de peixes.

O DAEE de Ribeirão Preto reativou seus postos fluviométricos no trecho crítico, garantindo informação técnica segura sobre a vazão do rio. Foi solicitado que o DAEE notificasse os outorgados para que diminuíssem o consumo, principalmente os irrigantes, responsáveis por 50% do consumo de água na bacia para irrigação na agricultura, o que não surtiu o efeito desejado, uma vez que o rio é federal e a iniciativa caberia à Agência Nacional de Águas. O Comitê Mogi solicitou a participação oficial da ANA no Projeto Estiagem, o que foi atendido.

O DAEE, CETESB e ANA firmaram acordo de mútua ajuda quanto à integração de dados de suas redes de monitoramento pluviométrico, fluviométrico e de qualidade, para a partir do estudo realizado com o Projeto “Monitoramento Hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu” e do conjunto de dados iniciais, poder fornecer informação técnica que permita a gestão segura da bacia.

Também foi acionada a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através da CATI, para a intensificação da implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nos municípios do trecho crítico. Foi solicitado que os técnicos das Casas da Agricultura do Estado orientassem os agricultores irrigantes a utilizarem, de forma mais econômica e racional, seus equipamentos de irrigação. As indústrias classificadas como fontes prioritárias de controle da poluição foram fiscalizadas mais intensamente, na busca da melhoria nos processos industriais e da diminuição da carga orgânica.

As ações emergenciais desenvolvidas no trecho crítico por conta do Projeto Estiagem, de maio a novembro de 2003, correram à conta dos orçamentos normais de custeio dos órgãos estaduais e federal, da Secretaria Executiva do CBH-Mogi, Prefeituras e Serviços Autônomos de Água e Esgoto. Para 2004 estão assegurados recursos a fundo perdido do Fundo Estadual de Recursos Hídricos no montante de R\$ 62.500,00 com contrapartida de R\$ 73.248,00, totalizando R\$ 135.748,00 que financiarão o Projeto “Monitoramento Hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu”, em sua 1ª fase. Os demais atores concorrerão à conta de seus orçamentos de custeio.

Resultados obtidos pelas medidas adotadas no Projeto:

- Integração dos principais atores da bacia hidrográfica.
- Evitou-se em 2003 a mortandade de peixes.
- Ampliação da consciência da população quanto à importância do tratamento de esgotos domésticos, utilização racional e manutenção da quantidade e qualidade de água do Rio Mogi Guaçu, a fim de se promover o desenvolvimento sustentável da região.

Debates:

As atividades desenvolvidas no Tema “Atuação dos Comitês em Situações de Emergência” contaram com a participação de 36 pessoas e funcionaram das 9h15min às 11h20min. Os participantes registraram as diversas falhas ocorridas com os equipamentos e consideraram importante contar com serviços de apoio como xerox, no próximo encontro.

Os palestrantes foram bastante questionados pelos presentes. O assunto que mais despertou interesse foi apresentado pelo Sr. Carlos Augusto Lima Porto. Todas as questões foram devidamente esclarecidas.

Principais questões:

1) *Eduardo Mazolens – CETESB – Comitê Tietê* - Questionou sobre as variáveis ambientais, unidades de conservação, impacto da irrigação nas águas subterrâneas, estratégia adotada no cadastro pela internet e estratégias na regularização e na fiscalização.

Renato Zenker – Comitê Camaquã – RS -Comunicou que em 14 de junho seria inaugurado o aterro sanitário no Município de Camaquã. Considerou que a solução dos principais problemas passava pela cobrança pelo uso da água. Registrou a necessidade de agilizar os consórcio para as questões do lixo e agilizar os Planos de Bacia. Salientou a falta de pauta para as reuniões dos comitês.

Eduardo Paschoalotti - Questionou se foram cobrados os cadastros de irrigantes. Considerou que o valor arrecadado deveria retornar para a fiscalização e não para o caixa único. Indagou sobre a atuação do Ministério Público quanto aos poluidores.

José Carlos Gomes – Bahia - Registrou a contaminação das águas subterrâneas, destacando os agroquímicos. Manifestou preocupação com as doenças causadas pela contaminação.

Sétimo Humberto Marangon – CETESB-SP -Questionou sobre o repovoamento dos peixes, considerando a mortandade ocorrida.

Eduardo Mazolenis – CETESB-SP - Questionou sobre as estratégias futuras e sobre as empresas que possuem equipamentos de alta produtividade.

Paulo Duarte – FEPAM-RS - Questionou sobre as vazões ecológicas.

Marcus Vinícius Lopes da Silva – CBH-MOGI - Registrou que o operador nacional do sistema era complexo.

Giovani Ourigun Freitas – SC - Com relação aos consórcios de lixo registrou a necessidade de ajustamento de conduta com prazo para solução dos problemas.

Antonio Alzemar de Oliveira – CBH-CURU – CE - Concordou com as questões colocadas pelo Sr. Renato Zenker. Registrou a instalação de fábrica de papel do Rio Grande do Sul no Ceará, a 100 metros do leito do rio, contaminando o lençol freático.

OFICINA DE PREPARAÇÃO DO ENCONTRO TEMÁTICO SOBRE GESTÃO COSTEIRA

Facilitadora:
Rosa Maria Mancini

Abaixo seguem os resultados da Oficina 2, com o tema Gestão Costeira, com o objetivo de elaborar a proposta de estrutura de um Encontro Regional sobre Gerenciamento Costeiro, um dos eventos a ser coordenado pelo Fórum Nacional de CBHs.

A Oficina contou com a participação de 21 pessoas (listagem anexa) oriundas de 5 estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas) e do Distrito Federal; foi coordenada por Rosa Maria Mancini e teve como palestrante o Sr. Ademilson Zamboni, que apresentou os resultados, ainda não divulgados do Encontro ocorrido em Vitória em 2002, sobre o mesmo tema, assim como falou da política do MMA para estas áreas. Esta palestra visava evitar que se iniciasse a discussão de pontos já previamente debatidos durante o citado evento e que se assegurasse à implementação das ações já propostas.

Os debates seguiram um temário, previamente preparado para atender os objetivos da mesa, e os resultados seguem abaixo. Vale observar que foram inseridas algumas observações e propostas, que podem ser alteradas caso o grupo discorde.

Com relação aos encaminhamentos sugerimos que este tema seja inserido na pauta da próxima reunião do colegiado gestor, e que seja formado um pré-grupo para que as primeiras providências sejam tomadas conforme consta da proposta.

Peço que todos chequem a listagem dos participantes para verificação das informações.

“I Encontro Nacional para a integração das gestões costeira e de recursos hídricos”

Proposta inicial

Objetivos:

Estabelecer pacto (no sentido político) entre as instituições e atores envolvidos nos sistemas de gestão costeira e de recursos hídricos através de:

- mecanismos para a integração entre as duas políticas, através da análise profunda das suas legislações,
- da compatibilização de seus instrumentos e, do
- conhecimento das experiências relacionadas à integração que estejam em curso.

Justificativa:

- As Leis 9.433/97, que institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e a 7.661/88 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, já prevêem a gestão integrada dos dois sistemas.
- Em evento anterior, realizado em Vitória em 2001, foi discutida a proposta de integração, mas não foram gerados os resultados esperados, havendo

necessidade de se avançar na compatibilização e na implementação das ações previstas.

- Já foram diagnosticados a sobreposição de temas, de atores e de territórios, além de competências nas duas políticas.

Temas que devem ser debatidos:

- Instrumentos de Gestão
- Legislação
- Experiências na Integração

Público alvo:

- Membros dos comitês de áreas litorâneas
- Membros dos colegiados do gerenciamento costeiro
- Órgãos estaduais
- Órgãos Federais
- ANAMA
- ONGS e,
- Usuários das águas

Estratégia pré-encontro:

Formar Grupo de Trabalho com representantes do MMA (GERCON + SRH); ANA e pelo menos de 3 CBH's de 3 colegiados costeiros (Norte/Nordeste, Sul, Sudeste) para realizar:

- estudo aprofundado das legislações específicas, procurando identificar os pontos convergentes e divergentes e detalhamento dos instrumentos de cada uma (Plano, Enquadramento, ZEE/ Licenciamento / Fiscalização / Sistema de Informação), tema que será objeto de palestra.
- Contratar equipe e coordenar a elaboração do mapeamento dos CBH's e Colegiados regionais do GERCO existentes em todo o Brasil, que servirá de logomarca do evento e objeto de conferência, que deve falar, em linhas gerais sobre a localização espacial dos CBH's e dos colegiados existentes, as suas interfaces.
- Levantamento, através dos CBH's e Colegiados do GERCO, das experiências em curso que correlacionem as duas políticas, envolvendo entre outros temas o turismo, saneamento, questão portuária, pesca, aquicultura, lixo no mar, responsabilidades institucionais, fiscalização e outras atividades impactantes tais como a implantação de emissários submarinos, vazamento de óleo, implantação de marinas e estaleiros, água de lastro.

Proposta de formato do encontro:

1º DIA

Manhã

- Apresentação do mapeamento dos comitês de bacias existentes na faixa costeira e dos colegiados do gerenciamento costeiro implantados. (base do encontro)
- Palestra de representante da área ambiental que irá apresentar os resultados do grupo de trabalho sobre Legislação – de Meio Ambiente, de Gestão Costeira e de Recursos Hídricos – pontos relevantes e de interesse comum.

Tarde

Apresentação de experiências de integração entre gestão costeira e de Recursos Hídricos (em salas separadas por temas se forem muitas as experiências).

Proposta: Paralelamente, poderá ocorrer uma oficina para discutir a estratégia de trabalho para as áreas que não contam com CBH ou Colegiado do GERCO, a ser coordenada por representantes das áreas específicas do MMA, pois nessas áreas já pode ocorrer a instalação de uma instância integrada para gerenciamento das águas doces e da área costeira.

2º DIA

Manhã

Grupos de Trabalho sobre instrumentos:

- Planos de Bacia + ZEE + enquadramento
- Licenciamento + outorga
- Sistemas de informação
- Fiscalização

Tarde

- Subsídios para o pacto: plenária com os resultados e recomendações dos grupos (dos dois dias)
- Fechamento de proposta de pacto político (devem ser eleitas duas pessoas, que acompanharão todas as discussões, e que ficarão responsáveis por esboçar, durante o evento, um documento a ser aprovado pela plenária).

Patrocínio (sugestões)

- CT HIDRO
- Apoios que os CBH's conseguirem
- PETROBRÁS
- PORTOS

Locais sugeridos (considerando infra, acesso, apoio político-financeiro-institucional)

- Alagoas
- Bahia
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Sul

Instituições a serem envolvidas:

- Comitês de bacias hidrográficas
- AGERCO
- SMA
- SRH
- Órgãos estaduais relacionados ao tema
- Consórcios
- Outras

Resultados esperados do evento proposto:

Assinatura do Pacto.

Formação do grupo responsável pela implementação das propostas e decisões.

Período de realização:

O evento deve ser realizado no final de novembro, início de dezembro, dependendo do estabelecimento de parcerias.

Coordenação

Fórum Nacional de Comitês de Bacias

MMA – SRH/SQA

OFICINA DE PREPARAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL SOBRE A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SEMI-ÁRIDO

Facilitador: Francisco Carlos Bezerra e Silva (Cacá)

A oficina foi iniciada pelo Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que fez a contextualização da mesma como uma demanda existente desde o II Encontro Nacional de Comitês (Fortaleza-2000) e da evolução da idéia de contemplar, no seu temário, não apenas o assunto específico da transposição, nem em condição privilegiada, mas da gestão dos recursos hídricos no semi-árido sob a ótica dos comitês.

Em seguida, o coordenador dos trabalhos, Francisco Carlos Bezerra e Silva, apresentou a dinâmica dos trabalhos (apoiada pela técnica da visualização e moderação) e solicitou a cada um dos presentes que fizesse a sua apresentação inserindo na mesma qual o objetivo que esperava que o encontro regional venha a produzir.

PARTICIPANTE / INSTITUIÇÃO	O QUE ESPERA DO ENCONTRO
Aldo Andrade – SRH PB	Integração de políticas públicas para o semi-árido / definição institucional para implementação dos programas projetos (modelos)
Antônio E. Vieira (Tonhão) / CBH Paracatu MG	Mais informações a respeito das condições do rio
Apolo Heringer Lisboa – CBH Velhas	Definição do foco de intervenção do CBH São Francisco
Aroldo – CBH Gorutuba MG	Espero do encontro regional o surgimento de um programa sólido e consistente para a bacia do SF
Débora Trajano – CBH Paraíba	Articular e envolver os comitês de bacias na discussão da transposição
Dilma – ANA	O CBH-SF e o desenvolvimento do semi-árido: enfoque recursos hídricos
Eduardo Lanna - Consultor	Conhecer as diversas posições e argumentos
Elke Oliveira Houghton – SEMARH AL	Informe didaticamente sobre o projeto de transposição do São Francisco
Geny Farias / Séc. Recursos Hídricos do RH - SERHID	Nivelar informações / proposta de solução para decisão de implementação
Holanda – SRH SE / Câmara consultiva Baixo São Francisco	Consolidação de políticas em recursos hídricos para o semi-árido nordeste brasileiro com participação dos CBH
Howard Lima – SRH Se	Esboço de ações para sustentabilidade do semi-árido
João Batista Araújo / CBH Alto Jaguaribe – CE	Que seja definida a participação dos CBH no processo
João Lúcio / DNOCS	Diálogo sobre a convivência no semi-árido
João Paulo – SEMARH AL	Objetivo com realidade
Luiz Carlos Fontes – CBH São Francisco	Articulação entre os comitês na defesa do respeito à gestão participativa por bacia e desenvolvimento integrado do semi-árido
Mailde / CBH Metropolitanas CE	Maiores resultados práticos e participativos
Manfredo Cardoso – SRH / BA	Compreensão melhor entre os agentes do semi-árido / menos emoção, mais racionalidade e sensatez.

Marcelo – COGERH CE	Solução negociada do projeto de transposição
Marcos Virgílio Ferreira de Rezende – CBH Paraopeba MG	Discutir a importância de revitalização da bacia
Maria de Fátima de Freitas Rêgo – SERHID RN	Esclarecer com transparência a transposição do Rio São Francisco
Regina Greco – CBH Pará MG	Esclarecimentos e participação descentralizada dos membros da bacia
Ronald Guerra – CBH Velhas	Definição de ações efetivas para o semi-árido e que a transposição não seja apontada como a grande solução
Rosana – ANA	Construção de uma articulação entre CBH e órgãos gestores do semi-árido
Sérgio Góis – SEMARH PB (Sec. Adjunto)	Esclarecimentos sobre a real necessidade de água dos estados “receptores e doadores” e a forma de efetiva-los
Sirléia Drumond / CBH Jequitaiá e Pacui MG	Que as teorias dêem lugar às práticas nas ações dos CBH
Tonzé – SRH Ce	Criar condições de nivelamento e entendimento do projeto para todos os envolvidos
Yvonilde Medeiros – CBHSF CCR Sub-Médio	Diálogo / Negociação e parcerias
Zélia Santos – IGARN RN	Que sejam consolidados os pontos fracos e fortes sobre o tema e como trabalhar os mesmos
Zita Araújo – DNOCS	Planejamento Estratégico para o semi-árido (médio e curto prazo) participativo/ formação de uma câmara técnica sobre o semi-árido no CNRH

A partir da análise dos participantes, sobre qual deveria ser o objetivo do encontro, a discussão convergiu para que se definisse o Tema Geral:

“Gestão Participativa das Águas na Implementação das Políticas Públicas do semi-árido”.

Também foi pactuado que:

- a) O Foco do Encontro não será a transposição do São Francisco. O projeto para isso deverá ser um dos pontos de discussão, não o único;
- b) Não se utilizará mais a terminologia “estados doadores x estados receptores”.

Definido o tema, foram levantados os conteúdos e agrupados em cinco grandes blocos:

SUB-TEMA	CONTEÚDOS PROPOSTOS
Nivelamento de Informações	<ul style="list-style-type: none"> - disponibilidades hídricas dos Estados - situação ambiental das bacias - atualização de dados após a formação dos comitês - levantamento das obras hídricas dos Estados - balanço de ofertas e demandas hídricas - levantamento dos usos (demandas atuais e futuras / no que a água é usada)

	<ul style="list-style-type: none"> - distribuição dos estoques de águas - levantamento das fontes hídricas do Semiárido - levantamento de todos os estudos e soluções existentes para o semi-árido; - inventário das legislações e fontes hídricas; - integração dos estudos e soluções existentes
Transposições	<ul style="list-style-type: none"> - A transposição do rio São Francisco - Transposições de bacias
Experiências de Convivência com o semi-Árido	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação efetiva das políticas (projetos) já existentes - Políticas públicas existentes (Fed/Estados) para o semi-árido
Papel dos Comitês	<ul style="list-style-type: none"> - participação dos segmentos da sociedade da e CBH - mecanismo para articulação permanente entre os comitês do semi-árido - papel dos CBH - relação dos CBH estaduais com os federais e suas limitações - participação dos CBH nos planos de recursos hídricos elaborados e aprovados
Revitalização	<ul style="list-style-type: none"> - Passivos ambientais gerados pelos usos das águas e mecanismos de mitigações e compensação - Relações entre as águas e os tipos de usos e ocupação do solo e de desenvolvimento econômico; - Relação entre a lógica de bacia e dos ecossistemas regionais; - O sistema de licenciamento ambiental e os itens anteriores - A produção de água - Propostas de revitalização participativa dos cursos d'água

Definidos os blocos de conteúdos, os participantes foram sub-divididos em cinco grupos como o objetivo de propor um tratamento para cada uma dos sub-temas , visando definir o formato do encontro.

1. Grupo “Informação”:

- Fontes: estados do semi-árido e órgãos federais
- Elaborar um roteiro de informações a serem coletadas (focando em informações específicas e projetos existentes);
- Formar um grupo de trabalho para elaborar um “Estado da Arte” que possa ser encaminhado com antecedência para os participantes;
- Discutir o documento no evento.

2. Grupo “Transposições”:

- Realizar duas mesas no evento: uma sobre Interligações de bacias de maneira geral e a segunda sobre a transposição do São Francisco (o Projeto);

Na Mesa 1- Interligações de bacias, tratando de:

- a) experiências mundiais
- b) questões ambientais relacionadas à transposição
- c) papel dos órgãos gestores
- d) uniformização de informações
- e) aspecto jurídico institucional
- f) papel dos CBH

Na Mesa 2 - Transposição do São Francisco tratando de:

- a) diagnóstico atual e cenários futuros: do NE Setentrional e PI; dos estados da bacia e da bacia;
- b) projeto de transposição
- c) apresentação das posições sobre a transposição: mesa de debate com as visões identificadas sobre o projeto.

3. Grupo “Convivência com o Semi-Árido”:

Tratar das políticas e projetos já existentes tanto o poder público quanto da Sociedade civil:

- identificar as experiências, por estados.

Recomendações:

- analisar as experiências. Há um enorme desperdício pela sobreposição de projetos – debater e avaliar aqueles que não deram certo;
- estruturar um sistema de informações das experiências exitosas;
- integrar as políticas públicas existentes e canalizar para objetivos comuns (também pela própria sociedade civil acontece a dispersão de esforços; diversos órgãos públicos tratam da questão dos recursos hídricos).

4. Grupo “Papel dos CBH”:

Metodologia participativa dos comitês:

- elaboração e envio de texto sobre sua experiência vivida
- análise e seleção para o tema
- divulgação das experiências, visando a preparação das discussões nos grupos temáticos
- apresentação das experiências nos grupos temáticos.

Fortalecimento e articulação do Semi-Árido:

- Grupo temático para que sejam discutidos as estratégias e os mecanismos de fortalecimento dos comitês do semi-árido;
- Discussão prévia nos comitês sobre os temas do evento

5. Grupo “Revitalização”:

Temas Principais:

- Forma de ação através de micro-bacias
- Qualidade / poluição: Saneamento ambiental; esgotos domésticos domiciliares e efluentes industriais; lixo – resíduos sólidos; carreamento de águas pluviais;
- Usos e ocupação do solo urbano e rural: ordenamento;

- Educação Ambiental e Agenda 21 de bacia hidrográfica do semi-árido;
- Quantidade, preservação, conservação e recuperação das áreas de preservação permanente; unidade de conservação e produção de águas;
- Cenários sustentáveis:
 - a) recuperação da biodiversidade;
 - b) zoneamento e manejo da bacia;
 - c) turismo;
 - d) utilização dos recursos naturais (areia, argila, minerais);
- recuperação de áreas degradadas e mitigação de passivos ambientais existentes.

Logo após o compartilhamento das discussões nos sub-grupos, os participantes discutiram aspectos operacionais do evento:

a) Público alvo preferencial:

- Comitês de bacia do semi-árido;
- Órgãos gestores da união e dos estados;
- Comissões pró-comitês do semi-árido;
- Organismos de bacia (consórcios, associações, comissões de açudes);
- Entidades/instituições governamentais e não governamentais que atuam na região, na área de recursos hídricos.

b) Local provável de realização do encontro:

Segundo os participantes, o local mais adequado deverá ser no Estado de Pernambuco visto que o mesmo está na condição de Estado pertencente à bacia do São Francisco e também de possível favorecido pelo Projeto de Transposição, o que lhe confere uma certa “neutralidade” diante da questão mais polêmica. A Paraíba foi outro Estado sugerido devido ser a sede do Instituto do semi-árido. A decisão caberá ao Colegiado Coordenador do Fórum Nacional, após analisar as condições oferecidas pelos estados.

c) Período proposto de realização:

No primeiro semestre de 2005, condicionado à obtenção de parceiros políticos, institucionais e financeiros.

d) Realizadores:

Conjunto de comitês de bacias hidrográficas articulados pelo Fórum Nacional: articulações políticas e institucionais.

Parceiros: Estados e órgãos federais; Fórum dos Secretários de RH no Nordeste; ABES e outros a serem identificados.

e) Comissão de Coordenação local/regional:

Geny e Fátima Rego – Rio Grande do Norte

Zita e João Lúcio – DNOCS

Holanda – CBH SF e SRH SE

Cybelle – Paraíba

Elke – Alagoas

Zé Carlos – Bahia

Aroldo – Fórum Mineiro.

Colaboração: **Rosana** / ANA

f) Atividades preparatórias:

Caberá à Comissão de Coordenação elaborar projeto detalhado, com o detalhamento da programação, para a viabilidade política, institucional e financeira junto aos prováveis parceiros e patrocinadores. Para isso, será criado um grupo de conversa via eletrônica para que sejam dados os devidos encaminhamentos.

APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE RH PELA SRH/MMA

Noite de 7 de Junho de 2004

Palestrante: Percy Soares – Consultor SRH/MMA

Relatora: Jussara Lima de Carvalho

O palestrante fez uma apresentação do trabalho que vem sendo desenvolvido pela CTPNRH (Câmara Técnica de Plano Nacional de Recursos Hídricos), em relação à elaboração do Plano Nacional e que o mesmo está estruturado em três etapas: a primeira, a de sensibilização, com apresentações que já foram feitas (ONG's e Secretários Estaduais) e que ainda estão sendo feitas, como esta que ora se realiza. A segunda, que se divide em arranjo Institucional e Base Técnica de apoio à discussão. A terceira que são as Discussões Regionais e a quarta que será a aprovação e consolidação. O prazo previsto para finalização do processo é março/05.

Afirmou que estamos na terceira etapa em fase de definição das variáveis, montagem das comissões executivas regionais (CER) e posteriores Seminários Prospectivos com a contratação de estudos nacionais. Explicou a proposta da CTPNRH de formação de 12 Comissões Executivas Regionais (CER's), uma por região hidrográfica, cuja composição deverá ser: ¼ representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, ¼ de representantes de usuários, ¼ de representantes da sociedade civil, ¼ de representantes da administração federal ou de comitês federais. Todos os representantes deverão ser indicados através dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, onde tiver e for operante.

As CER's terão a atribuição de:

- (a) realizar/acompanhar os estudos básicos em cada uma dessas regiões hidrográficas, onde especialistas contratados irão a campo para estudar a dinâmica de desenvolvimento das respectivas regiões e analisar a conjuntura social, econômica, política, tecnológica, ambiental, institucional e cultural, identificando os principais problemas, potencialidades e vocações regionais;
- (b) identificar os grupos e atores sociais com interesse nos recursos hídricos e a relação entre esses diversos segmentos sociais;
- (c) na organização dos Seminários Prospectivos, onde cada representante deverá indicar mais três representantes do seu segmento, que terão como base de discussão os relatórios regionais.

Deu bastante ênfase para a necessária participação da sociedade na discussão desse Plano. Informou o sítio da Secretaria de Recursos Hídricos, onde pode-se acompanhar todas as discussões das Câmaras Técnicas.

Perguntas:

1) *Caso não haja pacto efetivo entre a SRH e os estados, pode-se comprometer os resultados pois corre-se o risco de não haver espaço nos orçamentos estaduais?! Como estão sendo pensados os recursos para o Plano?*

Não há problemas dessa ordem, pois o custeio de toda articulação do Plano está sendo buscado pela SNRH. Já existe orçamentado (2004/2005) metade do valor, aproximadamente, R\$ 2.500.000,00. O resto está em negociação com o BID e outros parceiros.

2) *Qual a articulação desse Plano com as bacias transfronteiriças?*

Já começou o desenho da CT de Gestão de Bacias Transfronteiriças. Dia 21 de julho terá uma reunião junto com o GTCE para buscar uma parceria. A Câmara Técnica vai agendar reuniões fora de Brasília, no local do problema, para discussão com a comunidade, e através da Agência de Relações Exteriores, marcar reuniões com outros países para chegar a um resultado de como fazer o que é mais importante para definir como política do governo brasileiro.

3) *Estamos falando muito de planos. Existem planos distantes da realidade, estados que tem plano e outros que não têm. E já estamos falando de Plano Nacional. A articulação para execução do Plano Estadual não viria antes? Como isso se articula com o Plano Nacional?*

O que não pode é não ter uma direção política nacional para gestão dos recursos hídricos. As coisas ficam isoladas sem articulação, perdidas.

4) *São muitos planos, nesse sentido é muito importante que tenhamos sistemas de informação que "conversem", pois eles não têm uma estrutura única no país, e é importante que todos tenham acesso.*

É uma atribuição da ANA, e sei que está em elaboração o Sistema de Informação.

5) *Você citou vários ministérios, como está a articulação e integração entre essas várias políticas?*

Estamos fazendo várias reuniões para discussão do desenvolvimento regional, já foram feitas com Ministério do Planejamento, de Integração. A discussão no CNRH foi muito rica e está começando a se construir. (Lauro Coelho complementa que a CT do Plano também está fazendo apresentações nas demais CT's do CNRH).

6) *As 12 regiões têm faixa litorânea. Essa interface está sendo tratada?*

Com certeza, será. Não corre o risco de se perder pois as CER's nas regiões específicas irão colocar .

7) *Você acha que o prazo final será mesmo março?*

É o cronograma previsto, porém o CNRH é soberano para mudanças. Dentro do cronograma, os seminários prospectivos deverão acontecer em setembro/outubro.

7) *Nos orçamento previsto para o Plano tem recursos previstos para participação da sociedade civil?*

Tem. A idéia é justamente essa.

8) *Considerando a importância do Aquífero Guarani, como será contemplado?*

Serão definidas áreas especiais, com diretrizes específicas.

9) *Quais as estratégias de comunicação e informação para o país, considerando seu tamanho e suas complexidades?*

Estamos atrasados. Teremos a cartilha que já está pronta, inclusive os comitês que desejarem podem pedi-la para a SRH, nosso sítio, mas não temos muito mais coisas pensadas, além das CER's e dos seminários prospectivos que levarão informação e discussão para as regiões também.

Considerações finais:

Jussara Lima de Carvalho informou que ela representa os comitês de bacias na Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, por indicação do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias, segundo os critérios aprovados pelos Comitês, na Assembléia realizada em Aracajú, em 2003. Que a orientação do Colegiado, para o exercício da representação, é a de que os representantes dos comitês nas diferentes Câmaras Técnicas elaborem um resumo após cada reunião, de fácil compreensão (não puramente técnico), bastante sintético, com os principais pontos abordados e, através do representante dos comitês dos respectivos estados no Colegiado Coordenador do Fórum, tais conteúdos sejam disponibilizados ao conjunto de comitês instituídos no território nacional, por endereço eletrônico. É muito importante que todos acompanhem e que mandem suas sugestões e solicitação de esclarecimentos contribuindo, dessa maneira, para uma participação mais efetiva das representações.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2004.

Aos dez de junho de dois mil e quatro, na sala Casacchia do Hotel Serrano, na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os representantes dos comitês de bacias hidrográficas oficialmente constituídos, em Assembléia Geral Anual Ordinária. A Assembléia foi presidida pelo Coordenador Geral do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Isidoro Zorzi, auxiliado pelo Coordenador Adjunto, Wilson de Lacerda, pela representante do COMITESINOS, Viviane Nabinger e secretariada por Francisco Carlos Bezerra e Silva. Após as boas vindas iniciais, o Coordenador apresentou a pauta da Assembléia, aprovada sem ressalvas, com a seguinte ordem do dia: relato das atividades do colegiado coordenador; procedimentos para eleição da Coordenação Colegiada; situação da representação dos comitês no Conselho Nacional de Recursos Hídricos; VII Encontro Nacional e apreciação das propostas de moções encaminhadas na Plenária de Encerramento do VI Encontro Nacional. A Assembléia foi iniciada com a presença de quarenta comitês e chegou, no seu momento mais presente, a contar com cinquenta e três comitês. Cabe o registro de que, durante a realização do VI Encontro Nacional houve a participação de representantes de XXX comitês.

Relatando as atividades do Colegiado Coordenador, a partir do V Encontro realizado em Aracaju, Isidoro Zorzi destacou a constituição de um Grupo de Trabalho para acompanhar as discussões do PL 1616 e a produção de um documento sobre o referido assunto, por este mesmo grupo, encaminhado a todos os comitês e ao Secretário do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos. Informou que foram realizadas cinco reuniões da coordenação: em São Paulo, Goiânia, Porto Alegre, Brasília e Gramado, sendo que o assunto predominante nessas reuniões foi a preparação do VI Encontro Nacional. Informou ainda que foram realizados dois encontros regionais: Fortaleza e Blumenau, também com vistas à preparação do VI Encontro. Em Fortaleza, estiveram presentes aproximadamente cem participantes de oito estados nordestinos e, em Santa Catarina, foi iniciada a rearticulação dos comitês daquele estado. Wilson Lacerda pediu a palavra para solicitar maior presença dos comitês nas reuniões do colegiado e Rodopiano Marques solicitou a disponibilização das apresentações do VI Encontro em meio magnético.

Sobre o segundo ponto da pauta – procedimentos para a escolha do Coordenador Geral do Fórum Nacional – Zorzi afirmou que o Colegiado não se ateve a essa discussão e propôs que a Assembléia aprovasse que a coordenação criasse um grupo de trabalho para elaborar as regras dessa escolha, disponibilizando-as na rede e, no prazo de dois meses, recebesse as contribuições para finalização de uma proposta a ser aprovada na assembléia geral de 2005. A proposta foi aprovada, sem ressalvas.

O terceiro ponto de pauta, a representação dos comitês no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, foi apresentado por Carlos Alencastre (Carlão). O mesmo relatou a dinâmica do Conselho, que se reúne de três a quatro vezes por ano, com pautas carregadas, mas que, nos últimos meses, aprovou resoluções importantes como a que institui a Divisão Hidrográfica Nacional, a que estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos d'água de domínio dos estados, da união e do Distrito Federal. Apresentou ainda participação dos comitês nas Câmaras Técnicas, destacando os critérios para indicação dos participantes, pelo Colegiado Coordenador, que seriam: conhecimento sobre a matéria, disponibilidade de tempo e disponibilidade financeira. Solicitou aos participantes das Câmaras Técnicas presentes à Assembléia que se identificassem e listou cada representação: CT-Plano – Jussara Carvalho e Lupércio Zroldo; CTCOB – Eugênio Cánepa e Eduardo Paschoalotti;

CTIL – Fernando e Marcus Vinícius; CTAP – Rodopiano Marques; CTCT – Regina Greco; CT-Rios Transfronteiriços – Mauri; CTAS – Osmar e CT-Outorga – Augusto Almeida. Na ocasião, apresentaram-se e foram aceitos pela Assembléia, Luís Carlos Fontes para a CTAP e Sérgio Cardoso para a CTAS. Diante do quadro, informou que o Regimento Interno prevê que três faltas consecutivas fazem com que o segmento perca a vaga e que a suplência é mais um ajuste para garantir maior participação do que uma instituição oficial. Relatou ainda que houve uma reunião no final da tarde do primeiro dia do VI Encontro, entre os participantes, e nela ficou decidido que cada participante deverá relatar sinteticamente as principais discussões que ocorrerem em suas câmaras. Por último, informou que a nova Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos também prevê uma vaga para os CBH, mas que ainda não passou pelo Conselho Nacional.

Apolo Lisboa questionou como se dá a representação e solicitou que as informações sejam disponibilizadas, permanentemente, para todos os comitês. Rodopiano informou que as informações podem ser acessadas através da página www.cnrh.srh.gov.br. Carlão complementou outros endereços onde as mesmas informações também podem ser acessadas: comitepardo@sigrhi.sp.gov.br e bpg@daee.sp.gov.br.

O quarto ponto de pauta tratou do VII Encontro Nacional. Zorzi informou que dois estados encaminharam solicitação para sediar o referido encontro: Bahia e Goiás. Justificou que, diante de situações passadas, a Assembléia poderia autorizar o Colegiado a tomar a decisão a partir de uma visita aos dois estados onde deverão acontecer audiências com os Governadores e Secretários, quando poderão ser claramente avaliadas as condições necessárias: apoio institucional, político e financeiro. A proposta foi aprovada.

O quinto ponto tratou da apreciação das moções encaminhadas por ocasião da Plenária de Encerramento, realizada na tarde do dia anterior. Os resultados de cada apreciação encontram-se a seguir relatados:

- 1) Moção dirigida ao Governo do Estado do Rio de Janeiro manifestando preocupação quanto a não observância, pela Lei Estadual 4247, dos princípios e diretrizes consagrados na Política Nacional de Recursos Hídricos. Aprovada com a seguinte complementação: *“após negociação com os comitês de bacia e prévia e expressa manifestação do Conselho Estadual...”*. Em relação a essa moção, também foi aprovado que a mesma seja encaminhada ao CNRH para que seja aprovada em regime de urgência.
- 2) Moção dirigida ao Governo do Estado do Rio de Janeiro solicitando a promulgação dos decretos que aprovam a criação dos comitês já aprovados pelo CERH. Aprovada sem ressalvas.
- 3) Moção dirigida a diversos órgãos federais, governos estaduais e órgãos de imprensa repudiando o processo de sistemática de canalização e retificação de córregos e rios urbanos com recursos federais de saneamento. Aprovada sem ressalvas.
- 4) Moção que aprova a proposta de que Campos do Jordão seja considerada a Capital das Águas do Mercosul. Rejeitada.
- 5) Moção para que sejam alteradas as regras para eleição de organizações sociais no CNRH. Rejeitada.
- 6) Moção dirigida ao Governo do Estado do Maranhão para que o mesmo dê início aos trabalhos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos já empossado. Aprovada.

- 7) Moção à CNBB no sentido de que um loteamento feito pela Mitra Diocesana de Paracatu não seja implementado em uma determinada área. Rejeitada por ser considerada por demais particular.
- 8) Sugestão para avaliação da possibilidade de estudar detidamente a elaboração de uma PEC propondo alterar o dispositivo constitucional que estabelece o domínio de águas da União. Aprovado o seu encaminhamento ao CNRH.
- 9) Proposta de inclusão na pauta permanente do Fórum Nacional, a discussão do PL 1616, estimulando a participação dos comitês. Aprovada.
- 10) Moção de recomendação aos diversos organismos de bacia para o apoio à gestão integrada das Políticas de Recursos Hídricos e Florestais. Aprovada.
- 11) Recomendação de que todos os comitês façam relatório de suas atividades de mobilização social no VII Encontro. Recomendada sua viabilidade pela organização do VII Encontro.
- 12) Solicitação de incentivos ao produtor rural que preservar matas nativas e nascentes em suas propriedades. Aprovado o seu encaminhamento ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas.
- 13) Moção reivindicando o não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança e seu enquadramento nos anexos II e III da LDO 2005. Aprovado.
- 14) Moção a ser encaminhada ao Governo do Estado do Ceará, solicitando revisão no Decreto que regulamenta a cobrança (o texto da Moção não foi entregue à mesa).

Gramado, 10 de Junho de 2004.